

Vera Chaia e Miguel Chaia
organizadores

mídia e política

educ

Núcleo de Estudos em Arte,
Mídia e Política
PUC-SP

MÍDIA E POLÍTICA

Estudos Pós-Graduados em Ciências
PUC-SP
2000

Escritos Neamp

MÍDIA E POLÍTICA

Orgs.: Vera Chaia
Miguel Chaia



Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais
PUC-SP
2000

NEAMP - Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política

Coordenação

Vera Chaia e Miguel Chaia

Pesquisadores Cadastrados

Carlos Alberto Furtado de Melo; Dorothea Passetti; Eduardo Viveiros;
José Corrêa; João José Negrão; Marco Antonio Carvalho Teixeira;
Maurício Ferreira da Silva; Pedro Aguirre Hughes;
Rosemary Segurado; Silvana Tótoro.

Pesquisadores Participantes

Antonio Alberto Trindade; Beatriz Wey; Cláudia Taddei; Cláudio Penteado;
José Angel Teran; José Farias; Judi Cavalcante; Francisco Fonseca;
Luiza Noce; Marcelo Barbosa Câmara; Marcelo Henrique Pereira dos Santos;
Marcelo Burgos; Maria Salette Amorim; Oswaldo Amaral;
Paula Cristina Papis; Petrônio Pereira de Souza;
Rafael de Paula Aguiar Araújo; Vinícius Precioso.

Equipe de Produção

Projeto Gráfico e Diagramação: Oficina Editorial

Normalização: Tânia Pinaffi Rodrigues

Capa: Sara Rosa



Endereço para correspondência:
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais
Rua Monte Alegre, 984 - 4o. andar - Perdizes
CEP 05014-901 - São Paulo - SP - Brazil
Tel./Fax: 005511 3670 8517
E-mail: csopos@pucsp.br

APRESENTAÇÃO

Numa época marcada pelo rearranjo internacional, por profundas transformações tecnológicas e por crises de regimes políticos e do sistema representativo, a informação torna-se, cada vez mais, uma forma de poder.

Neste cenário dinâmico, no qual a representação da política também é perpassada pela produção simbólica – o que imprime novos sentidos às ações e significações dos governantes, cidadãos ou grupos sociais –, a mídia desempenha um papel fundamental na sociedade.

Assim, diante das diferentes modalidades da produção, disseminação e consumo da informação, a análise e o debate voltados aos meios de comunicação de massa tornam-se relevantes para explicitar as tramas que envolvem os indivíduos e as instituições na contemporaneidade. É neste sentido que foram elaborados os textos que se encontram neste livro, que tem como preocupação básica abordar criticamente o impacto causado pela mídia sobre a política – e vice-versa. Seus autores são pesquisadores do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (Neamp), do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Estes artigos produzidos, entre setembro de 1998 e dezembro de 1999, na sua maioria foram publicados no *Observatório da Imprensa* (www2.uol.com.br/observatorio), que faz jornalismo di-

gital, e por isso, uma iniciativa inovadora que se utiliza dos recursos da informática, associados à televisão e também aos tradicionais suportes da imprensa escrita, para discutir, avaliar e criticar o papel exercido pelos diferentes veículos da imprensa, entendida de forma ampla.

Este livro, o primeiro de uma série do Neamp, atende ao interesse acadêmico por esta área da comunicação, especificamente na parte que estuda a relação entre mídia e política. Tendo em vista o aumento substancial da quantidade e da qualidade de trabalhos, dissertações e teses sobre os meios de comunicação e suas interfaces com o processo político, o Neamp coloca como seu objetivo ampliar as possibilidades desta tendência, através da formação de pesquisadores e de estímulos à reflexão intelectual. Centrando-se na Ciência Política e buscando a interseção com outras formas de poder originadas no campo das artes e no da produção midiática, o Neamp apresenta, nesta publicação, parte de seus esforços para incentivar novas abordagens nas Ciências Sociais.

VERA CHAIA
MIGUEL CHAIA

São Paulo, junho de 2000.

SUMÁRIO

Apresentação <i>Vera Chaia e Miguel Chaia</i>	5
Trágicos ciclos tropicais no jornal e televisão <i>Miguel Chaia</i>	9
Escândalos políticos: parte do jogo? <i>Vera Chaia</i>	13
Palco político. A conjuntura política vista pela imprensa Plínio Marcos, Copolla e Glauber Rocha <i>Carlos Alberto Furtado de Melo</i>	18
Máfia dos fiscais e as estrelas da cidadania <i>Vera Chaia e Marco Antonio Teixeira</i>	29
As estrelas da cidadania e a máfia dos fiscais <i>Carlos Alberto Furtado de Melo</i>	38
CPI da máfia dos fiscais: a morte anunciada <i>Vera Chaia</i>	48
Cassações bastam? <i>Vera Chaia</i>	54
Coisa de jornal <i>Carlos Alberto Furtado de Melo</i>	58
Torre de papel <i>Eduardo Viveiros</i>	66
O jornalismo de opinião e o discurso de despedida da vida pública do arauto do liberalismo no Brasil <i>Marcelo Henrique P. dos Santos</i>	70
Nem 12, nem 40: que tal os 7 de um Gabinete do Império? <i>Eduardo Viveiros</i>	74
O uso do jornal como material educativo <i>Antonio Alberto Trindade</i>	79

O Mercosul e a imprensa paulista <i>José Angel Teran</i>	87
A queda do ministro segundo a <i>Folha de S.Paulo</i> <i>José Corrêa Leite</i>	91
Atores políticos reais e seus reais interesses <i>Carlos Alberto Furtado de Melo</i>	101
Cobertura de guerra: pouco glamour e muito trabalho duro <i>Judi Cavalcante</i>	112
A imprensa escrita de Cuba e a criação do imaginário nacional <i>Beatriz Wey</i>	119
Debate sobre o <i>Granma</i> <i>Miguel Chaia</i>	124
A imprensa cubana diante do fenômeno jurídico <i>Beatriz Wey</i>	130
Reflexões sobre o sistema político e as Eleições 98: a mídia como instância democrática <i>Francisco Fonseca</i>	134
Rádio e eleições: relação que traz voto <i>Maurício Ferreira da Silva</i>	140
Entre a política e o jornalismo: a cobertura das eleições nos telejornais <i>Judi Cavalcante e Marco Antonio Teixeira</i>	146
Crise na TV Cultura: a TV pública e o papel do Estado <i>Paula Papis</i>	152
O desemprego é fantástico? <i>Rosemary Segurado</i>	156
A poesia intrínseca <i>Rafael Araújo</i>	161
A guerrilha fora da mídia <i>Guga Dorea</i>	168

TRÁGICOS

CICLOS TROPICAIS NOS JORNAIS E TELEVISÃO

MIGUEL CHAIA

Os telejornais e a imprensa escrita têm insistido, nos últimos dias, em decorrência da mudança do rumo econômico do Governo Fernando Henrique Cardoso, na volta da inflação, no reagrupamento das brigadas de defesa dos consumidores, na alta do dólar, na volta das missões do FMI e no aparecimento de boatos que alertam para novos planos, confiscos e outras mazelas a mais.

Todos estes fatos ou a sucessão das imagens televisivas sobre estes temas permitem pensar na retomada de ciclos que se desenvolvem na história brasileira. As notícias e as imagens produzidas, hoje, parecem que já foram lidas ou vistas em vários momentos do passado. O leitor ou o telespectador vive a sensação de assistir a um filme já visto ou de ler um velho jornal.

Durou quase cinco anos o ciclo do Plano Real, fazendo com que no início de 1999 a população brasileira fosse acordada para uma dura realidade com a qual estava temporariamente desacostumada. Despertou para um pesadelo, já que se tornou inevitável reavivar a memória e iniciar um processo de rememoração de experi-

Miguel Chaia é professor do Departamento de Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

ências anteriores. O Plano Real sucedeu a outros planos ou pacotes e os interregnos entre eles também marcaram profundamente a nossa memória social. Por isso, o desastre, sempre anunciado, que acabou ocorrendo em janeiro, deflagrou antigos medos, ansiedades e expectativas, na forma de velhos fantasmas conhecidos. A imprensa expressa este fenômeno histórico, tornando visível esta complexa trama social brasileira.

No filme “Os Dois Mundos de Charly” (1968, direção de Ralph Nelson) o personagem interpretado por Cliff Robertson, tinha problemas de desenvolvimento intelectual, sendo um adulto com idade mental de criança. Uma medicação retira-o desta situação e ele se desenvolve intelectualmente a ponto de se tornar um cientista, que passa a avaliar o seu próprio caso, até descobrir que a sua saúde estava se degenerando rumo à antiga situação. Conscientemente Charly vai perdendo a consciência até entrar novamente num mundo mental infantil. Um trágico ciclo pessoal que pode se transformar em metáfora de conturbações sociais.

Não se pode deixar de considerar a imprensa, de forma geral, como um dos fatores fundamentais que possibilitou a letargia da consciência brasileira nestes últimos cinco anos, aprofundando o sono brasileiro sob o Real ou dificultando a compreensão de possíveis desfechos. Paradoxalmente, de forma isolada, a imprensa escrita permitiu espaços para críticos deste sono, que insistiam na perspectiva de um retrocesso histórico.

A população, pesquisadores e, mesmo, jornalistas não se acostumaram com a nossa trágica história que ocorre em ciclos. Na falta de uma tendência histórica como aquela que o capitalismo clássico desenvolve, para atingir o auge e depois iniciar sua curva descendente, nós, ao contrário, seguimos ritmos desvairados, múltiplos

Trágicos ciclos tropicais no jornal e televisão - Miguel Chaia

e repetitivos. Os países periféricos, ou emergentes como querem atualmente, não conhecem a estabilidade. A repetição e a dificuldade do avanço marcam o nosso destino, na qual tensões e paradoxos existem como no capitalismo clássico, mas suas marcas são mais freqüentes, aparentemente eternas na repetição.

Talvez no desencanto e no reconhecimento da especificidade deste tipo de história, que conhece “absurdos reais”, Gabriel Garcia Marques tenha resumido, em seu livro, cem anos (de solidão) numa rápida fração de tempo. Ou talvez, este mesmo desespero tenha levado o personagem autoritário Porfirio Diaz, líder da direita, de “Terra em Transe” (1967, direção de Glauber Rocha), a declarar raivoso “Aprenderão! Colocarei estas históricas tradições em ordem. Pela força, pelo amor da força chegaremos a uma civilização”. Esquerda e Direita defrontam-se com situações que contemplam ordem e caos, possibilidade de controle e descontrole absoluto.

Thomas Skidmore levantou a hipótese, em seu livro “De Getúlio a Castelo”, de que o Brasil não consegue realizar os ciclos governamentais uma vez que, entre eles, se intercalam constantemente as crises de sucessões. Da pressão militar a impedimentos legais se constroi um espectro de fatores que dificultam, senão impedem as continuidades políticas democráticas. Sob uma outra perspectiva, Florestan Fernandes buscando elucidar o processo de implantação capitalista nas condições de subdesenvolvimento, apontou a dificuldade brasileira em realizar as revoluções burguesas, seja ela política ou econômica. Na sua análise, elucidou que estas revoluções não conseguem desenvolver uma dinâmica contínua, sofrendo constantemente interrupções, realizando ciclos abruptos e interrompidos ou sofrendo sé-

Trágicos ciclos tropicais no jornal e televisão - Miguel Chaia

rias retrações políticas e econômicas. Daí a dificuldade do país em produzir os paladinos da civilização e em imprimir andamento contínuo para o seu processo de desenvolvimento.

A nossa história, realizada em ciclos que se sucedem e se repetem, marca um ritmo alucinante a nos fazer acordar para pesadelos que retomam sempre o mesmo ponto. O Plano Real, no momento em que faz água, lembra os piores momentos do Governo Sarney. O pânico da população fazendo fila nos bancos com medo do confisco, lembra o nascimento do Plano Collor. A perspectiva da inflação, mesmo que reduzida para 1999, já assusta os consumidores, cerceia o futuro da população de baixa renda e começa a fazer a alegria dos especuladores e dos intermediários gananciosos. Momentos semelhantes revividos outra vez, em infindáveis exemplos que poderiam ser lembrados.

Com certeza, depois de um breve sonho, acordamos para a realidade do nosso capitalismo: diferente, selvagem, desigual daquele sonhado. A cada ciclo que se encerra, após o interregno que dá início a outro, podemos constatar que convive com a história cíclica, uma tendência permanente - esta sim até agora imutável e que pode ser apreendida na observação de que vem se mantendo no Brasil a concentração da renda ou a radical desigualdade social. Enfim, na história brasileira descortina-se uma tendência, qual seja, o descaso para com o social.

Os tristes ciclos políticos/econômicos brasileiros bem expressam os trágicos dramas shakespearianos, que envolvem governantes e governados, sempre recortados por fatos contundentes como guerras, conspirações, assassinatos ou crises que dão início a um fim ou a um novo começo - e assim sucessivamente. ■

Trágicos ciclos tropicais no jornal e televisão - Miguel Chaia

ESCÂNDALOS

POLÍTICOS: PARTE DO JOGO?

VERA CHAIA

No cenário político contemporâneo, onde predomina uma sociedade midiática que faz do espetáculo sua maneira de ser, a política adquire um outro sentido, devendo se adaptar a esta nova forma social. A mídia, neste contexto deve ser compreendida enquanto fonte geradora de sistemas de representação da realidade, utilizados seja para compreender a sociedade ou para acionar diferentes formas de ações.

Na nossa sociedade, onde a centralidade dos meios de comunicação é um fato, ocorre a adequação da política a estes meios. As lideranças políticas necessitam da mídia e conseguem se firmar nesta situação à medida que sua imagem é veiculada pela mídia. A publicização torna-se fundamental para deflagrar ou firmar qualquer carreira política. No entanto, este processo de publicização pode acarretar problemas para estas lideranças, pois a arena da política está mais exposta a riscos e os políticos não conseguem controlar a visibilidade e o poder da mídia.

Os caminhos políticos se abrem sob estas novas condições midiáticas, mas a vulnerabilidade das lide-

Vera Chaia é professora do Departamento de Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

ranças políticas também aumenta à medida que fatos políticos favoráveis ou não são publicizados. Várias colunas em jornais, programas de rádio e televisão são produzidos para divulgar não só as realizações destes políticos, mas suas gafes. Um exemplo deste tipo de programa foi a Crônica Indiscreta de Alexandre Garcia, veiculada pelo Fantástico da TV Globo, onde eram registrados todos os deslizes dos políticos, com acentuadas doses de ironia e de crítica.

A diferença entre personagem de vida pública e “ordinary people”, é que no segundo caso os deslizes são perfeitamente perdoáveis e assimilados, mas para uma liderança política cometer uma gafe pode ser um erro político, às vezes irrecuperável na sua carreira política. Quem não se lembra da frase de Paulo Maluf: “estupra mas não mata”; idéia esta constantemente relemburada por seus inimigos políticos?

Atualmente estamos acompanhando a divulgação de uma série de escândalos políticos. Na sociedade contemporânea, com o poder da mídia, a vida privada destas lideranças ficou escancarada, isto significa afirmar que não existem mais segredos particulares e também nem “segredos de estado”. Veja-se o caso dos “grampos” telefônicos feitos contra o próprio presidente da República e membros de seu governo (Caso BNDES).

Por quê aparecem os escândalos políticos e quais as conseqüências para a vida política e social? O sociólogo John B. Thompson, professor da Universidade de Cambridge, Inglaterra, construiu uma Teoria Social do Escândalo para apreender este fenômeno sócio-político. No caso específico deste país, esta problemática sempre esteve presente: lembremos do famoso Caso Profumo, um grande escândalo que agitou a vida política inglesa, e que

Escândalos políticos: parte do jogo? - Vera Chaia

envolveu um Ministro de Estado que, indiscretamente, passou alguns segredos de estado para uma prostituta. Atualmente outros escândalos estão aparecendo com a divulgação por um jornal sensacionalista inglês (The Sun) de nomes de ministros supostamente homossexuais.

O escândalo é aquele fenômeno que se traduz em ações que podem afetar a reputação de pessoas, ações ou eventos, supondo a existência de transgressões a valores, códigos morais que são levadas ao domínio público e que provocam reações. Os escândalos devem ser qualificados dependendo da sociedade em questão, pois valores e normas variam dependendo do contexto sócio-político. Neste sentido podemos classificar escândalos que envolvem: sexo/comportamento, financeiro/corrupção, e exercício do poder político/falta de decoro parlamentar.

Claro que ocorrem transgressões sem que estas se transformem em escândalos políticos. A simples suspeita de um escândalo pode desencadear um escândalo. E é neste sentido que a mídia exerce um papel importante, o de tornar público o escândalo, onde se expressa a desaprovação por aquela transgressão, oferecendo um campo profícuo para a articulação de um discurso moralizador e reprovador. O caso do escândalo sexual que envolveu o presidente Bill Clinton e a estagiária Monica Lewinski se enquadra neste discurso moralizador e se transformou num grande escândalo político pela ação de um promotor republicano.

O que está em jogo não é somente a verdade, mas a reputação de indivíduos, que pode ser afetada irremediavelmente. Citemos a ação de forças opositoras (suspeitos o ex-governador Paulo Maluf e o ex-presidente Fernando Collor de Mello) ao atual governo que tentaram divulgar, nas últimas eleições, uma série de

Escândalos políticos: parte do jogo? - Vera Chaia

documentos que presumivelmente comprovava a existência de uma conta bancária nas Ilhas Cayman (Dossiê Caribe) e que denunciava Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Mário Covas e Sérgio Mota, como possuidores desta conta em nome de uma empresa CH&J-T. Na divulgação destes documentos, a mídia foi muito cautelosa, pois envolvia altas lideranças políticas.

As reações ao escândalo são várias, desde a simples negação, até a alegação de calúnia, difamação. Raros são os casos de escândalos onde o acusado, não tendo outra saída, adota a confissão pública com o objetivo de contar com a compreensão das pessoas. Também aqui podemos citar o presidente Clinton que teve sua vida sexual devassada e transmitida pelos canais de televisão através da divulgação de seu depoimento prestado nos tribunais americanos.

Porém nem todos os escândalos são assuntos midiáticos, explorados pela mídia. A quem interessa certos escândalos? A visibilidade midiática é utilizada para que certos grupos/pessoas alcancem certos objetivos: desmoralizar uma liderança, condenar um político, 'matar' um adversário e vingança. Na realidade estas lideranças ficam 'presas' nas descobertas da mídia, o que pode provocar um desfecho não premeditado pelos agentes desencadeadores e deflagradores do escândalo. Podemos citar dois exemplos desta situação, o caso do escândalo político do Watergate, que provocou a queda do presidente Nixon, e o nosso Collorgate, que também provocou o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.

O papel desempenhado pela mídia na publicização do escândalo político também é reforçado pelos 'expectadores' que acompanham freneticamente e ansiosamente os passos e as descobertas da mídia ou das

Escândalos políticos: parte do jogo? - Vera Chaia

autoridades competentes sobre determinados acontecimentos/pessoas.

Quais são as conseqüências dos escândalos políticos? Claro que pessoas são envolvidas, reputações são questionadas, carreiras políticas podem ser destruídas. Porém o que mais chama a atenção é que em determinadas situações, ocorre a quebra da confiança no papel de certas instituições. A mídia em alguns escândalos exagera em suas observações e avaliações, chegando a generalizar certas atitudes, como se toda a categoria dos políticos agisse de uma maneira comum. O político, em alguns momentos é avaliado negativamente, e torna-se sinônimo de corrupção.

Neste sentido é que devem ser compreendidas as comissões de investigação, mas principalmente as Comissões Parlamentares de Inquérito, formadas para acompanhar os escândalos e, restaurar, à medida do desgaste político, a confiança nas instituições.

A democracia só se aprimora quando a liberdade de expressão é preservada e quando tais transgressões ou são punidas judicialmente ou são compreendidas pelos cidadãos.

Infelizmente, o escândalo político é um tema que nunca sai de pauta! ■

Escândalos políticos: parte do jogo? - Vera Chaia

PALCO POLÍTICO.

A CONJUNTURA POLÍTICA VISTA PELA IMPRENSA
PLÍNIO MARCOS, COPOLLA E GLAUBER ROCHA

CARLOS ALBERTO FURTADO DE MELO

Já se disse que a vida imita a arte. Atualmente, pode-se dizer que a conjuntura paulista imita a dramaturgia de Plínio Marcos, morto recentemente. A miséria, a marginalidade, a violência e a ignorância presentes estavam todas lá, em sua obra. É possível que o dramaturgo tenha escolhido morrer, quando pressentiu que sua obra pudesse ser invadida pelo crime organizado. Um Plínio Marcos globalizado é impensável.

Mas o crime organizado está por todo o lado e não há como fugir dele. Nem morrendo. Fragmentou a sociedade russa, é poderosíssimo no Japão, tem ramificações na Europa e nos Estados Unidos. Tentou-se desbaratá-lo na Itália. Destruiu a Colômbia e disfarçava-se de carnavalesco, patrono de clube de futebol, juiz, padre ou policial, no Brasil. É natural que mais cedo ou mais tarde, aparecesse em São Paulo. Já havia dado sinal de vida na Capital, com a Máfia dos Fiscais. Mas, agora se vê, os mafiosos paulistanos ainda carecem do profissionalismo, da indispensável performance e do glamour cinematográficos dos *Corleones*, de Francis Ford Coppola. Ao contrário das peças de Plínio, este palco

Carlos Alberto Furtado de Melo é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

político tem um cenário menos rústico, menos grosseiro e fétido. É mais requintado, plugado, globalizado. Sinal dos tempos. As máfias também estão aqui e, tal qual os gangsteres americanos, esmeram-se no visual.

O crime organizado abriga integrantes da polícia, que o governador Mário Covas qualificou de “a melhor do Brasil”. A declaração foi uma fria. O governador talvez não saiba, mas quem entra num boteco da periferia de São Paulo — típico cenário de Plínio — verá policiais se corrompendo pelo lanche e pelo “cafezinho”. O pior é que talvez, ainda assim, seja, de fato, a melhor polícia do Brasil. Triste Brasil.

O cenário deste Palco Paulista comporta, portanto, duas realidades, ambas marginais. A do crime organizado, do “doutor-bandido”, e a do ladrão-miserável, do pé-de-chinelo, da prostituta-neusa-sueli, do policial-que-faz-bico-em-bordel.

Uma sociedade dual, como diria o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Dir-se-ia que, *sociologicamente* — como gosta de dizer o presidente — deu-se uma simbiose entre “Dois perdidos numa noite suja”, de Plínio, e “Terra em transe”, de Glauber Rocha.

Plínio Marcos se recusou a falar da marginalidade que não conhecia porque suspeitava que os personagens reais não fossem tão nobres e marcantes quanto os seus. Como disse Gerald Thomas, a propósito da morte de Plínio: “se estivesse vivo, Glauber Rocha, certamente, documentaria tudo (o velório de Plínio), como fez com Di Cavalcanti”. É possível que Glauber o fizesse com *takes* das reuniões da CPI do Narcotráfico, em Campinas, e da Terceira Via, em Florença. A sociedade, dual e ambígua.

Mas, de qualquer modo, à parte o valor literário-cinematográfico desta realidade, estamos falando

Palco Político. A conjuntura política vista pela imprensa - Plínio Marcos, Copolla e Glauber Rocha - Carlos Alberto Furtado de Melo

de uma sociedade “onde o vento encosta o lixo e a praga bota o ovo”, como diria Plínio Marcos.

O crime reorganizado

O circo da CPI do crime organizado chegou a São Paulo e deixou os atores políticos paulistas a todo vapor — pelo menos àqueles que fazem oposição ao governo estadual. Se para Mário Covas a conjuntura tem sido madrasta, tem se configurado em madrinha da “oportunidade” para seus adversários. Na Assembleia Legislativa, o PT e demais partidos aproveitam para criar uma “farra de CPIs”. Cinco comissões já foram instaladas e é possível que se aprove mais uma, em caráter excepcional, a do crime organizado. Mesmo que não dêem em nada, o que é provável, as CPIs conturbam o ambiente, fazem barulho e obrigam o governador a fazer mais e mais concessões aos seus “aliados”.

Além disso, a imagem do governo, ao nível nacional, sofre mais um arranhão. A comissão de *eliotsnesses* mandou chumbo grosso para cima da polícia paulista. Campinas, importante cidade do Estado, transformou-se em centro nacional do narcotráfico. Vários policiais do Estado foram arrolados com o crime. O relator da CPI, deputado Moroni Torgan (PFL-CE) chegou a comparar a situação do Estado com o Estado do Acre. O governador, enfurecido, bem que tentou reagir. Mas é possível que a emenda tenha ficado pior do que o soneto. Respondeu que Torgan deveria comparar a situação com a do Ceará. Há duas leituras: a primeira que o governador tenha pretendido valorizar a sua polícia e elogiar um amigo, comparando-a com a polícia o governo de seu correligionário, Tasso Jeressatti; a segunda — mais provável — é que na sanha de atingir o deputado, o

Palco Político. A conjuntura política vista pela imprensa - Plínio Marcos, Copolla e Glauber Rocha - Carlos Alberto Furtado de Melo

governador tenha comparado a situação do Ceará, não com São Paulo, mas com o Acre, dando o troco ao deputado que foi vice Jereissatti. Resta saber a quem o governador quis realmente atingir. Resta saber se Jereissatti ainda é seu amigo.

Mas não é só isto. Até Paulo Maluf, que parecia morto, faz movimentos de quem pretende ressuscitar. Os problemas com a segurança pública, as rebeliões na Febem e a inevitável descoberta de que o crime organizado também está instalado em São Paulo surgem como uma voz que lhe ordena: Maluf, levanta-te e anda! A fênix ressurge das cinzas, fala alto e posa de estadista. Afinal, Maluf sabe que em política não existe vácuo.

Do ponto de vista da ação eminentemente política, pelo menos aparentemente, o governo Covas tem se esmerado em ser uma nulidade. Maluf, percebe isso e, lentamente, volta à cena. Depois de criar um factóide com o lançamento da candidatura da apresentadora Hebe Camargo, tira leite, agora, da questão da Segurança Pública. Na quinta-feira, 18 de novembro, ocupou o espaço privilegiado da página três da *Folha de S. Paulo* (*Tendências/Debates*). É o fim da picada, mas o “doutor” Paulo resolveu defender o Estado de Direito, que julga ameaçado. “Quando a própria autoridade é agressora da lei e da Constituição, alguma coisa tem que ser feita para reagirmos.” O objetivo é faturar em cima da CPI do Narcotráfico, mas, em tempos de vacas magras, o malufismo deve ter contratado um *ghostwriter* que não conhece história, sobretudo a recente.

Por falar em malufismo, os jornais têm informado que, depois da morte de Calim Eid, a cúpula pegebista vive uma profunda crise. Reinaldo de Barros, Edevaldo Alves da Silva, Jorge Yunes, entre outros, se distanciaram do chefe. Miguel Colassuono, na Câmara

Palco Político. A conjuntura política vista pela imprensa - Plínio Marcos, Copolla e Glauber Rocha - Carlos Alberto Furtado de Melo

paulistana, trocou de partido, a bancada federal do PPB paulista encolheu de dez para seis deputados. Mas, nos últimos dias notou-se, porém, uma certa mobilização do setor conservador. Novos atores, que começam a ocupar a cena, podem reorganizar o malufismo: Robson Tuma — que não é do PPB, mas é do mesmo extrato político — é uma das estrelas da CPI; Beto Mansur, prefeito de Santos, foi o único administrador municipal a oferecer terreno público para instalação de unidade da Febem; e Campos Machado, que é do PTB mas com origem no malufismo, é o autor do requerimento para instalação, na ALESP, de uma CPI do Crime Organizado.

Como se vê, o colapso da Segurança tem rendido para o malufismo e para o próprio Maluf. Nesta segunda-feira, após se submeter a um exame do DNA, Maluf — com extremo bom humor para quem faz um teste de paternidade¹ — resolveu atacar o governador e falar do crime organizado. “O crime organizado existe, porque durante cinco anos não tivemos nenhuma política de segurança pública”.

‘Eu quero sair de São Paulo’

É óbvio, que os oito anos anteriores de pragas bíblicas — como dizia o ministro Sergio Motta — salgaram o chão, e revitalizar o Estado é trabalho de longo fôlego. Mas já se passaram quase cinco anos. Na população, a memória do passado é fraca e a lembrança do presente é fortíssima. O acompanhamento da conjuntura deixa a nítida impressão de que esse governo dedica-se a não fazer política; dedica-se a ser atropelado pelos fatos; dedica-se a correr atrás do prejuízo, que poderia ser evitado; submete-se, enfim, ao desgaste.

Palco Político. A conjuntura política vista pela imprensa - Plínio Marcos, Copolla e Glauber Rocha - Carlos Alberto Furtado de Melo

Se de fato for verdade que fazer política é também manejar símbolos, os sinais emitidos pelo governo Covas têm sido catastróficos. Em São Paulo, até o presidente da República foi roubado. O fato em si, não fosse cômico pelo “azar” do assaltante, seria irrelevante. Mas no imaginário popular, São Paulo vai virando terra de ninguém. “Nem o presidente e nem os poderosos estão imunes”. Imagine só o que não sofre cidadão comum, diz-se por aí. Bobagem, mas vá explicar que não é bem assim. A racionalidade tucana² não dá conta da irracionalidade real.

É claro que um governo não pode ser — e nem será — julgado por um caso tão prosaico³. Mas, na capital e no resto do Estado, a incidência de roubos, assaltos e homicídios têm criado um caldo de cultura perigoso, autoritário. A superexposição da violência pela mídia, amplifica o medo e o ódio às autoridades. As entidades pedem uma trégua à imprensa e propõem uma jornada sem a exposição da violência na TV e nos jornais, ainda que ela persista nas ruas.

É difícil governar e fazer política, pois o medo e o desencanto já se espalharam. Amparado em metodologia do DataFolha, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou pesquisa que possibilita a apuração de um Índice de Qualidade de Vida, na Capital. O resultado, como era previsível, foi insatisfatório, sendo que o item pior avaliado foi a segurança pública. Apurou-se que o mês de setembro passado foi considerado o mais violento da década. É evidente que o clima é de desencanto. O que faz com que as vítimas digam em uníssono: “eu quero sair de São Paulo”⁴. Como nem todos podem fazer isso, os que ficam tendem a amaldiçoar as autoridades por seus infortúnios. Sobre tudo o governador, que é o responsável pela Segurança Pública.

Palco Político. A conjuntura política vista pela imprensa - Plínio Marcos, Copolla e Glauber Rocha - Carlos Alberto Furtado de Melo

Da ciência e da arte de comer moscas

Febem, Detran, Crime Organizado e — se não abrirem os olhos — as chuvas, em janeiro próximo, são as chamadas bolas cantadas. Bombas relógios prontas para serem detonadas e que o governo deixa explodir. Não se antecipa, vai de reboque, come mosca. Ao que parece, é esse o estilo do homem. Mas como entender esse estilo, sem incorrer no erro de desqualificá-lo? Sem cair na tentação de dizer que o governador está acabado?

Quem lê os jornais com atenção percebe que tanto o governador quanto seu secretário de Segurança Pública repetem sempre o mesmo bordão. “Tudo o que tinha que ser feito já está sendo feito”. Surge um novo escândalo, como esse do Detran⁵, o secretário Marco Petrelluzzi informa que o caso já vinha sendo investigado, que as medidas *seriam* tomadas, tão logo houvesse mais elementos etc... Na seção “*Língua de Trapo*”, deste boletim, o leitor perceberá que a Ouvidoria da Polícia do Estado tinha conhecimento de muitas das irregularidades, agora denunciadas pela CPI do Narcotráfico. Em quatro anos, o órgão recebeu no 27.902 denúncias e provocou 11.055 sindicâncias, que permitiram a punição de 2.533 policiais civis ou militares. São Paulo foi o primeiro Estado a possuir uma ouvidoria. O governo não faturou minimamente com isso. Ao contrário, deve ter enfrentado forte pressão e considerável desgaste com a corporação.

Com relação à Febem, o problema é ainda maior. Na semana passada, ao anunciar a reformulação da instituição, o governador desfiou todo o receituário da Igreja Católica e do movimento de defesa dos direitos das crianças e adolescentes. As propostas são reivindicações antigas. Tão antigas, que permitiram que o Padre

Palco Político. A conjuntura política vista pela imprensa - Plínio Marcos, Copolla e Glauber Rocha - Carlos Alberto Furtado de Melo

Júlio Lancelotti usasse de ironia para comentá-las: “o projeto é bom, mas vem com nove anos de atraso”⁶. É verdade que Mário Covas não está no governo há tanto tempo. Contabilizando os dois mandatos está há apenas cinco anos. Impossível não ser irônico, como o padre Júlio.

Deus é dez

Mas a relação de Mário Covas com a Igreja Católica não parece ser tão fria e simples, como pode fazer supor as ironias do Padre Júlio. Na verdade, a impressão que se tem é que o governador, durante toda a crise da Febem — que, por sinal, ainda não terminou — agiu em perfeita harmonia com a “Santa Madre”.

Quem leu o artigo publicado por Dom Cláudio Hummes no Estadão, às vésperas do anúncio do plano de reforma da Febem, não se surpreendeu com as medidas divulgadas. É bem verdade que eram todas elas de extrema obviedade, mas teve o Cardeal a primazia de divulgá-las. O governador referendou a opinião do reverendo.

A propósito, ao mesmo tempo em que o PL paulista — ligado ao bispo Edir Macedo — se bandeia para a oposição, o governador vai-se tornando habitué do Padre Marcelo Rossi e do “Terço Bizantino”, o ponto de encontro das centenas de milhares de fiéis do Padre (ver “*Língua de Trapo*”). Covas, que é espírita e sempre foi próximo da facção mais progressista da Igreja, liderada por Dom Paulo Evaristo Arns, estaria buscando refúgio espiritual (e político ?) na Renovação Carismática ?

Difícil precisar. O que se sabe é que o governador, apesar de todos os erros aparentes que comete, ape-

Palco Político. A conjuntura política vista pela imprensa - Plínio Marcos, Copolla e Glauber Rocha - Carlos Alberto Furtado de Melo

sar de todos os reveses que tem sofrido, é um ator complexo, que está em ação. Poucos acreditavam que pudesse se eleger. Aliás, depois da derrota em 1989 para a presidência da República e de 1990 para governador de São Paulo, havia muitos analistas que sequer acreditavam que Mário Covas pudesse se eleger governador, um dia.

O ator está em cena e parece grogue. Está em *córner*, nas cordas, mas quem se arrisca a prenunciar o nocaute?

Na última quarta-feira, o jornalista Elio Gaspari publicou fabuloso artigo comparando os políticos da atualidade com o ex-governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Lacerda, ao contrário do governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira, e do ministro da Justiça, José Carlos Dias, enfrentou de peito aberto uma rebelião de presos da penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro. “O diretor da prisão e a PM queriam atacá-los”, diz o jornalista. “Às 22h30, o governador do Estado da Guanabara chegou ao portão da rua Frei Caneca. (...) Passou uma descompostura nos policiais, mandou o diretor passear e foi, sozinho, para o pátio onde estavam os presos rebelados. Disse-lhes, entre outras coisas: ‘Eu sou um homem, não um covarde. (...) Quem tiver queixas razoáveis receberá justiça das autoridades. Quem quiser continuar com a violência vai ter que enfrentar a severidade da polícia. Nós não temos medo de quem acha que é valente, porque nós não somos mais nem menos valentes que vocês. Vamos conversar como homens e vamos chegar a um entendimento’”. Para Gaspari, os atuais homens públicos carecem dessa ousadia. Ora, se não é o governador Covas, talvez o único político da atualidade com tal voluntarismo. A principal característica do governador tem sido chamar

Palco Político. A conjuntura política vista pela imprensa - Plínio Marcos, Copolla e Glauber Rocha - Carlos Alberto Furtado de Melo

para si os problemas. Encarar os monstros de frente, inclusive o câncer — o pior de todos.

Suas características, cada vez mais são as de um político à moda dos anos 50-60. Sozinho, sem os companheiros de partido (por mais que seja um homem de partido), é uma espécie de enigma de si mesmo. Se de fato estiver se aproximando da Igreja do Padre Marcelo, pode estar se antecipando a um movimento maior, na sociedade brasileira. No mundo inteiro, por sinal, os movimentos religiosos ganham força, dado o desencanto e o vazio trazidos pela globalização e pelos problemas da economia. Já se observa isto também no Brasil. A programação das principais redes de TV, aos domingos, já reflete isto. O governador poderia estar arcando com todo o custo da “política de direitos humanos”, num cenário violento como o atual, em virtude de uma aliança estratégica com a Igreja. Como se diz, “Deus é dez!”

Se Anthony Garotinho pode ser o candidato dos evangélicos, Lula o candidato da Teologia da Libertação, por que Mário Covas não pode viabilizar sua candidatura a partir da Renovação Carismática? Será? Quem não entender o jogo que se hoje joga nas Igrejas e na mídia, tende a não entender a política atual⁷. Pode ser o caso.

Isto poderia explicar, em parte, o porquê seu governo come tanta mosca, na área da Segurança Pública. Aliás, se realmente essa aproximação expressar alguma estratégia política, menos do que comer moscas, o governador estaria engolindo sapos, o que é substancialmente diferente — não só pelo tamanho do bicho. Engolir sapo significa assimilar o golpe, mas pressupõe também que se está jogando no mercado futuro. Significa dar um peão, ou um bispo — sem trocadilhos — em busca do xeque-mate. De qualquer modo, é bom que se diga, que entramos no reino da especulação. Tão er-

Palco Político. A conjuntura política vista pela imprensa - Plínio Marcos, Copolla e Glauber Rocha - Carlos Alberto Furtado de Melo

rado quanto subestimar os atores políticos como Mário Covas é superestimá-los. No entanto, não temos elementos fortes o suficiente para descartar hipóteses. O buraco no governo do Estado é tão profundo e obscuro, que qualquer sombra pode fazer a alegoria da caverna. ■

1. A propósito, por falar em exame de DNA, recomenda-se a leitura do livro de Joe Klein, "Cores Primárias". Onde um candidato a presidente (identificado extra-oficialmente como sendo Bill Clinton, na vida real) é submetido a um exame de DNA, colhe o sangue de seu tio e livra-se do vexame político. O livro foi para as telas com o título "Os Segredos do Poder", estrelado por John Travolta. Qualquer coincidência é mera semelhança. Ficam as dicas.
2. O vice-governador e virtual candidato a prefeitura da capital aparece na propaganda de seu partido falando de equilíbrio. Complicado, pois talvez estejamos vivendo "a era dos desequilíbrios", mentais e sociais. Nesta realidade, falar em "equilíbrio", parece algo deslocado e distante, quase um exercício acadêmico.
3. Disse a' O Estado de S.Paulo, o assaltante: "Eu fui para São Paulo procurar emprego. Não achei nada e resolvi tomar uma cervejinha. Fiquei bêbedo. Precisava voltar para casa, vi o carro aberto e peguei emprestado. Foi empréstimo, seu presidente". No mesmo jornal, a receptadora do automóvel teria dito: "Quem sabe agora, com a proximidade, o presidente não me consegue uma ajuda; tenho dez filhos, FHC, me arruma um emprego". Como se vê, em São Paulo o assalto tem aproximado as pessoas. Transformou-se num evento social.
4. Esse sentimento, se bem percebido pelos marqueteiros dos candidatos a prefeito, pode ser revertido e traduzido num adesivo de automóvel com os seguintes dizeres: "Eu Não quero sair de São Paulo. Fulano para Prefeito". Fulano, evidentemente, não seria nem candidato do governador e nem do atual prefeito, vistos como os responsáveis pelo êxodo paulista.
5. O Jornal da Tarde revelou que há um forte esquema de corrupção no Detran paulista. Mediante ao pagamento de propina, é possível liberar multas, desbloquear o IPVA, facilitar transferências de veículos para outros estados - o que legaliza carros roubados etc... Em editorial, O Estado de S. Paulo indigna-se: "A situação do Detran é tão conhecida que o próprio diretor do departamento, José Francisco Leigo, não se surpreendeu (...) O governador Mário covas também disse que conhecia o problema - que é o mesmo há muitas décadas. Como explicar, então, que nada tenha sido feito para elimina-lo?". Como se sabe, dias após a revelação, o arquivo do Detran foi incendiado.
6. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) está prestes a completar dez anos.
7. Pesquisa do Datafolha, que apurou o Índice de Qualidade de Vida em São Paulo, revela que o principal passatempo dos paulistanos é ver televisão.

Palco Político. A conjuntura política vista pela imprensa - Plínio Marcos, Copolla e Glauber Rocha - Carlos Alberto Furtado de Melo

MÁFIA

DOS FISCAIS E AS ESTRELAS DA CIDADANIA

**VERA CHAIA
MARCO ANTONIO TEIXEIRA**

Apesar de todas as tendências que apontam para um processo de globalização, com a padronização de usos e costumes, o surgimento do "cidadão do mundo" a ênfase na mundialização, o que se observa, paradoxalmente, é uma valorização do caminho inverso. Isto é a mídia, de modo geral, está ampliando espaços para a informação de fatos ou notícias que envolvem questões específicas da localidade e do poder local, com matérias que abordam diretamente o cotidiano de cidadãos, inseridos num determinado município.

A mídia está compreendendo que o espaço de atuação, participação e interesse do cidadão se dá principalmente na esfera municipal. É na cidade que os cidadãos sentem se seus impostos foram bem aplicados, se seu prefeito está correspondendo às suas expectativas e se seus vereadores estão fazendo a "lição de casa", ou seja, se estes parlamentares estão legislando para o bem da cidade e fiscalizando o poder executivo.

No começo dos anos 90 a imprensa escrita, percebendo esta tendência, e visando aumentar o número

Vera Chaia é professora do Departamento de Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

Marco Antonio Teixeira é mestre em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

de seus eleitores, ampliou espaços nos jornais criando os cadernos específicos que discutiam os problemas das cidades. Além da famosa “carta do leitor”, presente em todos os jornais, ocorreu a incorporação de seções voltadas exclusivamente para os munícipes que poderiam reclamar e exigir medidas adequadas por parte das administrações regionais, órgãos estatais e do próprio prefeito.

Tal prática foi introduzida pelo jornal *O Estado de S. Paulo* ao criar a seção “Seu Bairro” em 22/03/92, “cujo objetivo é dar voz à população dos bairros para formularem suas reivindicações. A partir daí, o jornal se encarrega de promover a intermediação com o poder público constituído, no sentido de cobrar as soluções dos problemas enfrentados pelos cidadãos” (Chaia, V. e Tótora, S. – revista *São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, vol. 7 n° 2, abr/jun/1993).

Os programas “Aqui Agora”, do SBT e o “Povo na TV”, também atuavam neste espectro da mídia – sensacionalismo associado à prestação de serviço. Mais recentemente telejornais como os da TV Bandeirantes, TV Record e SP-TV da Globo adquiriram estes traços de atuação.

As rádios desempenham um papel fundamental em todo este processo de regionalização, da valorização do local. Além das tradicionais Rádio Jovem Pan, Capital, Bandeirantes, que já adotavam este tipo de prática jornalística, mais recentemente também ganham significação a CBN e a Rádio Eldorado – como as demais assumindo a defesa dos cidadãos e cobrando das autoridades públicas certas atitudes e/ou reivindicações.

Como um bom exemplo desta tendência nos meios de comunicação, de ampliar espaços para notícias locais, podemos citar os noticiários envolvendo “A

Máfia dos fiscais e as estrelas da cidadania - Vera Chaia e Marco Antonio Teixeira

Máfia dos Fiscais”, na cidade de São Paulo. Trata-se dos recentes escândalos envolvendo a descoberta de uma rede de extorsão que operava através da cobrança de propinas por parte dos fiscais das administrações regionais paulistana, e que vem ganhando amplos espaços nos meios de comunicação e tem criado interesse para que a opinião pública acompanhe o desempenho e as atividades dos vereadores da cidade de São Paulo. Tudo isto provocou uma saudável discussão pública sobre a distância existente entre a função dos parlamentares e os serviços que estes tem desempenhado à frente de seus mandatos.

Resguardada a gravidade de todos os casos até agora denunciados e os destinos dados às investigações, após a prisão de dezenas de pessoas e a abertura de inquéritos policiais envolvendo vereadores e até secretários municipais, a imprensa ainda não se deu conta que nos últimos três anos ela própria acumulou um farto material referente tanto às contendas políticas entre o prefeito Celso Pitta e a sua bancada de vereadores, quanto às situações comprometedoras que envolveram os vereadores suspeitos de ligação com a “Máfia”. Este acervo de registros teve início com os trabalhos de jornalismo investigativo desenvolvido por repórteres do jornal *Folha da Tarde*, *O Estado de S. Paulo* e *Diário Popular*, entre outros uma vez que a chamada “Máfia dos Fiscais” já havia ganho destaque nos principais órgãos de comunicação desde o final de 1996. Como, nesta época, a mídia não deu o tratamento adequado à notícia, os fatos não ganharam, então, a dimensão necessária que resultasse na mesma repercussão alcançada atualmente.

A primeira vez que a imprensa noticiou a extorsão realizada por fiscais da prefeitura, ganhando dimensão pública, foi no final de 1996, no bairro da Freguesia

Máfia dos fiscais e as estrelas da cidadania - Vera Chaia e Marco Antonio Teixeira

do Ó: após verificar uma rápida proliferação do comércio clandestino e receber denúncias de que vendedores ambulantes pagavam propinas para se manter nos pontos de comércio irregular, uma equipe de reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo* dirigiu-se a Administração Regional do bairro fazendo-se passar por camelôs interessados na obtenção de um ponto de comércio.

Em novembro de 1997, o jornal *Folha da Tarde* iniciou uma série de reportagens com o objetivo de demonstrar as irregularidades em torno do comércio ambulante na cidade. Apesar de todos os indícios de corrupção, a repercussão desta reportagem ficou circunscrita à *Folha da Tarde* e a espaços mais reduzidos da *Folha de S.Paulo*. Os demais jornais deram pouco destaque à questão. Os outros meios de comunicação quando não ignoraram o fato, o trataram de forma secundária. Vale lembrar que é prática comum na imprensa não repercutir de forma adequada os fatos que são resultados de investigação desenvolvidas por um concorrente.

A Rede Globo exibiu na época, no *SP-TV* e no *Jornal Nacional*, um flagrante de cobrança de propina através de uma micro-câmara instalada num ponto de concentração de camelôs sobre a praça da Bandeira, mas acabou não mais repercutindo o fato nos dias seguintes, o que contribuiu para que o delito caísse no esquecimento da opinião pública. Neste caso, a miopia política da mídia ficou ainda mais patente ao não estabelecer uma interrelação entre o fato denunciado e a crise vivida entre o prefeito-eleito Celso Pitta e sua bancada de vereadores que lutava para manter o controle político sobre as administrações regionais. A prática política adotada pelo executivo paulistano tem sido o de cooptar a Câmara Municipal, distribuindo Administrações Regionais aos vereadores situacionistas.

Máfia dos fiscais e as estrelas da cidadania - Vera Chaia e Marco Antonio Teixeira

Se esta prática tem sido incorporada pelos governos de Jânio Quadros, Paulo Maluf e Celso Pitta, por quê somente agora, transcorridos quase três anos tais denúncias ganham destaque ?

O fato que veio provocar a indignação pública em relação aos esquemas de extorsão existentes nas administrações regionais, ocorreu em dezembro de 1998 quando uma empresária preparava a reforma de um imóvel numa área nobre dos jardins, para instalar uma academia de ginástica. Visitada por fiscais que a ameaçou com o embargo do imóvel caso ela não pagasse R\$ 30.000,00 para que eles fizessem vistas grossas às supostas irregularidades. A empresária fez contato com o Ministério Público e este preparou o flagrante, prendendo o chefe dos fiscais da regional de Pinheiros, no flagrante do pagamento da propina.

Noticiado por todos os jornais, emissoras de rádio e telejornais – pois não foi um furo de reportagem conseguido por um único órgão de comunicação –, o fato ganhou repercussão imediata. Os telejornais voltados à cidade de São Paulo, de todas as emissoras de TV destinaram preciosos minutos ao debate da questão. Comparativamente à TV, a imprensa escrita retomou timidamente a cobertura diária do fato, resgatando alguns casos que já haviam denunciados em períodos recentes. As revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, também abriram suas páginas para o escândalo. Tudo isto levou o Ministério Público a criar um disque-denúncia para que as pessoas relatassem, mesmo que anonimamente, situações semelhantes.

Esta onda de destaque ao assunto contribuiu para que se efetuasse novos flagrantes e prisões de pessoas consideradas peças-chaves no esquema de extorsão. Logo que os primeiros depoimentos apontaram para uma

Máfia dos fiscais e as estrelas da cidadania - Vera Chaia e Marco Antonio Teixeira

rede de cumplicidade envolvendo desde os fiscais até órgãos de primeiro escalão na administração pública e também os vereadores, os diversos telejornais além ampliarem o espaço de cobertura passaram a dar plantão na Câmara Municipal. O *SP-TV*, em suas duas edições diárias, montou um link na Câmara para dar as últimas notícias sobre a “Máfia”. Ainda assim, os principais jornais impressos ainda se limitavam a noticiar os fatos sem dar maior aprofundamento à questão. A revista *Veja-SP*, da semana de 01 à 07 de fevereiro/99, saiu com a reportagem de capa “A Caixinha da Corrupção”. Emissoras de rádio como a Eldorado, Jovem-Pan. Bandeirantes e CBN deram amplo destaque aos fatos abrindo espaços para que seus ouvintes opinassem e fizessem denúncias.

Foi somente com a entrada do telejornal *SP-TV* da Rede Globo, da Rádio Eldorado e dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, ou seja, veículos de comunicação vistos, lidos e ouvidos pelos formadores de opinião que tais denúncias começaram a ser averiguadas. A pressão de uma Globo e de um *Estadão*, é muito diferente de um Jornal X ou Y, voltados aos leitores das classes C e D e que sempre tratou a “política como caso de polícia”.

Neste cenário envolvendo o mecanismo da mídia jornalística, deve ser acrescentado que o elemento desencadeador do processo de investigação e de abertura de inquérito foi, sem dúvida, o Ministério Público Estadual. A figura do promotor que era praticamente desconhecida da maioria dos cidadãos ganha destaque, levando os promotores José Carlos Blat e Roberto Porto aos jornais e outros meios, para prestar contas das investigações relacionadas à “Máfia dos Fiscais”.

Conforme o capítulo IV, seção I do capítulo III ‘Do Poder Judiciário’ da Constituição da República Fe-

Máfia dos fiscais e as estrelas da cidadania - Vera Chaia e Marco Antonio Teixeira

derativa do Brasil, promulgada em 1988, que rege sobre as funções e atribuições do Ministério Público, este poder é independente, separado dos poderes Executivo e Judiciário. Cabe ao Ministério, dentre outras funções, “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social,...” (Constituição, pág. 92). Agindo neste sentido, os procuradores ganharam destaque e transformaram-se, aos olhos da população, em paladinos da justiça e benfeitores dos cidadãos.

Essas denúncias subsidiaram um pedido de instalação de CPI feita pela oposição, o que acabou resultando num direcionamento das notícias no sentido de que além das investigações existentes no Ministério Público, era necessário também que o Legislativo investigasse os fatos já que naquele momento muitos vereadores eram citados como “comandantes” do esquema. Houve uma intensa campanha na mídia no sentido da aprovação da CPI, mas a mesma teve seu pedido rejeitado por 29 a 24 votos em 23 de fevereiro. Os parlamentares governistas mal sabiam que o resultado não significava que a mídia se retiraria do cenário político.

No dia seguinte os principais jornais estamparam a foto dos vereadores contrários a CPI com os respectivos telefones de seus gabinetes e pediam aos leitores que ligassem pedindo explicações. As emissoras de TV fizeram o mesmo ao destacar o nome dos vereadores que votaram contra a CPI. O Canal 21 veiculou, em vários momentos de sua programação, o rosto de cada um dos vereadores solicitando ao público que ligasse para a Câmara cobrando o porquê do posicionamento contrário. A revista *Veja-SP*, de 01 à 07 de março, colocou na capa a foto de três vereadores governistas – Wadih Mutran, Brasil Vita e Vicente Viscome –, rindo como se

Máfia dos fiscais e as estrelas da cidadania - Vera Chaia e Marco Antonio Teixeira

estivessem zombando dos cidadãos que apoiavam a instalação da CPI. O título de capa da *Veja-SP* foi taxativa: “E a cidade que se dane”. No interior da revista também se veiculou a fotografia de todos os vereadores contrários a instalação da CPI com os dizeres “estes fugiram da raia”.

A Rádio Eldorado, por sua vez, enxertou na programação normal um editorial crítico aos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo que votaram contra a instalação de uma CPI. De tempo em tempo a Eldorado divulgava os nomes destes vereadores: “*E atenção a mais alguns nomes de vereadores que votaram na Câmara contra a instalação da CPI que apuraria a Máfia da Propina nas administrações regionais: Natalício Bezerra, do PPB; Paulo Frange, também do PPB, o partido do prefeito Celso Pitta; Milton Leite, do PMDB e José Amorim do PTB. Um detalhe importante é que o vereador Hanna Garib não esteve presente, ele foi eleito deputado estadual, mas o suplente dele Aurelino de Andrade do PPB também votou contra a instalação da CPI...*”.

Assustados com a repercussão, alguns vereadores foram lentamente anunciando que mudariam de posição caso se apresentasse um novo pedido de CPI. A vereadora Míriam Athiê, do PPB, até então líder do coro dos contrários, anunciou que a mudança de posição por se sentir envergonhada em ver sua fotografia estampada nos jornais “como se fosse uma criminosa procurada”. Um novo pedido de CPI foi aprovado por unanimidade em 03 de março. A justificativa pela mudança de posição dos governistas oscilou entre obedecer a vontade popular e não suportar a pressão da mídia.

É inegável que a cobertura dada pela mídia contribuiu decisivamente para que as investigações sobre a

Máfia dos fiscais e as estrelas da cidadania - Vera Chaia e Marco Antonio Teixeira

“Máfia dos Fiscais” ocorresse com eficiência e alcançasse os chamados “peixes graúdos” que na visão da população sempre acabam se preservando em casos como esse. No caso da pressão exercida sobre o parlamento quando da rejeição da CPI, fica claro que os vereadores só mudaram de posição quando perceberam que os meios de comunicação não abandonariam o caso.

Quais as lições que podemos tirar de todo este processo? Os vereadores saíram de seus gabinetes e mostraram sua “cara” e estão começando a prestar contas de seus atos. O prefeito Celso Pitta atendeu a todos os ‘convites’ da mídia para também prestar contas e esclarecer fatos denunciados envolvendo seus aliados políticos e fiscais concursados da Prefeitura. Os promotores assumiram suas novas funções e saíram à caça dos infratores das leis. Os meios de comunicação revelaram um lado do jornalismo, o investigativo, que não se limita a relatar o acontecido, mas sai à busca de pistas que elucidem certas questões obscuras. O rádio retoma seu lugar de estrela, pela larga penetração na opinião pública.

Os cidadãos paulistanos recobram, pelo menos em parte, a confiança em algumas autoridades públicas. Os leitores, ouvintes e telespectadores estão acompanhando com grande interesse as averiguações, e recuperando a esperança de que a impunidade está sendo questionada.

Máfia dos fiscais e as estrelas da cidadania - Vera Chaia e Marco Antonio Teixeira

A S ESTRELAS DA CIDADANIA

E A MÁFIA DOS FISCAIS

CARLOS ALBERTO FURTADO DE MELO

A mídia, às vezes, aparece aos nossos olhos como se uma estrela fosse. Mas, tal qual estrelas, seu brilho é falso, posto que existiu há milhões de anos e no momento em que o vemos não está mais lá. Assim como na história dos astros, a imagem do esplendor midiático, na maioria das vezes, nos chega com enorme atraso, mistificando a verdadeira noite.

Meus colegas do Neamp (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política, do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP), Vera Chaia e Marco Antônio Teixeira, escreveram artigo publicado na última edição deste *Observatório*. Em “A máfia dos fiscais e as estrelas da cidadania”, demonstraram, com clareza e objetividade, a importância que, nesta última década, os meios de comunicação têm dado às questões urbanas. Especificamente, discutiram o papel da mídia na denúncia, e na pressão para apuração da formidável seqüência de casos de corrupção dessa máfia de fiscais e autoridades municipais, no momento sob investigação da Câmara dos Vereadores e do Ministério Público.

Carlos Alberto Furtado de Melo é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

A mais inquietante questão está vinculada ao momento em que o escândalo explodiu na mídia e à força que ganhou. Antes de mais nada, e sem o objetivo de desagradar, não creio que estejamos vivendo um momento de súbita reação moral da sociedade. A corrupção sempre foi mais ou menos repudiada, como mais ou menos admitida pela população. A humilhação do achaque e a sordidez da propina, infelizmente, sempre foram fortes elementos na cultura política nacional. Assim como o sentimento de revolta e de resignação sempre esteve latente e contido na garganta do cidadão, que nem ao bispo pode se queixar. Portanto, em primeiro lugar, não foi a imprensa que descobriu a corrupção. Tampouco a corrupção é a praga da moda. Quisessem os primeiros pasquins do Império, muitas e respeitáveis autoridades, que hoje emprestam seus nomes às ruas e alamedas do país, seriam parte da mesma lista em que hoje consta o nome do vereador Vicente Viscome.

Uma “nomeação”

O papel desempenhado pela imprensa, neste momento e neste caso, é de fato importante e, talvez, até fundamental na pressão política que exerce. Mas é importante se perguntar quais fatores propiciaram esta altivez cívica. Evidentemente, não se quer discutir aqui a importância dos personagens e indivíduos, isoladamente. Qualquer argumentação a respeito da importância e do arrojo do jornalista Chico Pinheiro, que brilhantemente “bota-para-quebrar” na primeira edição do *SP-TV*, é desnecessária. A preocupação fundamental está, como é óbvio, na procura dos elementos que permitiram – ou induziram – as empresas de comunicação a “assumir”

As estrelas da cidadania e a máfia dos fiscais - Carlos Alberto Furtado de Melo

essa postura mais agressiva diante do Poder Público Municipal e de personagens políticos de grande expressão, inclusive nacional. E neste ponto é fundamental alçar a visão num campo mais vasto, que situa-se no contexto político.

No artigo mencionado, Vera Chaia e Marco Antônio Teixeira, recordam que “em novembro de 1997, a *Folha da Tarde* iniciou uma série de reportagens com o objetivo de demonstrar as irregularidades em torno do comércio ambulante na cidade. Apesar de todos os indícios de corrupção, a repercussão daquela reportagem ficou circunscrita à *Folha da Tarde* e a espaços reduzidos da *Folha de S. Paulo*. Os demais jornais deram pouco destaque à questão. Os outros meios de comunicação, quando não ignoraram o fato trataram-no de forma secundária”. E a pergunta que fica é: por que as reportagens iniciadas naquela ocasião não repercutiram como agora? Ou se preferirem inverter a questão, por que só agora o assunto se alastrou de forma a, praticamente, não deixar pedra sobre pedra (ou Paulo sobre Paulo) no PPB paulistano?

Creio que a resposta está relacionada à política nacional: aos interesses das forças políticas brasileiras e à conveniência, política e comercial, das empresas de comunicação.

Em 1997, o bicho-papão deste país chamava-se Paulo Salim Maluf. No ano anterior, Maluf elegeu seu sucessor, Celso Pitta, com a tranquilidade de um patriarca que escolhe o herdeiro. Preparava-se para disputar a presidência da República, com possibilidades de êxito. Na pior das hipóteses, ficaria com o governo do Estado de São Paulo; favas contadas na ocasião. Em entrevista a um canal de televisão, Duda Mendonça, seu principal estrategista, chegou a afirmar que se Maluf, de fato, re-

As estrelas da cidadania e a máfia dos fiscais - Carlos Alberto Furtado de Melo

solvesse concorrer ao governo do Estado a vitória seria absolutamente certa. Para o marqueteiro, na sucessão estadual, a eleição de Maluf se daria, praticamente, como uma “nomeação”.

Maluf encarnava, então, duas faces: a do poder em estado bruto, o potencial imperador; e a de maior obstáculo à reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Nesse último sentido, primeiro como um risco à aprovação da emenda que permitiria mais um mandato ao presidente; em segundo lugar, como o candidato que, no campo conservador, disputaria o espaço do consórcio que elegeu (e reelegeria) FHC. A simples presença de Maluf na disputa nacional espremeria FHC entre a direita e a esquerda, esta representada pela candidatura do PT. Assim, coube a Fernando Henrique negociar uma frente de apoio ainda mais ampla que a primeira, tão ampla ao ponto de abrigar Paulo Maluf, ao preço de, praticamente, fechar as portas à campanha de Mário Covas.

Em 1997, a Presidência da República era menos que uma obsessão para Paulo Maluf do que uma questão de tempo. Eleito governador de São Paulo a tarefa seria fazer oposição aos tucanos, atrair o PFL e setores do PMDB. Nesse sentido, a morte de Luís Eduardo Magalhães deixou o caminho livre. Era só avançar.

Fortuna e acaso

Desenterrar o poder de Paulo Maluf em 1997 é importante para compreender o fenômeno atual. A perspectiva de poder talvez tenha sido o principal motivo para que “os indícios de corrupção” apurados pelos jornais não repercutissem. Valeria a pena investigar as pausas das redações na época. Verificar o quanto profissio-

As estrelas da cidadania e a máfia dos fiscais - Carlos Alberto Furtado de Melo

nais, com o mesmo ímpeto de um Chico Pinheiro, foram persuadidos por seus editores a ir cantar em outra freguesia e a investigar a vida de outros candidatos. A imprensa, ou melhor, as empresas de comunicação se amoitaram diante da possibilidade de Maluf alcançar a presidência da República já em 1998; ou vitaminar-se durante um período no governo do Estado. Também não se deve descartar a possibilidade de a mídia ter “maneirado” em benefício de seu candidato. Destruir Maluf na época, com os escândalos como os da “Máfia dos Fiscais”, seria um lance arriscado. E se desse errado? Quem gostaria de ter Maluf como inimigo? Para o presidente FHC e para a mídia foi melhor a aproximação, mesmo que momentânea. Medida preventiva, como diria Maquiavel, a política se faz com a fortuna e com o acaso.

Voltando à corrupção no setor público brasileiro, como já se disse, é tradicional e esteve presente em todas as administrações dentro de limites ora mais amplos, ora mais estreitos (a questão mais importante seria discutir o quanto esse movimento de ampliação ou de encolhimento poderia significar uma postura de governo). Sem serem completamente eliminados, sabe-se que durante a administração Luiza Erundina (sucessora de Jânio Quadros) esses limites estreitaram-se bastante, explodindo na gestão seguinte. Certamente, a imprensa desconhecia isto e sabia da existência de um esquema que passava pelo apoio dos vereadores na Câmara Municipal. Mas se omitiu.

É possível encontrar algumas explicações no processo histórico para a omissão do passado e para o “heroísmo” do presente. Não todas, contudo. É possível que o encantamento com o malufismo, de uma parcela altamente significativa da sociedade e dos meios de comunicação, fizesse enorme diferença comercial e políti-

As estrelas da cidadania e a máfia dos fiscais - Carlos Alberto Furtado de Melo

ca. Mas, até que se prove o contrário, a ética – em seu sentido mais popular e positivo – não varia conforme as circunstâncias.

Já a ética da imprensa, como é óbvio, é condicionada aos seus medos e interesses. Todos os dias lemos discursos e editoriais que são verdadeiras flores da antiga UDN. Variaram muito pouco ao longo dos anos. Mas é de se questionar se “essas estrelas da cidadania” manteriam a mesma disposição investigativa e fiscalizatória caso Maluf fosse hoje o governador de São Paulo e disputasse o trono de senhor da luz e do trovão com o Thor da Bahia, Antonio Carlos Magalhães. Infelizmente, não há resposta a esta questão porque, felizmente, Maluf perdeu a eleição.

A última edição de março de uma das revistas semanais foi dedicada ao depoimento do fiscal da Administração Regional da Penha, Silvio Rocha, o intocável. Rocha afirma que Maluf abusou de sua filha adolescente, sendo o pai ilegítimo de uma criança, hoje, com 8 anos de idade. Em uma das tantas matérias a respeito, afirma-se que este é um fato de conhecimento de qualquer pessoa que estivesse por dentro dos bastidores da política. Presumivelmente, os bastidores da política são conhecidos das revistas semanais, não? Se Silvio Rocha prestou seu depoimento em agosto de 1998, por que torná-lo público só agora e não antes? As desculpas devem ser as de sempre: divulgar a história durante a campanha seria uma baixaria eleitoral. É verdade. Mas então, não deixa de ser uma baixaria pós-eleitoral. Não se trata nem de perguntar se outros candidatos, *outsiders*, alheios ao Clube de Políticos Respeitáveis, teriam o mesmo tratamento eleitoral. Creio que não teriam. Trata-se de perguntar de novo, por que agora?

As estrelas da cidadania e a máfia dos fiscais - Carlos Alberto Furtado de Melo

A resposta não parece simples. Mas é certo que Maluf não é mais o mesmo. Perdeu uma eleição ganha e foi pego com a mão Dossiê Cayman. Perdeu a eleição e perdeu o respeito de seus pares. Se o feio em política é perder a eleição, Maluf perdeu a eleição e perdeu a compostura. Tivesse ganho a eleição, seria outro o caso: os meios justificam os fins. Neste caso, o final comprometeu os meios. Foi expulso do clube. Não porque fosse uma “praga bíblica”, como diria o Serjão. Mas porque perdeu a importância. O máximo que almeja agora é ser protegido de ACM. Os proprietários de jornais não falam com o gado, conversam diretamente com o dono.

ACM e as CPIs

A política é um jogo de tensões, e é isto que a torna uma ciência e uma arte complexa. Na relação política existente entre a mídia, a sociedade e o Estado, encontramos vários tensionamentos. Os políticos (e as forças políticas) tentam estabelecer e consolidar suas imagens por meio da mídia. A mídia procura dar resposta àquilo que existe na sociedade, como um consenso. Com a preponderância atual do capital financeiro preocupasse, também, com a mítica desse setor e com as chamadas “expectativas de mercado”. O político monta a sua imagem na intenção de responder aos consensos e às expectativas. A mídia reconstrói a imagem do político de acordo com o seu interesse de atingir o mercado e preservar/incrementar seus negócios com o Estado, dirigido pelos políticos. A ação dos políticos está condicionada, mas ao mesmo tempo condiciona. É evidente que em cada um desses setores (mídia, sociedade, mercado, agrupamentos políticos) há conflitos internos, tensões

As estrelas da cidadania e a máfia dos fiscais - Carlos Alberto Furtado de Melo

intrínsecas. Este é um jogo complexo. Em se equilibrar na tibieza desses inúmeros fios é que consiste a ciência e a arte da mídia e dos políticos.

Um exemplo simples pode ajudar a trazer luz à escuridão do parágrafo acima: Antônio Carlos Magalhães e a CPI do Judiciário. ACM é de fato Ph.D. em política. Sabe da sua imagem e da imagem do governo ao qual se alia. Trabalha com pesquisa e muita, muita sensibilidade política. Enxerga de longe as frestas no cenário político. Em março percebeu mais uma. Para um homem com seu o ímpeto, nada mais detestável do que as mesmice administrativa do Congresso que votou tudo o que o governo queria. Com a aprovação do ajuste fiscal, a agenda do Congresso Nacional seria morna. Sabedor da atual imagem de negativa mansidão do governo federal, Antônio Carlos decidiu consolidar sua imagem de homem forte da República. Para isto nada melhor do que bulir com um tema que a maioria dos políticos, mortais, jamais ousaria por teme-lo: o Poder Judiciário. Além do mais uma questão de forte apelo popular. A Justiça brasileira é tremendamente injusta.

Palco armado, *script* decorado, ACM teve, na penúltima semana de março, um período de exposição na mídia somente comparável ao que se seguiu à inesperada morte de seu filho, Luís Eduardo. Independente do conflito institucional que pudesse causar, tudo parecia que correria bem, com o governo e a economia, afastados dessa rinha de galos grandes. Mas como já se disse, política é complexa e o acaso, por contraditório que pareça, é certo. Jáder Barbalho, principal político do PMDB resolveu que não ficaria na platéia. Solicitou e obteve do Senado a CPI do Sistema Financeiro e, assim, começou a dividir o palco com ACM.

As estrelas da cidadania e a máfia dos fiscais - Carlos Alberto Furtado de Melo

A mídia achava tudo ótimo. Assunto, imagens fortes de um gigante forte e polêmico como o senador baiano. Mas a coisa começou a se complicar. Aqueles que acreditam que Itamar Franco comprometeu a economia do país em janeiro, com a declaração de moratória de Minas Gerais, se assustam agora só de pensar nos efeitos que uma CPI do Sistema Financeiro. Está em jogo a própria lógica econômica do governo Fernando Henrique. Não há mágica. O Plano Real consiste no financiamento inesgotável do Estado pelo capital financeiro. Como vimos desde janeiro, dólar tem pernas e vai embora. O dólar, que há semanas subira e aterrorizara a todos, principalmente aos que devem em dólar, pode tornar a disparar com o conteúdo das revelações que, eventualmente, vierem a tona.

Sabe-se como começam as CPIs, mas não se sabe como acabam, o que virou uma sentença. Jáder Barbalho não só deu uma estocada à altura em ACM, como acendeu um fósforo num paiol. Baseou-se, quase que exclusivamente em material da imprensa. Mas acredito que a imprensa não contava com isso. O que serão das dívidas em dólar?

Já há mostras de que ao contrário da CPI do PC, ou da CPI dos anões do Orçamento, a mídia deverá colaborar bem menos. O espaço dado a Barbalho e à sua CPI é incomparável à atenção e ao estardalhaço feito para ACM. Como é tão natural dos baianos, a cobertura a respeito foi um carnaval, comparado ao clima de velório com que foi recebida a proposta de Barbalho. A CPI pode não dar em nada. E é mesmo possível que o jogo entre o PMDB e ACM termine porque se tornou muito perigoso. Ninguém pode afirmar nada de modo categórico, porque o quadro está ainda muito indefinido. Não se sabe o quanto, ainda, é possível recuar. É até

As estrelas da cidadania e a máfia dos fiscais - Carlos Alberto Furtado de Melo

possível que não haja possibilidade de recuo nem mesmo para a imprensa, que começou com as denúncias. A mídia ficará calada o quanto puder. Algumas capas de revistas semanais de informação, no dia em que escrevo este texto (1/4/99), já mostram isto, embora ainda não se tenha o conhecimento de todas. O certo é que a investigação, de interesse da sociedade, é indigesta para o governo, para o PFL, para o PMDB, para o mercado e para a mídia. Proveniente do estado do Pará, Barbalho poderá ser o responsável pela autodeglutição de uma sapo amazônico. ■

As estrelas da cidadania e a máfia dos fiscais - Carlos Alberto Furtado de Melo

CPI DA MÁFIA

DOS FISCALIS: A MORTE ANUNCIADA

VERA CHAIA

Muito se tem falado sobre a CPI da Máfia dos Fiscais que investiga a corrupção dos fiscais nas administrações regionais na cidade de São Paulo, chegando a envolver, inclusive um grupo de vereadores. A Câmara Municipal paulistana esteve presente nas primeiras páginas dos jornais, telejornais locais e nacionais, programas de rádio e em conversa cotidiana dos cidadãos paulistanos e brasileiros.

A semana de 24 a 29/5/99 foi marcada por intensos debates políticos e por inúmeras articulações feitas nos bastidores do cenário político visando enterrar a CPI. Os interessados nesta articulação procuraram 'salvar a própria pele' (vereadores envolvidos no esquema das propinas), impedir o andamento do processo de impeachment do Prefeito Celso Pitta, ou atendiam aos apelos do ex-prefeito Paulo Maluf que objetivava sair 'ileso' destas investigações.

As CPIs não são novidade na Câmara Municipal de São Paulo: a Legislatura na gestão de Maluf (1993-1996) instalou uma CPI para averiguar denúncias de corrupção de fiscais da Prefeitura no ano de 1995. Mera coincidência?

Vera Chaia é professora do Departamento de Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

Quais as semelhanças entre a CPI instalada em 27/09/95 e a de 03/99? Ambas foram formadas para apurar corrupção dos fiscais da Prefeitura. José Eduardo Cardozo (PT) foi o solicitante e presidente designado para dirigir os trabalhos de ambas CPIs; o PPB deteve maioria parlamentar em ambos os períodos; os Prefeitos envolvidos – Paulo Maluf e Celso Pitta – começaram suas gestões pelo PPB; a mídia teve papel importante, pois denunciou os primeiros casos que desencadearam os processos para a formação das CPIs – Monalisa Perrone (Rádio Bandeirantes) e Chico Pinheiro (SP-TV/Globo).

A comparação é possível de ser feita, fundamentada na pesquisa que estamos desenvolvendo sobre "A Imprensa e a Câmara Municipal de São Paulo – 1989 a 1996" onde se elege como tema a dimensão política da imprensa voltada a analisar o complexo relacionamento entre a Imprensa e a Câmara Municipal de São Paulo nas Legislaturas de 1989-92 e 1993-96, nos Governos de Luiza Erundina do PT (Partido dos Trabalhadores) e Paulo Maluf do PPB (Partido Progressista Brasileiro). Para tanto foram analisados os seguintes jornais diários: *Folha da Tarde*, *Folha de S. Paulo*, *Diário Popular*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*.

A maioria das notícias até agora analisadas resalta que a imprensa destacava apenas fatos pitorescos ou irregularidades ocorridas na Câmara Municipal. Os projetos e as iniciativas de maior relevância apresentados e discutidos pelos vereadores foram esquecidos e raramente ganharam destaque nos jornais. Em alguns casos, quando o vereador fazia uma denúncia que atingia outros políticos ou apontava problemas da administração municipal, como contratação de assessores da Prefeitura sem concurso público, a notícia aparecia e repercutia nacionalmente. Portanto, pode-se antecipar que a

CPI da Máfia dos Fiscais: a morte anunciada - Vera Chaia

maioria das matérias sobre a Câmara Municipal de São Paulo, veiculadas pelos jornais da cidade são depreciativas, desqualificam os políticos e denunciam vários tipos de problemas no Legislativo municipal.

Partindo de uma análise parcial e restringindo as conclusões à cobertura do jornal *Diário Popular* pode-se contabilizar, comparando as duas legislaturas, a presença expressiva de notícias sobre CPIs na gestão Maluf, pois de um total de 283 (100%) de notícias específicas sobre este assunto 81(28,6%) foram veiculadas na gestão Erundina e 202 (71,4%) na gestão Maluf.

A partir deste levantamento preliminar, procuraremos reproduzir o que aconteceu com a CPI instalada no dia 27/04/95 e que teve como objetivo apurar as irregularidades na fiscalização do comércio de ambulantes. A denúncia partiu de uma jornalista da Rádio Bandeirantes, Monalisa Perrone, que havia noticiado indícios de corrupção dos fiscais da Administração Regional da Sé.

A manchete do *Diário Popular* estampou a implantação desta comissão: "CPI da corrupção ouve depoimentos na Quarta" em 27/4/95. Vários camelôs prestaram depoimentos, fiscais da Prefeitura foram denunciados, o administrador da regional da Sé, Vitor David (sogro de Hanna Gharib) foi chamado a depor e argumentou que ele não tinha condições de acabar com a corrupção na sua administração, isentando-se de culpa. Naquela ocasião a CPI teve a seguinte composição: Mario Noda (PTB), José Índio (PMDB), Mohamad Said Mourad (PL), todos votaram contra a formação da CPI; Alex Freua Netto (PPR) [faleceu durante a CPI, sendo substituído por Cosme Lopes (PPB)] e José Eduardo Martins Cardozo (PT), que havia pedido a sua formação e foi designado presidente da CPI. É importante ressaltar que quem designa a composição da CPI é o presiden-

CPI da Máfia dos Fiscais: a morte anunciada - Vera Chaia

te da casa, na época o vereador Miguel Colassuono (PPB).

Quais foram as conseqüências daquela CPI: o relatório final elaborado pelo vereador Cosme Lopes, circunscreveu a culpabilidade a um grupo de fiscais e denunciou inúmeras irregularidades, dentre as quais se destacam aluguel e vendas de pontos comerciais, denúncias de corrupção e contravenção penal, ameaças contra a vida, arrecadação de valores com fins eleitorais, etc. Por esta ocasião o vereador José Eduardo Cardozo fez seu voto em separado e ressaltou que deveriam ter sido investigadas outras administrações, pois haviam denúncias de corrupção e irregularidades em outras regionais. Também questionou a atuação do Sr. Vitor David não totalmente investigadas, além de uma série de problemas encontrados e não devidamente apurados por aquela CPI. O relatório final, com todos os depoimentos e provas colhidas, foi encaminhado ao Ministério Público para futuras investigações.

Avancemos no tempo e procurar analisar como se deu a formação da CPI da Máfia dos Fiscais em 1999: o Presidente da Câmara Armando Mellão (se elegeu pelo PPB, atualmente sem partido) designou como presidente da CPI o vereador José Eduardo Cardozo (PT), solicitante da mesma, Dalton Silvano (PSDB), Brasil Vita (PPB), Wadih Mutran (PPB), Milton Leite (PMDB), sendo que estes três últimos vereadores votaram contra a formação da CPI na primeira votação e estão diretamente envolvidos com a indicação de administradores regionais. Portanto, os limites desta CPI também já estava traçado à partir de sua própria formação.

A CPI da Máfia dos Fiscais, instalada em março de 1999 [ler artigos no *Observatório da Imprensa* de Vera Chaia e Marco Antonio Teixeira (20/03/99) e Carlos

CPI da Máfia dos Fiscais: a morte anunciada - Vera Chaia

Alberto Furtado de Melo (05/04/99)] foi sepultada em maio de 1999, com uma manobra, muito bem articulada, executada pelo Prefeito Celso Pitta que trocou com sua base de apoio na Câmara a não aprovação de um processo de impeachment, pelo encerramento da CPI, que poderia ser prorrogada pelo regimento, em mais 90 dias, período necessário para que fossem realizadas todas investigações.

Neste caso específico, apesar de toda a pressão e acompanhamento feito pela mídia denunciando e investigando por conta própria e publicizando os fatos relacionados à CPI, conseguimos constatar que a *Política* possui uma certa autonomia, pois foi exatamente nos bastidores do poder ('surdina da noite') que os acordos políticos entre o Prefeito Celso Pitta, o grupo ligado ao ex-prefeito Paulo Maluf e os vereadores situacionistas foram feitos – sem a presença dos meios de comunicação e na ausência do Ministério Público.

Quais os limites de uma CPI? O primeiro aspecto que nos chama a atenção, como já destacamos, é o procedimento utilizado para a composição das CPIs. Normalmente o presidente da Câmara é quem pede a CPI e geralmente o vereador que solicitou a formação de uma CPI é indicado como presidente da mesma. Os outros componentes serão designados pelo próprio presidente da Câmara. Caso o solicitante seja de um partido de oposição, dificilmente uma CPI com características de denúncias contra algum vereador situacionista ou contra um prefeito que detém a maioria parlamentar vai chegar a um relatório final conseqüente, que puna os culpados.

Após as investigações, com depoimentos e coletas de provas, a CPI elabora um relatório apontando os responsáveis pelos problemas levantados e remete ao Ministério Público, pois a CPI não tem poderes policiais e não pode responsabilizar em termos de penalização. A compe-

CPI da Máfia dos Fiscais: a morte anunciada - Vera Chaia

CPI da Máfia dos Fiscais: a morte anunciada - Vera Chaia

tência da Câmara não é punir, ela aponta as responsabilidades e pune somente nos casos que envolvam vereadores, aí é uma questão de comissão processante que avalia a possibilidade de um processo de cassação de mandato.

As CPIs, segundo pesquisa divulgada pela CNI/Vox Populi no dia 05/05/99, foram avaliadas positivamente por 64% dos eleitores entrevistados e somente 25% avaliaram negativamente. Neste sentido, o que se pode esperar de nossos políticos que menosprezam e não levam em conta a opinião pública? Em pesquisa da Unesco, recentemente divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (25/05/99), que teve como universo pesquisado os jovens do Rio de Janeiro, ao serem solicitados para atribuir notas de 0 a 10 para o grau de confiança nas instituições, a maioria dos jovens (classes a e b) destacou em 1º lugar a família com nota 9,0, seguida da Igreja com 7,2 e dos meios de comunicação com 7,1. Ao Congresso Nacional e aos partidos políticos foram atribuídas notas 4,1 e 2,5 respectivamente. Neste caso pode-se colocar sob nova perspectiva a questão referente à desqualificação dos políticos e das instituições pela mídia – fazendo aflorar maiores dúvidas quanto a esta responsabilidade.

Com a morte (anunciada) da CPI da Máfia dos Fiscais, o Legislativo paulistano sepultou as últimas esperanças para limpar a administração pública paulistana, ou para realizar uma verdadeira 'desmalufização' da máquina administrativa municipal. Foram preservadas práticas políticas como o clientelismo, o nepotismo e a corrupção, presentes na cultura política brasileira há longa data.

A mídia cumpriu a sua parte, pois denunciou, investigou, cobrou e acompanhou todo o processo da CPI. Quem perde com esta 'morte' é a Democracia, a vida parlamentar, as instituições políticas e os cidadãos brasileiros. ■

CASSAÇÕES BASTAM?

VERA CHAIA

As manchetes dos jornais de São Paulo e os telejornais locais e nacionais apresentaram novamente com grande destaque as cassações de dois políticos paulistas: Vicente Viscome (vereador) e Hanna Garib (deputado estadual). Viscome foi acusado de pertencer à Máfia dos Fiscais e de ter cometido uma série de delitos, entre os quais uso do mandato para obter vantagens financeiras, uso de servidor público em comitês políticos, não comparecimento às convocações da CPI, etc em termos jurídicos foi acusado de crime de peculato, concussão e formação de quadrilha. Já Garib, também acusado de pertencer à mesma Máfia, foi julgado na Assembléia Legislativa, cassado por quebra de decoro parlamentar, perdendo sua imunidade parlamentar e está afastado da vida política até o ano 2010.

Essas cassações resultaram de um processo de moralização política levada a termo pelos Legislativos de São Paulo e, significaram uma “limpeza ética” e uma resposta às pressões da opinião pública brasileira que acompanhou passo a passo as denúncias e investigações feitas pelo Ministério Público, Polícia estadual e a Mídia de modo geral.

Vera Chaia é professora do Departamento de Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

Os antecedentes criminais de Vicente Viscome já haviam sido indicados pelo então vereador Alex Freua Neto, do PDS, que em 5/2/93 revelou aos jornais que Viscome estava envolvido em 6 inquéritos e 7 processos criminais. O mesmo se pode falar de Hanna Garib, citado em vários momentos de sua vida política como envolvido em irregularidades administrativas. Incrivelmente estes dois políticos permaneceram em seus cargos e não foram denunciados pelos seus pares por longo período. De imediato pode-se perceber então que o espírito de corpo prevaleceu em muitos momentos na vida política da Câmara Municipal de São Paulo.

As reações às cassações surgiram rapidamente, principalmente aquela que busca formas de abafar as oposições. Os vereadores governistas aprovaram no último dia 29 uma mudança no “Regimento interno da Câmara Municipal de São Paulo”, que “caça” a liberdade de expressão e elimina a possibilidade de existir divergências no Legislativo paulistano. Por esse novo regimento os projetos devem ser aprovados em bloco, sem direito a apresentação de propostas de emendas e substitutivos, os debates em plenário ficam restritos a 20 minutos, cassando-se a palavra dos vereadores em 100 minutos e, agora os projetos podem ser votados num único dia e não em duas votações no período de 48 horas.

Bastam as cassações de políticos que ferem as regras institucionais? Não deixa de ser parte de um processo que potencializa futuras ações dos diferentes poderes referenciadas por uma cultura política democrática – e isto supõe desde controles internos e externos até a, paradoxal, criação de uma ética na política.

Temos aí um momento que poderá ter desmembramentos positivos, pois tanto a Câmara quanto a Assembléia Legislativa cumpriram a lição de casa, que-

Cassações bastam? - Vera Chaia

brando um rígido corporativismo e cassando políticos corruptos. Se é necessário um esforço interno, pode-se perceber também nesta decisão uma retomada da sensibilidade com fatores externos: o Legislativo não deixa de responder, com estes atos, aos apelos que brotam em diferentes instâncias da sociedade.

Estes acontecimentos indicam, portanto, a necessidade de alterações conjunturais em vários aspectos da vida política brasileira como, por exemplo, a urgência dos partidos políticos serem mais responsáveis no processo de triagem de seus candidatos. Se havia um conhecimento prévio de que um determinado candidato estava envolvido em processos criminais e inquéritos policiais (no caso Vicente Viscome) como aprová-lo? O “controle de qualidade” se inicia no momento da escolha das candidaturas. Isto não garante que esse candidato, quando eleito, não adquira “hábitos” de se apropriar da “coisa pública”, mas o risco é menor se houver efetivamente uma triagem maior por parte dos partidos políticos.

Um outro aspecto a ser destacado é o papel de controle e fiscalização exercido pela Mídia, publicizando os fatos políticos e cobrindo as atuações das autoridades políticas. No caso específico dessas cassações, o acompanhamento e as investigações realizadas pela mídia auxiliaram e muito para que esses parlamentares fossem cassados. Embora não se possa perder de vista este vínculo entre mídia e democracia, alguns riscos podem ser percebidos na cobertura enfática de fatos negativos da vida política. Corre-se o perigo, neste caso, de ajudar a aumentar a desconfiança que o eleitor tem de nossos políticos. É claro que a verdade deva ser revelada, mas este acompanhamento da vida parlamentar por parte dos meios de comunicação precisa ser constante, ressaltan-

Cassações bastam? - Vera
Chaia

do também seus aspectos positivos, como as práticas políticas consistentes e atuação de partidos políticos que mais se destacam no parlamento, contribuindo com isso para mudar a cultura política brasileira.

A Mídia, principalmente a imprensa escrita é o nosso “banco de dados”, é a “memória” do eleitor, pois durante o período eleitoral precisa lembrar a atuação de certos políticos para que o eleitor “faça a escolha certa” e não se arrependa de seu voto. ■

Cassações bastam? - Vera
Chaia

COISA DE JORNAL

CARLOS ALBERTO FURTADO DE MELO

Os recentes fatos em torno do grampo telefônico no BNDES, que culminaram com a demissão de seis importantes membros do governo, têm servido para a reflexão em torno do papel da imprensa e seus efeitos políticos. Consta que Luiz Carlos Mendonça de Barros, seu irmão, José Roberto, e André Lara Resende resolveram pedir demissão do governo num sábado à noite. Na quinta-feira daquela semana Luiz Carlos comparecera ao Senado e fora triturado pelos senadores. Ouvira do senador Pedro Simon (PMDB-RS) – num dos mais memoráveis discursos dos últimos tempos — o conselho de retirar-se do governo dentre outros motivos porque a imprensa não lhe deixaria em paz. “Essa gente quando pega, pega pra valer”, disse o senador num tom fraterno.

O ministro, o presidente do BNDES e o secretário do comércio Exterior do governo Fernando Henrique aguardaram até o final de semana para constatar que Simon estava certo. As principais revistas semanais do País foram unâimes: estamparam o ministro

Carlos Alberto Furtado de Melo é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

Coisa de jornal - Carlos
Alberto Furtado de Melo

em suas capas, deram mais oxigênio às suspeitas, especularam a respeito da lisura do processo de privatização, embora internamente acrescentassem muito pouco, ou nada, ao revelado até ali. “Essa gente quando pega, pega mesmo pra valer”.

No domingo à noite aqueles importantes membros do governo, entregaram seus cargos ao presidente da República e deram por finda a queda-de-braço que ali se explicitara. Retiravam-se do intrincado jogo em que os partidos da aliança que sustenta o governo se digladiavam pela ampliação de espaços no próximo ministério, de olho no cabalístico ano de 2002. Abandonaram, talvez, a possibilidade da adoção de novos caminhos que se contraponham (ou complementem) à política econômica fundamentalista do “laissez faire, laissez passer” que tem determinado uma enorme dependência nacional em relação aos capitais especulativos de curtíssimo prazo. Saíram do governo e sumiram das bancas.

Luiz Carlos Mendonça de Barros voltou à primeira página, no *O Estado de S.Paulo*, contando sua versão do movimento que o derrubara. Mas aí Inês já era morta, já se fazia escuro. Hoje, há um eventual ministério da Produção à busca desesperada de um ministro, há um sorumbático presidente à procura de um projeto e uma parcela da imprensa sob suspeita de incompetência ou má-fé. E um país à beira do precipício. O curioso é que as críticas, as investigações, as suspeitas que poderiam surgir durante a campanha eleitoral só apareceram efetivamente depois do jogo terminado. Evidentemente porque só políticos sabiam dos grampos e do Dossiê de Cayman. Certamente, assim como Papai Noel e mula-sem-cabeça existem, nenhum jornalista ouvira falar dos casos durante a campanha.

Mas ironias à parte, por que as “denúncias”, os trechos “picantes”, as palavras “grosseiras”, a “incontinência verbal” do ministro sumiram da mídia? Afinal, não fora a própria imprensa que mencionara a existência de “mais ou menos” 57 fitas? Onde estão as novas revelações que poderiam fazer “estremecer a República”? Tomaram Doril! O pobre e desinformado leitor, obrigado a consumir as notícias do “escândalo” da moda, ficou, de repente, solitário e procurando com lentes de aumento as últimas notícias no garimpo das páginas pares e nos rodapés. Quem conseguiu uma ou duas fitas não conseguiria mais uma ou duas, pelo menos?

As suspeitas eram infundadas e não mereciam tão estrondosa divulgação, ou tinham fundo de verdade e, agora, se procura esfriar o caso, sabe-se lá por quais motivos.

Mendonça de Barros, o ministro, envolvera-se em várias frentes de disputa política. Sua queda interessava a muita gente. Até aqui ficou constatado que seu verdadeiro erro foi político — não faz parte da “boa” política enfrentar tantos interesses de uma só vez. Questões de relevo moral, ético e penal, se possuem, de fato, algum fundamento não foram até aqui comprovadas. Se argumentarem que o caso ainda está sendo apurado, fica, então, admitido que se denunciou sem antes ter-se provas mais concretas. Acusou-se por meio de evidências duvidosas, o que é pouco consistente para se acusar quem quer que seja. Se o que se tem são apenas indícios e evidências, o que justifica a denúncia estrondosa, amplificada nas capas e nas primeiras páginas? Para uns, o furo. Para outros, os interesses que não estão muito claros. Faltaram critérios e cuidados. Mas, o pior é que, de repente, se parou de acusar sem dizer o porquê.

Coisa de jornal - Carlos
Alberto Furtado de Melo

Que interesses políticos estão envolvidos na divulgação das fitas que são capazes de, num estalo de dedos, interromper um processo que muitos comparavam ao impeachment de Fernando Collor? Sinceramente, não é possível definir se a imprensa foi irresponsável, vazia e inseqüente em levantar o caso a que não deu continuidade, ou se foi submissa ao tirá-lo de destaque. A quem serviu? A resposta pode estar no axioma de que “isto é coisa de jornal”, como se diz por aí.

Coisa de jornal - Carlos
Alberto Furtado de Melo

Cabeça, tronco e membros

Não raro ouvem-se expressões carregadas de desdém que identificam o conjunto da imprensa como “jornal”: “Ah, isso é coisa de jornal”, “isso só tem importância para os jornais venderem mais”, “jornal é assim mesmo”. Mas será mesmo que é só isso? Será que os jornais e a mídia em geral são mesmo tão sem importância como imaginam algumas pessoas? Será que a imprensa de um modo geral move-se “apenas” pelo ganho fácil e rápido? Ou será que a imprensa, por outro lado é só *instrumento* dos interesses políticos de partidos e grupos econômicos? A imprensa é muito mais do que isso. Ela é mesmo um ator político com cabeça, tronco e membros. Age com sua própria lógica e cultiva postulados ideológicos próprios os quais variam de jornal para jornal.

O caso dos grampos serve-nos de mote para a reflexão do papel da imprensa, uma vez que reina uma enorme confusão quanto ao lugar da mídia no contexto político. E nesse ponto é importante que nos apropriemos do caso de Luís Carlos Mendonça de Barros para darmos seqüência ao debate sobre a imprensa que esse importante e necessário *Observatório* vem realizando

há algum tempo, uma vez que já não nos é permitido o senso comum e nem é mais possível acreditar que “apenas” o interesse jornalístico dê o tom das investigações e coberturas da imprensa.

Há jornais no Brasil que criticam a todos. Criticam sobretudo os políticos e os partidos. Criticam pela imoralidade e até pelo excesso de moralismo; pela promiscuidade e pelo purismo. Mas, ao expressarem seus ideais, ao reproduzirem e conduzirem ao tipo de convicção de ideologia que propugnam, os jornais agem, também, como atores políticos, assim como os partidos. E, ousado acreditar, com muito maior força política e capacidade de mobilização.

Todos os partidos políticos um dia pensaram em possuir o seu jornal de penetração nacional. Com maior ou menor destaque, quase todos falharam. Os partidos donos de jornais foram efetivos apenas nos regimes autoritários. Por outro lado, nunca foi conveniente aos jornais atrelarem-se, explicitamente, aos partidos. O máximo a que se permitem é apoiar programas e causas, distanciando-se dos projetos. Quando fazem o jogo, momentâneo e circunstancial, dos partidos o fazem por interesses próprios, afastando-se, em seguida, o mais rápido possível. Exceções com Samuel Wainer e, em certa medida, com Fernando Collor de Mello comprovam a regra.

Wainer cometeu o erro de assumir abertamente o getulismo e beneficiar-se disto por meio de empréstimos, verbas de publicidade e informações estratégicas. *A Última Hora*, para o trabalhismo e para o seu proprietário, era o esteio do nacionalismo e do interesse dos trabalhadores. Para os outros jornais, praticava “concorrência desleal”. Foi canibalizado por Assis Chateaubriand e companhia. Já o “caçador de marajás”

Coisa de jornal - Carlos
Alberto Furtado de Melo

pode ter praticado centenas de erros políticos, éticos, administrativos e penais. Contudo, um de seus maiores passos em falso foi pretender construir (por meio de testas-de-ferro) o seu próprio império de comunicação — que rivalizaria, inclusive, com o monopólio familiar em Alagoas. Começou a despertar suspeitas entre aqueles que, majoritariamente (há exceções) o viabilizaram junto à opinião pública.

A imprensa e, mais propriamente, as empresas de comunicação, são movidas por interesses próprios e fazem o seu próprio jogo, mesmo quando se imagina que estejam jogando o jogo do outro. O caso de Mendonça de Barros é muito recente para que se consiga entender que interesses estavam em jogo além das questões políticas mais visíveis. Mas já é possível compreender que durante a campanha eleitoral a maioria da mídia (para não falar em totalidade) aderiu ao consenso da reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Os editoriais simpáticos ao presidente-candidato e a ausência da crise financeira das primeiras páginas e dos telejornais durante longo período identificam essa postura. Sob vários pontos de vista, os jornais despolitizaram a disputa eleitoral. Não se discutiu os rumos que o Brasil deveria adotar porque todos os caminhos admitidos pela imprensa se limitavam ao interior da aliança PSDB-PFL.

Certos ou errados, não é este o caso, o importante é perceber que os jornais aderiram àquela candidatura mais assemelhada com às suas preocupações pragmáticas e ideológicas. Fora do consenso, à oposição só restaram as matérias negativas e as críticas de anacronismo e superficialidade.

Atingido o objetivo da reeleição, começaram a aflorar as divergências na própria base da coalizão presidencial. Por um lado, essa foi a oportunidade de

Coisa de jornal - Carlos
Alberto Furtado de Melo

ouro para que os meios de comunicação mostrassem a *independência*, e a *autonomia* decantada. O hipotético descolamento de interesses internos e a exposição da “verdade nua e crua” poderia, de certo modo, purgar o alinhamento eleitoral. Mas não é só isso. Por outro lado, os diversos grupos econômicos, proprietários dos meios de comunicação, também articulam-se dentro do espectro político, sobretudo com as frações que disputam o poder dentro do próprio poder. Há aqueles que se alinham à equipe econômica por identidade ou necessidade, aqueles que se alinham aos partidos da ordem (ao PFL, ao PSDB e até ao PMDB). Neste jogo de identidades e adesões é possível imaginar um infindável número de interesses. Desde os mais ideológicos aos mais mercantis-pragmáticos.

Ao pesquisador interessado é possível verificar, por meio da leitura dos nossos mais conceituados jornais e revistas, como se tem dado esse alinhamento da eleição para cá. Há casos de capas de revistas semanais trazendo em destaque o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sem que se acrescente nada de importante para o leitor. Fica a impressão de que a matéria, feita para promovê-lo, cumpre objetivos que se desconhece, sobretudo em se tratando de figura tão importante da economia do País. Privilegia-se o cosmético em detrimento de um verdadeiro debate nacional. Uma das matérias indicava que o ministro não se sente bem de chinelos e bermuda nem dentro de sua própria casa. Matérias que ficariam melhor em *Caras*.

Já a mega-exposição negativa do ministro Mendonça de Barros, durante seu suplício de novembro, deixa claro que houve uma concordância de editores de que o ministro e equipe teriam que ser esquartejados, pois Mendonça incorreu no erro de se deixar fisgar pela boca.

Coisa de jornal - Carlos
Alberto Furtado de Melo

Coisa de jornal - Carlos
Alberto Furtado de Melo

Interessante que esse “peixe” estivesse, numa de suas frentes de combate, duelando com o próprio ministro da Fazenda. Não há notícia de que Malan tenha-se mobilizado para defenestrar Mendonça do governo. Pode não haver relação alguma entre se elogiar um ministro e ajudar no esquartejamento político de outro. Mas a simples distinção (ainda que baseada no escândalo em que se envolve um deles e no “sucesso” alcançado por outro) é estranha. Não se nota a propalada isenção, como muitos hão de querer fazer acreditar. Até porque o sumiço do caso dos grampos dos destaques e das primeiras páginas confunde. Ou nada aconteceu e não passou tudo de um mal-entendido, ou o objetivo foi plenamente alcançado e não há mais nada a falar, pois Mendonça já é passado.

Talvez Mendonça de Barros e seus interlocutores telefônicos tenham se transformado no justo preço pago pela omissão eleitoral, em que a imprensa se recusou discutir os reais problemas do País e os desafios do futuro governo. Não que isso pudesse mudar o resultado da eleição — e creio mesmo que não poderia —, mas sem dúvida tornaria o pleito mais democrático e mais útil. A imprensa, ao amplificar o jogo político de bastidores pela disputa de maior espaço no próximo governo, ao mesmo tempo em que cumpre um papel, digamos, jornalístico, também, se transforma em instrumento de interesses menores. É lógico que a questão dos meios de comunicação e sua importância para o sistema político democrático não se resume a essa manipulação. Na sociedade contemporânea a imprensa não deixa de ser uma tribuna especial e necessária. Mas é frequente que use e se deixe usar essa tribuna para a realização de interesses de grupos. Esperemos que não seja esse o caso. Esperemos que seja só porque “essa gente quando pega, pega mesmo pra valer”.

TORRE DE PAPEL

EDUARDO VIVEIROS

Ivan Angelo, no *JT* de 14/01/99, p.6C, chamou Sílvio de Abreu de "enganador" por ter "explodido" o enredo de sua novela *Torre de Babel*. Diz Ivan Angelo:

Um enredo em que qualquer um pode ser o criminoso não tem a menor consistência nem compromisso com a novelística. Uma sociedade em que todos são criminosos potenciais é uma mentira, uma distorção.

A dúvida sobre quem havia explodido o shopping center da novela, segundo o autor, foi "fabricada e marquetada", tendo sido uma bobagem irrelevante a mídia especular sobre o assunto.

Fiquemos com a segunda frase do trecho acima transcrito: *Uma sociedade em que todos são criminosos potenciais é uma mentira, uma distorção*. Rica em possibilidades, se a deslocamos do campo da dramaturgia televisiva para a política.

Agora mesmo, a crise que derrubou o outrora todo-poderoso Gustavo Franco e a política econômica governamental, não chegou a configurar os vilões ou "criminosos", apesar da mídia apontar Itamar Franco como possível candidato a Judas na novelinha "Realis-

Eduardo Viveiros é mestrando do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

ta". Produto político-dramatúrgico cujos ingredientes da trama, por sinal, são bem mais complexos do que os de *Torre de Babel*, produto televisivo que carrega no próprio título sua significação e pertinência: nenhuma, pra quê?, a não ser ocupar as mentes cansadas e sonolentas depois do jantar (quando há...).

Nossa crise não é "política", mas econômica. Ah, bom... Política não é mesmo um assunto muito digestivo. Economia pode ser, porque o didatismo da mídia está voltado para fazer com que todos entendam que tudo vai bem, apesar de nos termos dado mal. Não há crise política, mas pode haver. E braba. Para evitá-la, Bolívar Lamounier só vê um caminho: "...uma dramática melhoria no desempenho da classe política, aí compreendido não apenas o presidente e o Congresso, mas também os governadores e prefeitos. Ou passam, todos eles, rapidamente, da incompreensão à compreensão, da ligeireza à responsabilidade, do antagonismo à cooperação, ou a crise estalará com certeza, tornando inútil a maior parte do sacrifício que já fizemos, e levaremos anos, disso ninguém duvide, para reconstruirmos as condições políticas que, bem ou mal, permitiram os avanços dos últimos anos." (*JT*, 13/01/99, p. 2A)

Ora, cabe perguntar ao professor Bolívar: que verdade haveria numa sociedade onde os políticos, todos, sem exceção, cooperassem entre si, sem antagonismos e, por que não?, até uma certa dose de "ligeireza"? Não seria uma distorção das vontades e contra-vontades políticas de indivíduos, grupos, partidos?

As condições políticas que permitiram os "avanços dos últimos anos" praticamente não se alteraram com as últimas eleições. A aliança governista, alicerçada nos próceres da República oriundos dos mais diversos rincões brasileiros, e nos partidos de sustentação das

Torre de papel - Eduardo Viveiros

políticas governamentais no Congresso, que eu saiba, também não estaria ameaçada.

Então, qual é a ameaça? Seja qual for, deve ser muito grave, muito mais grave do que o "efeito Itamar". Seu apelo à unidade nacional chega a ser tocante, mas insuficiente. Se o Presidente do Real não conseguiu concluir a "lição de casa" neo-liberal, reformando a casa estatal para que pudessem nela morar os rebentos do crescimento econômico, que, claro, viria com a estabilidade monetária e as reformas, podemos procurar os culpados em toda a vizinhança (próxima e distante, bem distante, quase asiática...). Mas na própria casa ou na "famiglia" política governista, não. Todos querem a felicidade do Brasil.

As crises, inerentes à política econômica do governo, sempre vêm de fora. Aqui, aprovamos reformas, emendas para a reeleição, toneladas de medidas-provisórias e cortes orçamentários em rubricas insignificantes, como Educação, Ciência e Tecnologia etc. Todos fazemos sacrifícios, principalmente os milhões de desempregados. A sociedade não se compõe apenas de "mocinhos" e "mocinhas", é claro, mas os "bandidos" são minoria e fáceis de serem identificados: no Congresso, as oposições impatrióticas; nas ruas e fábricas, certos sindicalistas; nas Universidades e em parte (bem pequena, aliás) da mídia, intelectuais que não se conformam com os sucessos governamentais e cultivam a "fracassomania".

O governo conta com o apoio quase total dos meios de comunicação. As vozes discordantes existem, mas não têm ressonância.

Se assim estamos, por que, na hora de soar o alarme geral da loucura cambial, da descida pelo ralo das "reservas" construídas com o capital-cassino que nos

Torre de papel - Eduardo Viveiros

abandona, da quebra geral de empresas (as ex-estatais estão ameaçadas também?) e da recessão violenta que se instala na economia, por que apelar para os "bandidos"? Só porque Minas desrespeitou a máxima de Otto Lara Resende (segundo Nelson Rodrigues): "O mineiro só é solidário no câncer"?

Torre de papel - Eduardo Viveiros

O JORNALISMO DE OPINIÃO E O DISCURSO DE DESPEDIDA DA VIDA PÚBLICA DO ARAUTO DO LIBERALISMO NO BRASIL

MARCELO HENRIQUE P. DOS SANTOS

O jornalismo de opinião é uma das facetas mais atraente da imprensa brasileira. Os praticantes deste tipo de jornalismo empenham-se em defender uma concepção de mundo abrangente, primam pela tomada de posições polêmicas e, por isso, provocam tensões difíceis de serem superadas.

No prefácio de *Reflexões e Comentários* (1970-1978), livro de Eugênio Gudín, Carlos Castello Branco afirma que “nenhum jovem, nenhum jornalista, de qualquer idade ou de qualquer especialidade, neste momento no Brasil, escreve tão bem quanto o Professor Eugênio Gudín. Para louvá-lo é que se justifica que um jornalista lhe dirija essas palavras de estima e de agradecimento pela lição permanente de estilo, de coragem e de força crítica que se desprende de cada um dos seus trabalhos.”¹

Eugênio Gudín deixou alguns discípulos, entre estes merece destaque especial o economista Roberto de Oliveira Campos. Seguindo os passos do mestre, Roberto Campos acostudou-se a defender suas idéias em alguns dos mais importantes jornais brasileiros, a dizer, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*.

Marcelo Henrique P. dos Santos é mestre em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

Todavia, no entender do também jornalista Paulo Francis, Campos “é posto numa espécie de quarentena permanente, sem que suas opiniões sejam sequer consideradas. Se faz de conta que ele não desmonta aos domingos... a ação nefasta do Estado brasileiro em favor exclusivo de seus apaniguados.”² Essa quarentena, se é que ela realmente existe, só pode ser causada pelo fato de Roberto Campos defender de forma irrestrita uma “visão de mundo” (liberalismo) combatida por parte significativa da sociedade brasileira.

Como não poderia deixar de ser, esta concepção de mundo aparece no discurso de despedida da vida pública feito por Campos no dia 28 de Janeiro de 1999. No início do discurso o economista confessa estar possuído por uma melancolia advinda do reconhecimento do fracasso de toda uma geração – a do próprio Campos – em lançar o Brasil no rumo do desenvolvimento sustentado, e da constatação de estarmos discutindo os mesmos problemas analisados em 1983 (ano em que Campos é eleito Senador pelo Estado do Mato Grosso), a saber: moratória e recessão.

Roberto Campos aponta para o contraste existente entre o potencial de riqueza e a pobreza do desempenho brasileiro. O que explicaria tal contraste? No entender do ex-deputado a explicação envolveria três fatores:

- deformações culturais;
- erros comportamentais;
- a armadilha do meio sucesso.

As deformações culturais podem ser englobadas naquilo que a muitos anos o economista vem chamando de doença dos “ismos”: o nacionalismo, que dificulta a absorção de tecnologia e investimentos; o populismo, que pretende distribuir mais do que consegue produzir; o estruturalismo, que costuma subestimar

O jornalismo de opinião e o discurso de despedida da vida pública do arauto do liberalismo no Brasil - Marcelo Henrique P. dos Santos

os efeitos da desordem monetária na inflação; o estatismo, que obriga o Estado a fazer mais do que pode no econômico, e menos do que deve no âmbito social; o protecionismo, que favorece a cartelização da economia, gerando inflação, coloca em segundo plano o controle de qualidade, e provoca baixa produtividade econômica.

Os erros comportamentais foram abundantes principalmente na década de 80, a chamada década perdida. Os primeiros erros foram cometidos pelos militares que terminaram seu longo reinado sem efetuarem a abertura da economia, e implantaram uma política de reserva de mercado no setor de informática que atrasou em pelo menos 15 anos a modernização tecnológica brasileira.

Com os governos civis vieram os planos 'heterodoxos' de combate à inflação – Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão e Plano Collor. Os três primeiros desorganizaram o sistema de preços, o último desorganizou as poupanças. Como se isso não bastasse, em 1987 o Brasil proclamou uma moratória unilateral da dívida externa, apelidada de 'moratória soberana', que destruiu o crédito internacional e consta de forma negativa no prontuário financeiro do Brasil.

Outros erros advieram com a Constituição de 1988. Sobre esta o ex-deputado diz o seguinte:

“Houve, finalmente, a Constituição de 1988, que documenta os perigos de uma doença freqüente na América Latina – a ‘constitucionalite’. Ela excita utopias individuais. Nossa atual Carta Magna é intervencionista no econômico, utópica no social e híbrida no político. Ampliou os monopólios estatais, exagerou a carga fiscal, engessou as relações trabalhistas e criou um sistema previdenciário que é uma briga com o cálculo atuarial. Foi esfuziante na concessão de direitos e monástica na especificação dos deveres. Facilitou tanto a proliferação

O jornalismo de opinião e o discurso de despedida da vida pública do arauto do liberalismo no Brasil - Marcelo Henrique P. dos Santos

de partidos como de municípios insolventes. No fundo, é mais um ensaio de 'democratece' e 'demoscopia' do que de 'democracia'. Democratece, porque acentua as liberdades políticas, mas priva os cidadãos de liberdades econômicas ou de opções sociais. É que os monopólios estatais são uma cassação do direito de produzir enquanto que a legislação trabalhista inibe o direito de contratar, e a legislação previdenciária, ao tornar obrigatória a previdência pública, priva o cidadão do direito de escolher o administrador de suas poupanças. Nossa Constituição é também um ensaio de 'demoscopia', ao facilitar um pluripartidarismo caótico, pela ausência de instrumentos de compactação partidária, como o voto distrital, a fidelidade partidária e a 'cláusula de barreira'.³

Roberto Campos também procura explicar o nosso medíocre desempenho através de um terceiro fator: a armadilha do meio sucesso. No entender de Campos as nações apenas podem ser salvas pelo sucesso, gerador de confiança, ou pelo fracasso, provocador de mudanças. O perigo estaria no meio sucesso. O Plano Real seria um exemplo de meio sucesso, pois teve êxito na queda da inflação e insucesso crescente no âmbito fiscal e cambial.

Tendo em vista tudo o que foi dito, o leitor não deve esperar de Roberto Campos nenhum tipo de construção teórica original, pois este autor é antes de tudo um divulgador de idéias que são abrangentes, polêmicas e causadoras de tensões, ou seja, Campos é notoriamente um representante do jornalismo de opinião. ■

1. Castello Branco, Carlos. O Jornalista Eugênio Gudin in Gudin, Eugênio, *Reflexões e Comentários (1970-1978)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 14.
2. Francis, Paulo. *Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 51.
3. "A Despedida de Roberto Campos", in *O Estado de S. Paulo*, 31 jan. 1999.

O jornalismo de opinião e o discurso de despedida da vida pública do arauto do liberalismo no Brasil - Marcelo Henrique P. dos Santos

NEM 12, NEM 40: QUE TAL OS 7 DE UM GABINETE DO IMPÉRIO?

EDUARDO VIVEIROS

O jornalismo político brasileiro é rico em analistas, articulistas, comentaristas e colunistas liberais, conservadores, progressistas (ao centro-esquerda e à esquerda) e independentes. Podemos intuir se professam este ou aquele credo político, quando esses jornalistas publicam suas idéias e análises em jornais ou os apresentam, em comentários na rádio, televisão e, agora, via “Internet”.

De acordo com manuais ou estratégias das empresas para as quais trabalham, muitos procuram mostrar-se indefinidos politicamente. Contudo, na função de analistas, como atores que improvisam e criam novas falas ou cenas, fugindo aos papéis previamente definidos por seus “diretores”, ora aparentam estar à esquerda, ora à direita, quando não pairam ameaçadoramente sobre as atormentadas almas dos políticos brasileiros. A imparcialidade e a objetividade devem marcar suas intervenções. O que, verdade seja dita, nem sempre é possível garantir, devido à matéria com que lidam diariamente: a rotina do Poder num país como o Brasil.

Em muitos casos, vestem coloridos trajes de arautos do clamor popular ou lúgubres túnicas de orá-

Eduardo Viveiros é mestrando do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

culos que prevêm crises e trovoadas. Isso se as crises não se anteciparem às previsões. Os mais divertidos, por certo, são os que, no papel de bufões, acertam em cheio no centro do poder com suas demolidoras frases ou piadas.

Há também os que arriscam reputações em assessorias de gabinetes parlamentares, ministeriais e presidenciais, tomando corpo – e voz, depois de despir suas asas analíticas. Como o ex-anjo *Daniel*, personagem interpretado pelo ator Bruno Ganz, nos filmes *Asas do Desejo* (1987) e *Tão Longe, Tão Perto* (1993) do diretor alemão Wim Wenders, saltam do metafórico muro, onde estavam instalados como observadores da cena política, para a dura realidade das lides políticas. Nem sempre, porém, os benefícios superaram largamente os riscos de tal empresa. Ao contrário do destino de *Daniel*, no 2º filme, nem tudo acaba em pizza. Ossos do ofício...

Quando atuam como conselheiros informais, no entanto, desempenham os mais interessantes papéis. Um exemplo seria o de José Nêumanne, articulista do *JT*, e comentarista da rádio *Jovem Pan*, cujo estilo nos lembra até o de um personagem da cena jornalística do século passado: França Júnior (de quem falaremos mais abaixo).

Em seu artigo “Só 12 pares sob FHC” (*JT* de 9 de março, p. 2A), José Nêumanne, resgatando a Nova República e os governos dos dois Fernandos (Collor de Mello e o Henrique Cardoso), fixou em 12 o número ideal de ministérios para o segundo governo Fernando Henrique. E o fez acompanhando a sugestão do senador Jorge Bornhausen (SC), insigne presidente do PFL, eixo principal da estrutura de apoio político do governo.

O autor tacha de exagero chegar-se aos 40 ministérios, secretarias e outros órgãos no 1º governo de

Nem 12, nem 40: que tal os 7 de um Gabinete do Império?

- Eduardo Viveiros

FHC, a quem não teriam faltado *nobres causas* para tanto, pois era preciso, digamos, motivar a *profana aliança para fazer o Congresso aprovar as reformas constitucionais*. Invoca a instalação de uma (metafórica) guilhotina na Esplanada dos Ministérios, para instar FHC a entrar para a História, cortando cabeças com vontade e “peito”. Como ensina Roseana Sarney, no Maranhão.

Acrescenta, ainda, o exemplo de ACM, *vice-rei do PFL no Norte e Nordeste*, em conflito com parte do Poder Judiciário brasileiro, depois de “prescrever” cirurgias na Justiça do Trabalho, Justiça Militar e Tribunais de Contas da União, Estados e Municípios. A produção de instrumentos cortantes do senhor José Nêumanne não tem fim!

O jornalista conclui seu artigo, ainda afiado, com uma observação interessante: ou FHC (a “bola da vez”?) *extirpa todos esses apêndices inúteis ou seu segundo governo vai ficar com essa triste cara de fim de festa, do primeiro ao último dia*. Bem, já se passaram mais de 100 dias...

Por que não, então, instigar a sanha guilhotinesca do “terror” tucano-pefelista, e cortar o número de ministérios até chegarmos, inicialmente, aos 7 do Império, por exemplo, no Gabinete Liberal do Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos (1866-1868)? Simplificando para Ministérios da Guerra, da Marinha, da Justiça, dos Estrangeiros, do Império, da Fazenda e Agricultura, Comércio e Obras Públicas, estaríamos livres de “abcessos” como Trabalho, Educação, Ciência e Tecnologia...

Para tanto, é preciso trazer à cena a crítica corrosiva de França Júnior (Joaquim José de França Júnior, 1838-1890), jornalista panfletário conservador, comediôgrafo (autor de *Caiu o Ministério!* e *Como se fazia um deputado*) e homem de governo que, em folhetins publi-

Nem 12, nem 40: que tal os 7 de um Gabinete do Império?
- Eduardo Viveiros

cados no “Correio Mercantil” entre 1867 e 1868, contribuiu para a queda do gabinete Zacarias, levando os conservadores de volta ao poder, depois de um jejum de 4 anos.

Nos seus folhetins, França Júnior foi um dos precursores do jornalismo político do país, ao colocar, lado a lado, crítica de costumes políticos e análise dos hábitos e tendências da pequena burguesia carioca do século passado, usando de fina ironia e abusando de metáforas para ilustrar suas críticas. Por exemplo, associando cada ministério a uma peça de mobília e, com 7 peças, compondo a decoração de um Gabinete onde *reina a extravagância, o disparate e o contraste nas mais pequenas coisas; é a cadeira antiga de jacarandá ao lado do fôfo divã de damasco, a secretária de mogno junto a um móvel do século XVIII, a pintura chinesa a fazer caretas a uma cópia de Rafael, etc., etc.* (17/05/1867). E pensar que FHC, pelo menos no primeiro mandato, trocava os quadros de seu gabinete todos os meses!

Inspirando, quem sabe por que “corte” intelectual, seus colegas jornalistas do futuro, França Júnior ameaçava (metaforicamente) um Andrada histórico (Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ministro dos Estrangeiros, depois da Justiça, do Gabinete Zacarias de Góes) com a mesma sorte do senhor Guillotin (que perdeu – literalmente – a cabeça pelo instrumento que inventou). O Andrada citado seria o suposto autor de *Januário Garcia, o Sete Orelhas, drama em 3 atos, e cinco quadros*, que serviria de mote para França Júnior, no folhetim de 26 de maio de 1867, *apresentar aos leitores as sete orelhas do país*. Novamente o número 7, invocado em 26 de abril do mesmo ano, quando o autor falava em *sete pedaços do país (...) que valem o estudo*

Nem 12, nem 40: que tal os 7 de um Gabinete do Império?
- Eduardo Viveiros

de uma grande biblioteca, sete homens de princípios, sete pecados mortais ou sete casacas.

Como toda época tem o cronista que lhe cabe, na literatura ou nas artes cênicas, é no teatro que buscamos os termos de mais uma comparação com a cena política atual e uma sugestão sobre o número de Ministérios para o último(?) governo FHC. Significativamente, a Companhia *Teatro da Vertigem* prepara a estréia, para o final deste semestre, de uma versão do *Apocalipse*, escrita por Fernando Bonassi.

Chegamos, assim, ao limite dos “cortes”. Inspirados no *Apocalipse* (do teatro), sugerimos a redução a 4 do número de ministérios para o governo FHC. A cada “pasta”, para facilitar a identificação, será dado o nome de uma das 4 bestas do Apocalipse: branco (o poder), vermelho (a guerra), preto (a fome) e amarelo (a Morte). Quem se aventura a prever os nomes dos futuros ministros cavaleiros? ■

Nem 12, nem 40: que tal os 7 de um Gabinete do Império?
- Eduardo Viveiros

O USO DO JORNAL

COMO MATERIAL EDUCATIVO

ANTONIO ALBERTO TRINDADE

A utilização do jornal na escola não é algo novo. Com os Programas Jornal na Educação, contudo, esta prática tem se transformado de informal e eventual para permanente e sistemática. Empresas jornalísticas distribuem jornais nas escolas (assinatura ou encalhe) e orientam os professores sobre como utilizar o material em sala de aula. No Brasil, há 28 jornais desenvolvendo programas desse tipo em 13 Estados e no Distrito Federal. Anualmente são atingidos 2,2 milhões de alunos em 6.500 escolas do ensino fundamental e ensino médio das redes pública (municipal e estadual) e privada. Esta realidade motivou nossa pesquisa sobre o tema e neste texto pretendemos expor de forma sintética algumas das reflexões que desenvolvemos e apresentamos como dissertação de mestrado no programa de Ciências Sociais da PUC-SP. O trabalho foi desenvolvido à partir da análise do programa Folha Educação, do jornal *Folha de S.Paulo*, mas traz reflexões que nos possibilitam pensar e analisar qualquer programa do gênero. Desta forma, optamos neste artigo por discorrer sobre o tema Jornal na Educação apresentando alguns dos aspectos interessantes que o envolvem

Antonio Alberto Trindade é mestre em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

fazendo uma abordagem embasada por algumas de nossas conclusões.

A finalidade da educação escolar tem sido, cada vez mais, pensada para além dos parâmetros representados pelo conjunto dos conhecimentos sistematizados que, na escola, são apresentados aos educandos a partir dos livros didáticos e paradidáticos. O objetivo de “formar” cidadãos, tem introduzido no espaço escolar o debate sobre a necessidade de encontrar e (ou) desenvolver novos materiais pedagógicos e metodologias que ofereçam possibilidades mais amplas de colocar o educando em contato com a realidade de seu tempo; neste sentido, o jornal impresso começa a ganhar notoriedade.

Como meio de informação, o jornal pode proporcionar ao leitor a cobertura de assuntos dos campos mais variados do conhecimento; isto ocorre sem que este veículo busque corresponder a qualquer intenção educativa ou pedagógica; o fato é que sua forma mesma traz àquele que o utiliza uma gama de assuntos abordados com a utilização de diversos recursos de comunicação; isso pode favorecer a uma abordagem interdisciplinar na escola. A linguagem jornalística pode garantir lances de inovação na forma como a escola aborda o conhecimento sistematizado apoiando-se em livros didáticos e paradidáticos. O jornal, se utilizado de maneira adequada na escola, pode trazer para o universo do aluno a informação organizada e pode favorecer a que este passe a fazer uso desta informação como mais um instrumento na defesa de seus interesses. No jornal, o leitor/estudante pode encontrar conteúdos novos fundamentais num processo educativo; pode encontrar matérias que possibilitam exercitar com informação atual - o que pode ser estimulante - muito daquilo que é trabalhado como conteúdo do currículo escolar. Trabalhar com

O uso do jornal como material educativo - Antonio Alberto Trindade

o jornal pode favorecer a que o leitor/estudante entenda as vantagens de fazer uso permanente deste material que lhe possibilita informar-se, acompanhar o percurso e desdobramento dos fatos e acompanhar as diversas leituras, intenções e ações que se desenvolvem sobre determinada questão. Estas são algumas das conclusões a que chegamos e que nos dão a segurança de afirmar que o jornal é válido como material pedagógico.

Certamente, o leitor deste artigo deve estar se perguntando: não estaria a questão da validade ou não do material jornal como material educativo vinculada à da qualidade e característica editorial do produto jornalístico? E a questão ideológica? Como pode o jornal ser um material pedagógico se, dentre suas intenções, está a de formar opinião? Os programas Jornal na Educação, desenvolvem um trabalho de qualidade? O jornal deve modificar-se em algum sentido para servir como material pedagógico? Utilizando o jornal de maneira crítica, professores e alunos podem encontrar maneiras bastante fecundas de desenvolverem processos educativos mais amplos, que tragam para a reflexão cotidiana da sala de aula, dos corredores, das ruas etc. os elementos da realidade que encontram pouco espaço na escola. O que é oferecido pelas diversas empresas editoriais pode ser conhecido, consumido e criticado, positiva ou negativamente, sendo que, para tanto, o consumidor deve dispor - e aqui entra a escola - de seu método de análise e submeter a ele os diversos materiais; é este método, que carrega sua visão de mundo e sua capacidade de compreensão e reflexão, o que lhe dá base para fazer sua crítica. Este exercício de apropriar-se dos diversos conteúdos expressos nos jornais fazendo a leitura crítica do material é perfeitamente desejável do ponto de vista educativo. Desta forma, podemos afir-

O uso do jornal como material educativo - Antonio Alberto Trindade

mar que todos os jornais servem como material educativo, independentemente do que publicam.

O jornal, além de publicar opiniões próprias (da equipe editorial), veicula matéria de investigação e grande quantidade de informação que lhe chega dado seu *status* de instituição cujo papel na sociedade é o de levar os fatos ao conhecimento do público. Divulgar o que quer que seja em jornal é uma atitude cultural e este produto é reconhecido culturalmente como veículo de informação. Se os diferentes jornais defendem posições e interesses na sociedade, isso se dá porque o produto jornal representa, ele próprio, uma das formas como as disputas se expressam. No entanto, no jornal, os mais diversos grupos buscam firmar idéias, conquistar posições e interesses etc. mesmo cientes de que isso não se dá em condições de igualdade; a importância de tornar públicas as idéias e defesas, as críticas e denúncias é entendida por todos os grupos sociais e, desta forma, todos buscam espaço nos jornais. Além disso, podemos dizer que a discussão da credibilidade do meio de informação assume dimensões cada vez mais amplas e profundas quanto mais uma sociedade busca aprimorar-se no tratamento das questões referentes às relações entre indivíduos e instituições. A busca da imparcialidade no tratamento dos fatos figura hoje como uma das discussões mais importantes nesta questão da credibilidade do meio de informação e a relevância da questão está expressa, por exemplo, nos informes publicitários destinados a divulgar os mais diferentes meios de comunicação; pode-se notar, por tudo isso, um esforço da imprensa em ser reconhecida em sua função de informar, de gerar o debate, de esclarecer. Esta possível tendência dos meios de comunicação, acreditamos, pode estar

O uso do jornal como material educativo - Antonio Alberto Trindade

expressando um aprimoramento da idéia de democracia imposto pelas necessidades decorrentes da complexidade do mundo atual no campo das relações políticas e econômicas. Ainda que se possa fazer uso ideológico do jornal – algo que pode ser feito com qualquer outro material impresso – não se pode dizer que este produto cultural é instrumento ideológico.

Se, por um lado, podemos afirmar que o jornal serve como material educativo, não havendo nada que possa desqualificá-lo em comparação com outros materiais educativos conhecidos e tradicionalmente utilizados na escola, por outro, devemos dizer que ainda é bastante incipiente o acúmulo que as empresas jornalísticas têm no que se refere aos resultados pedagógicos de tais programas. A estrutura dos programas *Jornal na Educação* - ao menos dos brasileiros - se pensarmos a partir das informações que obtivemos da ANJ (Associação Nacional de Jornais), pode ser considerada como algo relativamente simples. Um programa pode ser desenvolvido sem grandes custos para o jornal, sem muito investimento na formação daqueles que deverão trabalhar com o jornal em sala de aula e sem um acompanhamento mais rigoroso dos resultados gerais das iniciativas.

Assim como todos os materiais e práticas pedagógicas da escola são alvo de permanente avaliação, também o trabalho com jornal deve ser. O acompanhamento dos efeitos e resultados do uso deste material na escola é fundamental sobretudo neste momento inicial – no caso do Brasil – deste tipo de interferência; sem avaliação permanente, com metodologia adequada, não haverá formas sequer de as empresas jornalísticas fundamentarem os processos de sensibilização e envolvimento de professores para uso do jornal. A empresa jornalística,

O uso do jornal como material educativo - Antonio Alberto Trindade

que ainda não tem acúmulos importantes nesta área, deve partir do pressuposto de que, na escola, há profissionais que acumularam experiências diversas no que se refere aos usos de recursos pedagógicos de diferentes tipos; o jornal, antes de ser proposto como válido, importante e adequado – como ocorre hoje –, deve ser proposto como objeto a ser usado e avaliado; como material de programas que buscam contar com a experiência do docente para se estruturarem da melhor maneira. Não será possível às empresas jornalísticas, contudo, sensibilizarem professores e alunos para o uso significativo do jornal na sala de aula se a proposta não puder ser apresentada a estes – principalmente aos professores – pela via da reflexão pedagógica e filosófica – o campo das concepções de educação. Não basta apresentar aos professores – como fazem muitos programas – cadernos com sugestões de atividades; estes, pouco oferecem além de modelos de utilização.

Se há interesse das empresas jornalísticas em colocar o jornal na escola, devem estar sensíveis à dinâmica do *mundo da educação* e estar abertas a mudanças e reformulações em seus produtos e propostas, em benefício da estruturação deste tipo de interferência. Neste sentido, por exemplo, o jornal pode dedicar-se – de forma sistemática – a publicar matérias destinadas a elevar o nível cultural do público; este é um campo onde há carências profundas e no qual o jornal pode ajudar. A união entre leitor e jornal pode ser pensada a partir de uma relação que traz benefícios mútuos. Os leitores, que são para o jornal *elementos econômicos, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros*, devem receber em troca algo de que têm necessidade. O trabalho do jornal, neste sentido, está em identificar tais necessidades e corresponder a elas; o retorno

O uso do jornal como material educativo - Antonio Alberto Trindade

deverá ser o desenvolvimento do leitor e a conquista e ampliação do público do jornal.

Por fim, queremos chamar a atenção para a necessidade de que os programas *Jornal na Educação* sejam elaborados mediante profunda reflexão, por parte dos organizadores/coordenadores do jornal, sobre educação – algo que parece não ocorrer satisfatoriamente. Além disso, é fundamental que os programas sejam assistidos por cada um dos responsáveis dos vários setores do jornal e não apenas por aqueles ligados ao setor de marketing, como ocorre na maioria dos programas. Entendemos também que é imprescindível criar espaço para que professores reflitam junto às empresas jornalísticas sobre as melhores maneiras de utilizar o produto em sala de aula. Os profissionais da escola devem ser melhor informados, sensibilizados e preparados para utilizar o material e isso pode ser feito se forem estruturados *grupos* envolvendo professores, pedagogos, jornalistas e outros profissionais interessados, com a finalidade de discutir as possibilidades e importância do uso do jornal na escola.

A pesquisa que desenvolvemos é bastante ampla e não seria possível neste artigo apresentar detalhes do trabalho. Vale à pena, contudo, finalizarmos esta exposição apresentando outros conteúdos que podem interessar ao leitor. No trabalho, fazemos uma análise das atividades propostas com o uso do jornal pelo *Folha Educação* submetendo-as a categorias de análise que podem servir tanto para que o leitor analise o tipo de proposta que desenvolve utilizando jornal – participando ou não de algum programa *Jornal na Educação* –, como para a estruturação de novas propostas de trabalho; não apresentamos modelos de nenhum tipo, mas reflexões que indicam caminhos necessários de serem percorridos

O uso do jornal como material educativo - Antonio Alberto Trindade

por todos os que desejam atuar neste campo. Da mesma forma, o material é importante para que as empresas jornalísticas pensem e avaliem os programas que desenvolvem. Também trazemos informações e reflexões fundamentais sobre objetivos educacionais e sobre o uso de novas tecnologias na educação, temas apresentados em sua relação com o uso do jornal na escola. ■

O uso do jornal como material educativo - Antonio Alberto Trindade

O MERCOSUL

E A IMPRENSA PAULISTA

JOSÉ ANGEL TERAN

O tratamento dado ao Mercosul pela imprensa escrita do país permite tanto situar o significado desta integração regional, quanto revelar as posições assumidas pelos jornais. Mais interessante ainda é tentar buscar pistas para aprender como a imprensa paulista – através da *Folha de S.Paulo (FSP)* e *O Estado de S.Paulo (OESP)* – se posiciona ante o Mercosul.

Uma pesquisa realizada durante o ano de 1996, período relevante na implantação do Mercosul, permitiu mapear alguns temas recorrentes na cobertura diária que a imprensa deu à integração regional do Cone Sul. De imediato verificou-se grandes semelhanças entre o tratamento dado pela *Folha de S.Paulo* e pelo *O Estado de S.Paulo*.

Estes são os temas utilizados na análise dos jornais acima mencionados, tomando-se as matérias publicadas durante o ano de 1996, referentes ao Mercosul.

José Angel Teran é mestre em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

A semelhança de ambos os jornais ao tratarem a Integração Regional

O Mercosul e a imprensa paulista - José Angel Teran

Ao analisarmos a variável tipo de Estado reivindicado, percebemos que nas categorias Mercosul e Políticas Governamentais a tendência que prevalece é a de um Estado forte comandando a inserção do Brasil no mundo. Ao considerar a categoria Empresariado percebe-se divergências entre os dois jornais: enquanto que a *FSP* reivindica, na maioria de seus artigos, um Estado mínimo, *OESP* reivindica um Estado forte, comandando a inserção do Brasil no mundo.

Verificou-se que ambos os jornais são favoráveis ao Mercosul (sem restrições), e também às categorias Políticas Governamentais (só que a *FSP* apresenta maior rejeição que *OESP* a esta categoria), Privatização, Empresariado e Globalização. Podemos afirmar que as coincidências de posicionamento se verificam em 90% das matérias analisadas. Aqui novamente pode-se avaliar que o apoio a cada categoria está baseado no apoio ao governo, ou ao seu projeto estratégico.

A coincidência de posicionamento entre *OESP* e a *FSP* se dá, entre outros motivos, pelo fato dos dois jornais apoiarem o Mercosul, mesmo que às vezes levantem restrições às políticas de integração. O apoio se deve, principalmente, ao fato de que o Brasil exerce a liderança econômica no bloco regional: isto significa apoiar empresários e governo – agentes que conduzem o processo de integração regional.

Já, no plano político, o apoio dado pela imprensa ao Mercosul, entre outros motivos, obedece à pretensão do Estado brasileiro disputar com os Estados Unidos a liderança política na América. Neste sentido, verifica-se que enquanto o Brasil prefere um Mercosul forte

para melhor negociar na ALCA, os Estados Unidos propõem negociações bilaterais.

O Mercosul e a imprensa paulista - José Angel Teran

Os autores

Na *FSP*, são os membros do Governo os que mais escrevem sobre este tema, já no *OESP* são os acadêmicos.

Isto reflete um leque enorme de autores que respondem a uma certa democratização de acesso aos discursos na imprensa. Mas destacamos que Sindicalistas e políticos de oposição, seja porque não tinham políticas definidas para dar respostas ao processo de Integração Regional (durante o ano de 1996), seja por terem dificuldades em ter mais espaço na imprensa analisada, ficam sempre como os que menos apresentam textos sobre os temas tratados. Devemos ressaltar que a heterogeneidade de discursos veiculados sobre a integração regional se deve às modificações que sofrem diferentes agentes com as novas situações no âmbito espacial, e institucional.

O novo papel da imprensa e suas transformações

Hoje a imprensa é vista como parte de um processo complexo de informação global, que é parte de um sistema múltiplo e simultâneo de comunicações que perpassa localidades, regiões e países. Apesar do deslocamento do eixo de importância da mídia escrita para a televisiva, principalmente aqui no Brasil, a primeira soube adequar-se ao avanço dos meios de comunicação, aproveitando a vantagem da permanência da notícia como fonte de consulta perdurável e de fácil acesso, mas

também como referência para a formação de uma opinião pública mais apurada, em contraposição ao efêmero da TV. O jornalismo investigativo e o aprofundamento de alguns temas deram a imprensa a possibilidade de ocupar espaços que a desmobilização da sociedade civil oferece, além de tomar para si a representatividade que a fragilidade da política partidária deixa escapar. Outro parâmetro que deixa em evidência a imprensa escrita é a importância do processo decisório político em relação à integração regional. Neste caso, a imprensa se impõe através de jornais e revistas especializadas ou não, pois o espaço de debate procurado pelos agentes econômicos, políticos e outros se desenvolve na sua maioria, mais profundamente neste tipo de mídia. A constatação de indicadores e de unidades de registro comuns em ambos os jornais estudados mostra a padronização de textos, seja pela utilização de manuais de redação, seja pela homogeneidade das fontes utilizadas no complexo de meios de comunicação (provedores) atual. O estilo que antigamente caracterizava os textos, hoje, por causa das padronizações, não tem espaço na imprensa escrita analisada. Outra mudança se dá no carácter empresarial que hoje caracterizam os jornais; neste caso da instituição empresarial, o que realmente preocupa, na atualidade, é o leitor e o anunciante

Finalizando, podemos observar que os jornais não se guiam mais pela ação política ou ideológica para mudar forças sociais, reeducar as massas ou outras bandeiras. Atualmente, a tendência é de atender às necessidades de um mercado, totalmente fragmentado, onde o consumidor e o anunciante são cada dia mais fortes. Nosso estudo mostra a tendência de similitude da *FSP* e *OESP*, apesar da costumeira opinião de que ambos os jornais representam posicionamentos contrários. ■

O Mercosul e a imprensa paulista - José Angel Teran

A QUEDA DO MINISTRO

SEGUNDO A FOLHA DE S. PAULO

JOSÉ CORRÊA LEITE

A liberdade de imprensa sempre foi um dos pilares da democracia moderna, mas a construção da notícia pela grande imprensa da atualidade vem se transformando em um dos maiores obstáculos para o entendimento do que se passa na política pelos cidadãos comuns e, portanto, para o exercício da democracia. Afinal, pretende-se que as pessoas letradas possam compreender o mundo mais amplo a sua volta através da informação cotidiana que obtêm da imprensa escrita – essa é, inclusive, a forma como ela própria justifica sua sobrevivência e busca preservar um espaço diferenciado frente à televisão, que aparentemente seria mais superficial.

Mas os jornais de grande circulação, cada vez mais padronizados no mundo todo, se pautando por um “mercado” de informações, frequentemente transformam a tentativa de compreender o que se passa na política na montagem impossível de um enorme quebra-cabeças onde as peças-chaves são sempre escondidas. Isso é muito forte na imprensa brasileira, que atua no sentido de acentuar o déficit histórico de cidadania que caracte-

José Corrêa Leite é doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

riza nossa cultura política. O “recorte” da realidade promovido pelas grandes empresas jornalísticas na constituição dos “acontecimentos”, a definição editorial do que é a “notícia”, a seleção de fontes e a escolha das citações a serem utilizadas, a reprodução acrítica do discurso que o poder vem utilizando há uma década para descrever e justificar seus atos, são aspectos apresentados como técnicos na atividade nada técnica de manipulação de símbolos e ação sobre consciências e inconscientes.

A cobertura pela *Folha de S.Paulo* da queda do ministro Clóvis Carvalho, no início de setembro, oferece uma boa oportunidade para observarmos isso. Trata-se de um tema típico do cotidiano da grande imprensa, importante mas não carregado de conflitos sociais agudos (como seria, por exemplo, um episódio envolvendo o MST ou a esquerda “radical”); estamos nas disputas normais de dentro do sistema.

A demissão de Clovis Carvalho representou um episódio importante em uma situação delicada para o governo. Mas vendo os acontecimentos como descritos e analisados somente pela *Folha* os leitores terão dificuldades de compreender o que se passou e mais ainda suas implicações.

O pano de fundo: o governo Fernando Henrique vem conhecendo um forte processo de desgaste, com a política governamental produzindo uma insatisfação crescente na população. ACM sistematicamente tem demarcado um espaço próprio frente ao governo, Tasso criticou abertamente a política oficial, Ciro Gomes se apresenta como alternativa política e a manifestação da oposição em 26 de agosto, em Brasília, demonstrou que a esquerda ampliou seu espaço de atuação. Apesar disso, não surge na mídia nem a descrição dos reais impasses

A queda do Ministro segundo a Folha de S.Paulo - José Corrêa Leite

da política vigente, nem o debate de alternativas, mas a recorrente disputa entre os grandes personagens.

A queda do Ministro segundo a Folha de S.Paulo - José Corrêa Leite

A construção da “notícia” no dia a dia

Fernando Henrique tentava reverter esta situação em 31 de agosto, transformando a apresentação do Orçamento para 2000 em uma iniciativa de propaganda política e lançando o “Avança Brasil”. Assim, dia 1º de setembro temos na capa da *FSP* “Imposto maior garante Orçamento” e como segunda manchete “FHC lança plano e vê ‘revolução’ no Estado”.

Dia 2 nosso problema já aparece em um jantar de Malan com 23 senadores. A manchete da *FSP*: “Malan rejeita ‘bolha’ de crescimento”, em resposta a pedidos de expansão imediata da economia (olho). A terceira das quatro colunas da matéria na capa é muito elucidativa: “O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou ter saído com ‘com a sensação de que o ministro não se verga’ e de que Malan ‘está convicto de que o país está no caminho certo’”. 25% da matéria é a citação de um político inexpressivo para elogiar a “firmeza” do ministro no curto texto de capa!

No dia 3 é noticiado o seminário “Desenvolvimento com estabilidade”, promovido no dia anterior pelo PSDB, que levaria à queda de Clóvis Carvalho. Manchete: “Crescimento opõe Clóvis a Malan”. Olho: “Enquanto o ministro da Fazenda prega estabilidade, o do Desenvolvimento diz que excesso de cautela será ‘covardia’”. Numa coluna de fundo azul, ao lado da foto dos dois no seminário, são destacadas duas frases de Carvalho e três de Malan. Na matéria de capa, de quatro parágrafos, lemos no terceiro, “Para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a divergência pública

mostra que o presidente Fernando Henrique Cardoso ‘deve unificar a linguagem do seu governo’”, e no quarto, “O porta-voz Georges Lamazière disse que FHC ‘qualificou de retóricas as diferenças de ênfase’ entre os ministros e que Malan tem ‘apoio integral’ do presidente”.

A edição do dia 3 dedica três páginas internas ao tema, com gráficos, boxes e tabelas, mas elas apenas repetem os chavões sobre o que consideram “o debate sobre a economia” entre “monetaristas” e “desenvolvimentistas”. Ficamos conhecendo as frases completas dos ministros, inclusive a “excesso de cautela, a essa altura, será o outro nome para covardia”, de Carvalho (ladeando uma foto de um quarto de página dos dois ministros, em uma página que parece feita para destacar o anúncio da Mercedes Bens na metade de baixo). E na página 6, temos uma matéria central: “ACM culpa presidente por polêmica”, enquadrada por duas colunas “Pedro Malan: Ministro é o avalista da atual política” e “Clóvis Carvalho: Discurso é agora dirigido a empresários”, de Eliane Cantanhêde.

No centro da página 6 é apresentada, com a retranca “Análise” (como se tudo até aqui fosse “notícia”, “informação neutra e objetiva”, e só aqui existisse opinião), a matéria “Divergências são menores do que parecem”. Neste texto temos uma pérola de oficialismo. Marta Salomon e Gustavo Patu, da “Sucursal de Brasília”, nos explicam que as divergências entre “monetaristas” e “desenvolvimentistas” são menores do que parecem porque “os dois grupos não abrem mão nem do desenvolvimento nem da estabilidade da moeda”. E o governo tem que enfrentar a pressão da oposição e da opinião pública, embora esta não surja, na análise dos jornalistas, como a mais importante. “Afim, o governo tem outro público, estrategicamente importante, forma-

A queda do Ministro segundo a Folha de S. Paulo - José Corrêa Leite

do por investidores nacionais e internacionais e organismos que formam suas opiniões, caso do FMI (Fundo Monetário Internacional). Certo ou errado[sic], este segmento acredita que o país só será viável se ajustar muito mais profundamente as contas do governo e eliminar em definitivo os riscos de volta da inflação”. Os confrontos entre “monetaristas” e “desenvolvimentistas” seria pendular, dentro deste marco maior. Vamos nos abster de comentar esta “análise”.

Dia 4: “Clóvis recua e diz que Malan lidera gestão econômica”, afirma a manchete, com a frase “Após crítica, ministro decide pedir demissão do cargo” no olho. Os dois primeiros parágrafos da matéria de capa: “O ministro Clóvis Carvalho (Desenvolvimento) manifestou ontem sua ‘adesão absoluta’ à ação de Pedro Malan (Fazenda), um dia depois de ter feito duras críticas públicas à atual política econômica. ‘Que não caibam dúvidas sobre uma identidade absoluta entre mim e ele’, disse Clóvis”. E os dois últimos: “O ministro do Desenvolvimento foi à noite ao Palácio da Alvorada, disposto a pedir demissão. Não se sabia se o presidente Fernando Henrique Cardoso aceitaria sua saída. Em gravação de programa de TV, FHC criticou a atitude de Clóvis e disse que ‘tem ministro que atrapalha’”. O mesmo conteúdo está nas páginas 4 e 5.

No dia 5, domingo, o tema vira o terceiro título da capa: “‘Minha vida pública acabou’, diz Clóvis” (a manchete principal é “ONG oferece adoção por US\$ 5 mil” e a secundária “Índice Folha avalia SP). Abaixo, “Queda teve ação de Malan e Serra”, texto de chamada para o comentário de Eliane Catanhêde na página 2. O assunto foi tratado na página 10, com a manchete “Demissão de Clóvis dá fôlego a Malan” (olho: “Governo dividido: Cotados para o Desenvolvimento são Andrea

A queda do Ministro segundo a Folha de S. Paulo - José Corrêa Leite

Calabi (BNDES) e o empresário Alcides Tápias”). As outras matérias são “Presidente pede, em Manaus, ‘unidade’”, “Vida pública ‘acabou’, diz ex-ministro” e “Saída foi evitada até a noite”, onde somos discretamente informados que Carvalho não se demitiu mas foi demitido por FHC. Completa a página o mesmo quadro de “monetaristas” e “desenvolvimentistas” publicado no dia 3. O assunto é ainda tratado em um texto na página de Elio Gaspari.

Dia 6 é a vez de Antonio Carlos Magalhães brilhar: “ACM diz que Malan tem três meses para mudar”, é a manchete sob o olho “Senador defende ‘flexibilização’”. Embaixo: “FHC e ministro discutem nome” (o ministro citado é Malan). O mais interessante sobre a crise política aparentemente nada tem a ver com o assunto: é a entrevista, na página seguinte, do senador Jader Bardalho, líder do PMDB, sob a manchete “Jader diz que tucanos patrocinam Ciro”.

Dia 7, na capa, está a manchete: “Tápias vai para o Desenvolvimento”. O olho: “Presidente da Camargo Corrêa se reúne com FHC e Malan e aceita pasta; posse ocorre na próxima semana”. A segunda manchete: “Fiesp vê abertura de novo canal”. Nas páginas 4, 6 e 7 temos muitas manchetes de matérias que nada fazem para nos esclarecer. É neste dia que as colunas de Janio de Freitas e Celso Pinto comentam o tema, como veremos abaixo. Dia 8, na capa da *Folha*: “Tápias fecha pacto com Malan contra disputas públicas”. E, dia 9, “FHC convoca ministros para ‘guerra’”.

Nos próximos dias a questão já entrou para a história. As manchetes voltam à rotina: “Novo teto de servidor vai custar R\$ 224 mi”, “Câmara questiona o Orçamento”, “Fundo de educação sofre desvio”, “Indonésia cede e ONU envia tropa para Timor” e “FHC

A queda do Ministro segundo a Folha de S. Paulo - José Corrêa Leite

ataca ‘indecisão’ do Congresso”. O dia seguinte, dia 15, justifica um destaque: a manchete é “FHC recua de crítica ao Congresso” (com uma foto, embaixo, do presidente como que fazendo uma vênua à ACM) e uma chamada da coluna de Elio Gaspari tem como título “Presidente rejeitado por 65% é uma coisa perigosa”. Nos três dias seguintes as manchetes são: “Pobreza cresce, diz Banco Mundial”, “Déficit externo supera 5% do PIB” e “Brasil decide retaliar Argentina”. Já a *Folha* de domingo, dia 19, tem a pesquisa do *Datafolha* para concorrer com a do *Vox Populi* e estampa: “Desemprego faz FHC bater seu recorde de reprovação” (56% de ruim e péssimo contra 13% de ótimo e bom estampados em um gráfico na capa).

Os colonistas

É claro que garimpando com cuidado temos um pouco mais do que isso sobre a saída do ministro. No dia 5 Elio Gaspari publicou, em sua página, uma matéria intitulada “O Saio de Malan frita FFHH”, em que o jornalista lembra a colocação de Malan no jantar com os 23 senadores, quando disse que não estava no governo para promover uma bolha de crescimento e para isso não contassem com ele, arransassem outro: “Com o Saio, Malan jogou o cargo na mesa depois de responsabilizar FFHH por uma politikekonomica ruinosa na qual aceita a condição de adjunto, mas rejeita a de titular. FFHH caiu numa fritura inédita. Tem um ministro da Fazenda que não assume a responsabilidade de ‘condutor’ da politikekonômica, classifica de ‘fazedor de bolhas’ um eventual sucessor, diz que pode ir embora, mas quer mesmo é ficar”.

E, no dia 7, discretamente colocados nas colunas de Janio de Freitas e Celso Pinto, alguns aspectos

A queda do Ministro segundo a Folha de S. Paulo - José Corrêa Leite

relevantes para o entendimento do processo aparecem. Celso Pinto lembra que o projeto de FHC para o segundo mandato dependia de quatro nomes: os irmãos Luiz Carlos e José Roberto Mendonça de Barros, André Lara Resende e Clóvis Carvalho. Que todos já caíram e o desafio do que fazer com o segundo mandato permanece. Afirmar: “Dividir o governo entre ‘desenvolvimentistas’ e ‘monetaristas’ não é só uma simplificação; é uma bobagem. Clóvis não caiu porque defendia uma ‘bolha de crescimento’. Caiu porque enfiou três frases infelizes num discurso que, sem elas, poderia ser acusado, no máximo, de contradição. Ele pedia ‘ousadia’ com o desenvolvimento, mas se limitava a listar programas conhecidos ou providências limitadas”. Celso Pinto afirma que FHC aposta no feijão com arroz da Fazenda para garantir alguma retomada gradual do crescimento que, lá na frente, volte a engordar sua popularidade. E termina perguntando: “Será suficiente?”

Para Janio de Freitas, “a cada confronto, Malan precisa apenas cobrar a escolha entre a sua e a linha adversária. Sem concepção definida de política econômica, de governo ou do que quer que seja, com seu longo investimento feito todo na força das aparências, como um cheque sem fundo resulta porque aparenta um cheque normal, Fernando Henrique não tem elementos próprios de definição. Não pode decidir. Fica com a decisão encaminhada por outros ou pelas circunstâncias – essas, como a segurança pessoal de Malan e o seu apoio no exterior”.

Não se trata, aqui, de chegarmos a uma conclusão sobre quais foram os motivos da queda de Clovis Carvalho, mas de observar a mecânica típica pela qual as notícias políticas são construídas na *Folha de S. Paulo*. Como disse Celso Pinto, a “análise” apresentada é uma

A queda do Ministro segundo a *Folha de S. Paulo* - José Corrêa Leite

bobagem e o que seria uma crise política importante – seja como fato em si (falta de alternativas ou flexibilidade da política de FHC, poder de pressão dos “investidores e dos organismos que formam suas opiniões”, acúmulo de problemas na base de sustentação do governo etc.) ou como indicador dos problemas de fundo que o projeto político de FHC vem enfrentando –, se transforma em opereta (é só ver a foto de FHC, desfocado, e Malan ao fundo, descabelado e fazendo careta, na capa da *FSP* do dia 8).

A presença de colunistas que tratam o problema com seriedade é um elemento acessório mas indispensável. Nem todos os leitores podem ser tratados como débeis mentais e um público mais informado pode encontrar aí a “informação” que permite construir as “notícias” (que aqui se transformam em “opiniões”) com as quais operam as elites políticas. Os colunistas oferecem à *Folha* uma legitimidade e uma imagem pluralista que reforçam o jornal.

Dois discursos e um papel político

Temos, assim, a construção cotidiana de um discurso para a quase totalidade dos leitores da *Folha de S. Paulo*, que não leem nas entrelinhas nem caçam passagens de análises de colunistas. É um discurso que torna a realidade opaca, que transmite a imagem da política como disputa de poder entre grandes personagens, que ajuda a corroer as condições de compreensão dos processos políticos e, portanto, a própria democracia. Como conceber a atividade cidadã se tudo é espetacularizado, estetizado e homogeneizado por uma linguagem anódina? Trata-se de uma construção consciente de notícias (porque é teorizada e defendida em seu mé-

A queda do Ministro segundo a *Folha de S. Paulo* - José Corrêa Leite

todo por seus responsáveis) que torna ainda mais caótica uma realidade política e social que surge para a maioria das pessoas, mesmo as relativamente informadas, como bastante fragmentada – alguns dos ideólogos da *Folha de S. Paulo* podem até contra-argumentar que nada é mais natural, estaríamos em um mundo pós-moderno!

E, para um pequeno número de leitores, que conseguem ler o debate real sobre o que se passa, temos um segundo discurso, onde columnistas e editorialistas tratam da política de gente grande.

A *Folha* pode sempre, desta forma, argumentar que não mente, que é pluralista e que debate os temas em foco com isenção. Mas, muito longe do jornalismo investigativo e de denúncia do poder que leva os jovens às faculdades de jornalismo, temos a fabricação da notícia através de um discurso cifrado, que repete exaustivamente os chavões do poder, até transformá-los em verdades. A *Folha* recobre – não sozinha, verdade seja dita: provavelmente uma análise semelhante poderia ser escrita sobre o *Estado*, o *Globo* ou o *Zero Hora* – a vida política com uma névoa impenetrável, fortemente funcional para afastar dela todos aqueles que não são “especialistas” na área.

Seguimos aqui a cobertura típica de uma crise política e a visão que é transmitida dela para o leitor; como esta, podemos listar centenas na última década, que de conjunto tem um enorme impacto político, ideológico e cultural. A *Folha* não mente, mas encontrar a verdade em suas páginas é uma tarefa para poucos iniciados. E meias verdades são muito mais perigosas do que mentiras, porque são infinitamente mais eficientes em mistificar a realidade. As meias-verdades são as piores mentiras.

A queda do Ministro segundo a *Folha de S. Paulo* - José Corrêa Leite

A TORES POLÍTICOS REAIS

E SEUS REAIS INTERESSES

CARLOS ALBERTO FURTADO DE MELO

O polêmico livro de Mário Sérgio Conti, “Notícias do Planalto: Fernando Collor e a Imprensa” é, antes de tudo, muito bem-vindo ao mundo dos mortais que estão fora do cotidiano das redações e dos bastidores da política. Ao lado de “Chatô: O Rei do Brasil”, de Fernando Moraes, ajuda a entender a imprensa brasileira deste século como uma fonte privilegiada de poder. “Notícias do Planalto” revela e sistematiza fatos, personagens, dinâmicas empresariais e políticas, bastidores, conchavos, boatos e biografias que estão esparsas por dezenas de livros e publicações, ou simplesmente nunca foram escritas. Muito do que agora está no livro, estava, antes, no reino da “boca-pequena”.

A existência do livro, escrito por quem o escreveu, independente da qualidade do trabalho, já seria por si só um fato de enorme relevância. Afinal, o livro foi aguardado com ansiedade, pois todos esperávamos pudesse revelar fatos obscuros e relações perigosas, que os jornalistas tanto recriminam como prática dos políticos, mas silenciam quando estão envolvidos colegas e patrões. Como o resultado final não frus-

Carlos Alberto Furtado de Melo é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

trou essa expectativa — ainda que num grau menor do que se esperava —, a repercussão foi imediata. Vários jornalistas saíram em sua defesa, alguns em seu ataque, muitos o receberam com ceticismo, pouquíssimos com indiferença. As resenhas foram inúmeras. É possível que muito do que hoje se fala a seu respeito seja mais fruto da influência opinativa de vários “medalhões” do jornalismo, do que de sua efetiva leitura e análise.

Mas, independente das críticas que recebeu — mais ou menos ferozes, mais ou menos condescendentes —, podemos dizer que, para àqueles que pesquisam a política brasileira e suas relações com a imprensa, nos últimos 50 anos, “Noticiais do Planalto” é uma mão na roda, um salto qualitativo, uma ajuda inestimável. Em suas 719 páginas, o pesquisador pode entender um pouco do processo que levou um jovem governador do nordeste à vitória na primeira — e até aqui mais disputada — eleição presidencial da história do Brasil, pós-golpe militar de 1964. Do livro surge um Fernando Collor, não só herdeiro de uma empresa de Comunicação. Surge, principalmente, um agente político que — por sua experiência pessoal, como empresário e jornalista — reconhece a fundamental importância dos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que conhece sua dinâmica, seus jogos, seus mitos, seus rituais e suas fragilidades. Collor constrói a imagem do “caçador de marajás”, consolida sua candidatura à presidência da República e garante sua vitória eleitoral, dialeticamente: pautando e sendo pautado pela mídia.

O Collor, que emerge de “Notícias do Planalto”, pode ser entendido como um aventureiro, um ator político envolto de contradições e de limitações. Por

Atores políticos reais e seus reais interesses - Carlos Alberto Furtado de Melo

Atores políticos reais e seus reais interesses - Carlos Alberto Furtado de Melo

paradoxal que possa parecer, podemos até atribuir ao ex-presidente um certo cosmopolitismo provinciano. Não podemos, no entanto, encará-lo como um sujeito boçal e incapaz de compreender o potencial de suas características políticas e adequá-las aos anseios da população mais simples (os “pés descalços”) e aos interesses da elite. Por preconceito e ressentimento, muitos cientistas sociais não raro cometem esse erro de avaliação. Fernando Collor de Mello é uma figura política complexa, cujo reduzido mandato deixou e deixará muitas marcas na história do País. O livro, dentre outros méritos, contribui para que se reconheça isso.

Munido de pesquisas e amparado em relações políticas e pessoais — com editores e repórteres — o ex-presidente soube, em primeiro lugar, entender os anseios da mídia. Compreendeu o quanto os meios de comunicação influenciam e são influenciados pela sociedade. Collor soube, sobretudo, satisfazer repórteres e editores, sedentos pela manchete, famintos pela boa foto, apaixonados pela aventura, obcecados pelo espetáculo. Ironicamente, também soube como saciar essa fúria no processo que resultou no impeachment¹. Nenhum outro presidente da história recente seria tão irresponsavelmente arrojado a ponto de conclamar motoristas de táxi a ocuparem as ruas, de verde e amarelo, num momento em que a sociedade lhe queria ver, literalmente, pelas costas. Collor sabia que, caso os taxistas fossem mesmo às ruas, as imagens do *Fantástico* e as capas dos jornais da segunda-feira acabariam por despertar um clima de Copa do Mundo e esvaziariam o conteúdo político das críticas que lhe eram feitas na época. É verdade que a iniciativa resultou em um tiro no pé, mas que outro se arriscaria ?

Os donos mandam e muito

Em algumas passagens, o livro desperta a impressão de que se está fazendo um ajuste de contas, de que se está conduzindo uma disputa entre grupos de jornalistas. Mas esse não é o tom marcante do livro. Chama também atenção, no trabalho de Mário Sérgio Conti, sua disposição em não se deixar prender ao natural espírito de corpo — do conjunto da categoria — e revelar como e o quanto alguns de seus colegas agem movidos por interesses pessoais, políticos e até por militância. O que predominou foi o fato de que, em 1989, as redações e os proprietários estavam divididos na torcida e no apoio às diversas candidaturas. Se, nas redações, muitos sonhavam com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, outros muitos queriam barrá-lo e agiam com esse objetivo.

Assim, Conti ajuda a combater um mito, quase tão antigo quanto Gutenberg, de que a imprensa é imparcial e está acima dos interesses políticos. De que o que importa é o interesse do leitor e a revelação da verdade, pura e límpida. O livro ajuda a matar essa agonizante visão romântica que, de certo modo, incorporou-se à ideologia jornalística brasileira.

Mais do que revelador, o livro é útil também por demonstrar o quanto e como mandam os proprietários dos meios de comunicação. Revela que os desejos e interesses desses senhores, no limite, não se dobram sequer às chamadas “exigências do mercado”. São atores reais agindo em defesa de seus reais interesses. O melhor exemplo disso é a edição do *Jornal Nacional* a respeito do último debate entre Lula e Collor. Tudo foi montado e apresentado ao gosto e interesse de Roberto Marinho.

Outro exemplo, que parece ser de sinal trocado, também é revelador e merece ser destacado: Conti

Atores políticos reais e seus reais interesses - Carlos Alberto Furtado de Melo

ressalta que quando Silvio Santos lançou-se candidato à presidência da República, o *Jornal do SBT*, comandado por Boris Casoy, não aliviou nas críticas ao patrão. Podemos entender o episódio como um exemplo de independência jornalística. E talvez, realmente, o seja. Mas também pode ter sido, acima de tudo, uma jogada de mestre, pois se o que se pretendia era dar credibilidade (e portanto audiência e anunciantes) ao telejornal, foi, de fato, o que se conseguiu.

Embora narrativa de Conti seja de outra natureza e nem seja esse seu objetivo, “Notícias do Planalto” contribui para que se abandone essa bobagem de que “os donos” não apitam na redação, sendo eles, proprietários, também subordinados ao “patrão supremo”, que é o leitor. Os donos apitam sim. Diante de seus interesses reais, o interesse do leitor é quase uma abstração.

Escavações e descobertas

Mas se exhibir alguns dos interesses dos donos é um dos pontos fortes do livro, é também seu calcanhar-de-aquiles. Não falemos a respeito do tom simpático e cortês com que os proprietários dos meios de comunicação são retratados, posto que é irrelevante para nossa análise e deve, simplesmente, ser creditado ao estilo do autor. O melhor do livro não está, exatamente, escrito. Diz respeito a Roberto Marinho, Silvio Santos, João Saad, Roberto Civita, Domingo Azugaray, Otávio Frias de Oliveira, Nascimento Brito e Ruy e Júlio Mesquita, por um lado; e a Collor, PC Farias e ao império de comunicações que pretendiam criar, por outro lado. No período pesquisado, disputou-se um jogo que no livro está somente subentendido. Está nas entrelinhas.

Atores políticos reais e seus reais interesses - Carlos Alberto Furtado de Melo

O problema do livro é justamente esse: sua maior riqueza é dissimulada, difícil de tocar. Está pulverizada pelas páginas do calhamaço.

Intencionais ou não, as entrelinhas estão repletas de dicas que se tornam preciosas para a pesquisa que há dois anos realizo no Programa de Estudos Pós-graduados da PUC-SP. O projeto de tese de doutoramento consiste em investigar em que medida as sabidas intenções de Fernando Collor e de seu tesoureiro, Paulo César Farias, em construir seu próprio império de comunicação incompatibilizaram o ex-presidente com o grupo de proprietários e melindraram suas relações com a imprensa. Nas entrelinhas de Conti, foi-me possível agir como um escavador.

Sabe-se que empresários, de estreitas relações com o Collor, tentaram adquirir redes de televisão e jornais. Paulo Otávio, por exemplo, cogitou comprar a Rede Manchete; Hamilton Lucas de Oliveira efetivamente comprou a Manchete (se desfazendo do negócio logo em seguida) e a TV Jovem Pan; José Carlos Martinez voltou seus negócios para a aquisição de emissoras de televisão com o auxílio direto de Paulo César Farias, que lhe entregou US\$ 8,4 milhão para compra da TV Corcovado — parte desse valor foi dado em cheques de contas fantasmas; o próprio PC, por repetidas, vezes tentou comprar o *Jornal do Brasil*, além de ter iniciado a construção de um grande parque gráfico em Alagoas (ponto da discórdia entre os irmãos Collor).

No livro, as intenções de PC Farias, de se tornar um próspero e poderoso proprietário de um grupo de empresas de comunicação, ficam mais do que patentes. São explícitas. Mas ao contrário do que uma leitura desatenta poderia fazer supor, PC certamente não almejava a direção de um desses conglomerados apenas por

Atores políticos reais e seus reais interesses - Carlos Alberto Furtado de Melo

vaidade, por orgulho de menino pobre que se fez na vida. Mesmo considerando todo o provincianismo e amadorismo do “collorato”, parece mais do que provável que esse fosse o caminho para que Collor e seu grupo pudessem viabilizar o projeto de permanecerem 20 anos no poder.

Várias frentes e vários desgastes

Ora, a entrada do grupo presidencial no campo das comunicações, ocupando lugar de destaque, poderia significar um estorvo para os planos da maioria dos grandes grupos já estabelecidos. É claro que um projeto como este não se configuraria apenas como uma mera disputa entre empresas concorrentes, no âmbito das relações do livre mercado. Além de informações privilegiadas, empréstimos oficiais subsidiados e verbas de publicidade, assim como toda variedade de pressões e influências que o poder de Estado propicia, o grupo ocuparia uma posição privilegiada no tabuleiro das privatizações que ocorreram nos anos seguintes, já no governo de Fernando Henrique Cardoso. A privatização da Embratel e de todo Sistema Telebrás, por exemplo, significou uma transferência patrimonial gigantesca que inspirava cuidados, fiscalizações e vetos múltiplos. Só hoje, já com a internet e com a TV a cabo em funcionamento no Brasil, é que podemos ter dimensão dos interesses que em 1992 estavam em jogo.

Como é óbvio, esta é uma tese a ser comprovada pela pesquisa. No entanto, o livro dá mostras de como os proprietários se relacionam com o poder público e o que esperam dos governos. Há todo um sistema de troca de interesses entre a mídia e o poder. Mário Sérgio narra em vários episódios que evidenciam os códigos de

Atores políticos reais e seus reais interesses - Carlos Alberto Furtado de Melo

conduta nesse meio. Todos querem o máximo de proximidade com o poder, mas sabem que o *establishment* (simbolizado pelas Organizações Globo) não permitirá que se ultrapasse certas barreiras. Foi assim no passado com Samuel Wainer, destruído pelo Roberto Marinho de então, Assis Chateaubrind. A movimentação de Roberto Marinho contra Silvio Santos, quando este resolveu candidatar-se à presidência da República é um exemplo atualizado do código de conduta e das sanções por ele impostas. A decisão de transmitir ao vivo as sessões da “CPI do PC” foi tomada por um João Saad, motivado pela vingança, uma vez que sua rede foi preterida numa das transações de José Carlos Martinez, em Santa Catarina. Além desses exemplos, frise-se que PC Farias tentava comprar o *JB*, principal e mais tradicional concorrente de *O Globo* em sua praça de origem. Enquanto o *Jornal Nacional* se mantinha *low profile*, o jornal *O Globo* revelava uma série de irregularidades no governo.

Como todos sabemos, o ex-presidente não foi um cordeiro dado em sacrifício às elites. No poder, Collor abriu diversas frentes de batalha: enfrentou o Congresso Nacional, subjugou a produção cultural nacional, desmoralizou a indústria, atacou os sindicatos e organizações sólidas da sociedade civil, envolveu-se com a corrupção e, no âmbito familiar, despertou ódios e rancores. Acabou sendo atacado por todos os flancos. Nesse contexto de tantas aventuras, um dos *fronts*, que mais contribuíram para seu desgaste e ruína, foi sua desastrosa relação com as empresas de comunicação. Digamos que seus operadores enfiaram a mão em casa de marimbondos, sem se prepararem para isso. Collor, que tão bem soube entender a importância política dos meios de comunicação, não compreendeu suas relações de

Atores políticos reais e seus reais interesses - Carlos Alberto Furtado de Melo

poder. Por ser presidente, achou-se rei e quis ser mais realista do que realmente era. É simbólico que um de seus primeiros atos de força e de audácia tenha sido justamente a invasão da *Folha de S. Paulo*. Outro tiro no pé, pois se esperava acuar o jornal, conseguiu despertar reação oposta. Ao contrário de vários jornais, que a princípio apoiavam e bajulavam o governo, a *Folha de S. Paulo* foi desde de sempre seu maior opositor.

Atores políticos reais e seus reais interesses - Carlos Alberto Furtado de Melo

Coincidências não acontecem

Os meios de comunicação não só retrataram a desventura de Collor, como também apressaram o oca-so de seu governo, pois tinham interesse nisso. É verdade que, em grande medida, isto ocorreu pelos erros do presidente e mesmo pelas vicissitudes do processo histórico. A briga entre os irmãos Collor é algo que não estava sob o controle de ninguém. Mas é um erro acreditar que o acirramento e o descontrole da crise tenha se dado apenas de modo fortuito e inevitável.

A esse respeito, há uma passagem do livro difícil de engolir. Mencionando a série de TV “Anos Rebeldes”, exibida pela Rede Globo à época da CPI do PC, Conti aponta a ironia de a mesma emissora que favoreceu Collor na edição do debate com Lula, ter contribuído com sua queda a partir da mini-novela. De fato, pode-se dizer que, vá lá, é irônico. Não haveria discordância, se o autor não tentasse fazer acreditar que a série foi exibida a contragosto do alto comando da Rede Globo, que não poderia prever a repercussão da novela e sua influência no movimento de jovens “carapintadas”. Será que a direção da emissora não tem consciência do poder de suas novelas? Será que seus estra-

tegristas não avaliaram o impacto da mini-série? Parece-me pouco provável, que a história tenha conspirado sozinho.

O jogo tem regras

Estivesse fechado com a mídia, talvez houvesse condições de contornar as brigas e a indisposição do Congresso. Collor não soube consolidar sua hegemonia no ambiente que lhe era mais caro: os meios de comunicação. Não soube estabelecer um pacto de confiança e apoio, como o fez o presidente Fernando Henrique que atravessou momentos de crise e de denúncias também extremamente graves. Embora, reconheça-se que as denúncias de irregularidades do governo FHC sejam de outra natureza, como de outra qualidade é a coalizão que lhe dá sustentação política.

Contudo, o que se procura afirmar — e o livro de Conti, ainda que de forma oblíqua, colabora para isto — é que dentre os diversos focos de disputa de Collor estavam os grandes monopólios de comunicação do País. E nesse sentido, mesmo que os proprietários não tenham conspirado abertamente pela queda do presidente — como aconteceu com João Goulart, que tinha no *Última Hora*, de Samuel Wainer, o seu braço de comunicação —, é possível que, pelo menos, não tenham empregado muitos esforços em protegê-lo, como costumeiramente fazem com qualquer presidente.

Enfim, muito se aprende com “Notícias do Planalto”, principalmente com suas entrelinhas. Como já se disse, não se sabe se o autor o fez de maneira proposital ou de caso pensado. De qualquer forma, do livro retira-se a permissão para uma afirmação fundamental: o jogo tem regras. As regras são fluidas e impostas de cima

Atores políticos reais e seus reais interesses - Carlos Alberto Furtado de Melo

para baixo. Os governantes precisam saber quem está em cima e quem está em baixo. A arrogância às vezes impede que se raciocine assim, e portanto que se mude a realidade. Quem não souber disso, tende a trocar os pés pelas mãos e agir de modo atabalhado, como um macaco em loja de cristais.

No que tange à relação mídia e poder, o verdadeiro poder não está onde quer fazer parecer. ■

Atores políticos reais e seus reais interesses - Carlos Alberto Furtado de Melo

1. Embora não sendo o primeiro, o autor trata muito bem deste aspecto. Mas, a quem estiver especialmente interessado no assunto, recomenda-se o trabalho dos professores Fernando Lattman-Weltman, José Alan Dias Carneiro e Plínio de Abreu, “A Imprensa faz e desfaz um presidente” (Editora Nova Fronteira, 1994, 166 páginas). Com outra metodologia e algumas diferenças de foco e objetivos, os pesquisadores do CPDoc da Fundação Getúlio Vargas, realizaram um trabalho esclarecedor a respeito da estratégia e da trajetória do chamado “fenômeno Collor”.

COBERTURA DE GUERRA: POUCO GLAMOUR E MUITO TRABALHO DURO

JUDI CAVALCANTE

Um cidadão defensor da Justiça, para quem a verdade está acima de tudo. Suas armas: uma credencial e muita coragem para enfrentar qualquer situação de perigo. Desenhada pelo cinema, essa é a imagem um pouco glamourosa que a maioria de nós tem do correspondente de guerra.

No entanto, a dura realidade vivida pelos profissionais de imprensa que fazem, na vida real, a cobertura de um conflito armado está muito distante dessa imagem. Essa é a conclusão que se pode tirar dos relatos feitos por Margarethe Steinberg-Elias, Leão Serva e Kennedy Alencar, três jornalistas brasileiros que viveram recentemente esta experiência.

Coincidentemente, os três atuaram como correspondentes da *Folha de S.Paulo* no Leste Europeu, fazendo a cobertura das guerras da Iugoslávia, da Bósnia e de Kosovo, o que, para Leão Serva, não passam de capítulos diferentes de um mesmo conflito.

Judi Cavalcante é jornalista, mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

Uma mulher no front

Cobertura de guerra: pouco glamour e muito trabalho duro - *Judi Cavalcante*

O primeiro episódio dessa guerra foi vivido pela professora da Faculdade de Comunicação e Jornalismo da PUC-SP, Margarethe Elias, que esteve no território Iugoslavo logo após a queda do Muro de Berlim. Correspondente da *Folha* na Alemanha, ela foi destacada à Zagreb, hoje capital da Croácia, para cobrir os conflitos entre sérvios e croatas.

Mesmo não sendo uma situação incomum, Margarethe aponta que o fato de uma mulher estar fazendo a cobertura de guerra gerou momentos inusitados. Ela conta que, na tentativa de chegar à Zagreb, que estava sitiada e sem comunicação aérea, desembarcou no aeroporto de um pequeno vilarejo austríaco próximo local do conflito e tentou negociar uma corrida de táxi. Após receber seguidas negativas, ouviu de um espantado motorista: "Não dá, minha senhora. Será que a madame não sabe que está ocorrendo uma guerra lá?". Providencialmente salva por um jovem taxista curdo, para quem a situação de guerra não era novidade alguma, Margarethe relatou que do aeroporto até o local do conflito passou por situações que romperam de imediato o glamour que também ela tinha sobre a realidade de uma cobertura de guerra. "Todas as pessoas, inclusive nós jornalistas, temos um conceito do trabalho do correspondente de guerra muito modelado pelo cinema e pela televisão. Quando você entra na cobertura, percebe que essa imagem é muito distante da vida real. Leva um certo tempo para você se acostumar com essa nova lógica", declara Margarethe.

Antes desse episódio, ela tinha a mesma impressão que o leitor de jornal ou telespectador tinham ao receber a cobertura da guerra em sua casa: o conflito está em todas as partes e de que a guerra é o único assunto

para as pessoas que estão no meio do conflito. “Nada mais falso. Na hora em que estão nos abrigos se protegendo do bombardeio, as pessoas não discutem só sobre a Otan, os generais e os líderes mundiais. Os assuntos principais são a falta de frango no supermercado e o que fazer com as crianças que estão sem escola. Nos hotéis onde estão hospedados os jornalistas estrangeiros, é possível tomar suco de laranja e ouvir Mozart na maior paz. Às vezes é preciso procurar a guerra”, diz Margarethe.

Ela afirma que hoje não existe mais a generalização do campo de batalha, o que há são vários focos de guerra. A cobertura do teatro de operações é feita pelas agências internacionais, com um grande aparato humano e tecnológico. Para o correspondente, o dia-a-dia das pessoas passa a ser o seu material principal. “À noite, o rapaz que nos recebeu em Zagreb colocava sua roupa camuflada e comandava um grupo miliciano. Durante o dia, já de terno e gravata, ia trabalhar no seu escritório de advocacia”, relata Margarethe.

A verdade é a primeira vítima

Ao narrar o segundo capítulo do mesmo conflito, a guerra da Bósnia, ocorrida dois anos depois, o jornalista Leão Serva fez uma detalhada reconstituição da origem histórica e étnica do conflito nos Bálcãs e fundamentou porque ele considera os três conflitos como batalhas de uma mesma guerra. “A origem de tudo remonta ao ano de 1389 com a invasão de Kosovo pelos turcos. Esse episódio está na alma dos sérvios. De lá para cá, são batalhas de uma mesma guerra”, afirma Serva, autor da dissertação *Tempo de Guerra, tempo de jornal – Estudo sobre procedimentos jornalísticos a partir de*

Cobertura de guerra: pouco glamour e muito trabalho duro - Judi Cavalcante

cobertura de conflitos na Iugoslávia, defendida no Pós em Comunicação e Semiótica da PUC-SP. O tema de sua pesquisa é exatamente a cobertura da imprensa sobre conflito nos Bálcãs, com foco no jornal *O Estado de S.Paulo*. “Na cabeça mítica dos sérvios há uma visão clara de que a sua história foi interrompida em 1389. É muito difícil para o leitor brasileiro entender esse conflito. Para facilitar essa compreensão, eu digo que os sérvios são os judeus dos Bálcãs. Colocar a história de novo no seu trilho é, para eles, encontrar sua Jerusalém. Por essa razão, não creio que essa guerra acabe com o conflito de Kosovo”, constata Serva.

O fato de as razões históricas e étnicas do conflito não terem chegado em detalhes ao leitor, Leão Serva atribui ao conceito do que venha a ser notícia para a imprensa. “Notícias são fatos novos, surpreendentes. Está nos manuais de redação. Mesmo um conflito histórico tem que ser tratado como se tivesse todas as suas causas no presente. Por essa razão, a cobertura jornalística desenraiza os fatos. Isso leva à desinformação”, alerta Serva. Mas ele tranquiliza o leitor brasileiro, afirmando que essa é uma debilidade de todos os veículos, mesmo os de maior prestígio da mídia internacional.

Para ele, os jornalistas sempre foram agentes, elementos ativos nas guerras desde o início da cobertura até hoje. Leão Serva considera que o trabalho mais importante do correspondente de guerra é mostrar que não existe o maniqueísmo apresentado pelo *mainstream* da cobertura da mídia internacional. “Numa guerra, existem maus e bons o tempo todo e ao mesmo tempo. O fato jornalístico sobre os Bálcãs nos anos 80 eram os estupros de mulheres sérvias cometidos por kosovares. Os mocinhos de hoje, eram os maus de ontem”, explica Serva.

Cobertura de guerra: pouco glamour e muito trabalho duro - Judi Cavalcante

Um trabalho de equipe

Foi exatamente para tentar desfazer uma parte desse maniqueísmo, que o jornalista Kennedy Alencar foi enviado a Kosovo pela *Folha de S. Paulo*. Completando a narrativa com o terceiro capítulo do conflito nos Balcãs, Kennedy afirma que foi enviado à Iugoslávia para dar voz aos sérvios, já que pelos relatos que chegavam das agências internacionais não era possível saber o que de fato estava acontecendo na região do conflito.

Segundo ele, é fundamental para um jornalista que vai fazer uma cobertura de guerra se preocupar com as questões de infra-estrutura. “É preciso saber se o dinheiro é suficiente – nunca é –, se o computador é compatível com a internet, se é fácil obter suprimentos. Tudo é importante, até fósforos e velas. Num guerra, tudo fica mais caro, principalmente as comunicações e os vícios, como o cigarro e a bebida”, fala Kennedy.

Apesar de alertar para o fato de que não existe uma fórmula para se efetuar uma boa cobertura de guerra, ele diz que existem algumas dicas importantes, como procurar sempre a embaixada brasileira na região do conflito. “Lá eles sempre têm informações interessantes, possuem mapas e podem dar toques fundamentais para o correspondente.” Outra providência essencial a ser feita pelo jornalista é o credenciamento. “Um sujeito estrangeiro, na área de conflito, sem identificação e que não sabe falar a língua local muito bem é um potencial espião e pode se dar mal por isso”, explica Kennedy.

Na sua opinião, o grande diferencial da cobertura que a *Folha de S. Paulo* fez sobre a guerra de Kosovo foi

Cobertura de guerra: pouco glamour e muito trabalho duro - Judi Cavalcante

o relato das “cores locais, do cotidiano das pessoas”. Mas, para isso o correspondente tem que tomar muito cuidado para não produzir textos piegas, tão emocionados que perdem qualidade jornalística. Kennedy aponta que para que isso não ocorra é importante o correspondente perceber que, mesmo ele estando no front, a cobertura é um trabalho de equipe, que depende muito dos profissionais que estão na Redação. “É preciso haver uma harmonia entre o jornalista que está no campo e o pessoal da Redação. As pressões de tempo e de espaço continuam as mesmas e às vezes é necessário brigar para que a notícia saia com o enfoque e o tamanho que você, como correspondente, acha o mais correto. Mas também é importante você ter humildade e saber que se erra muito numa cobertura como essa e que o pessoal da retaguarda trabalha duro para evitar que os seus erros cheguem até o leitor”.

Boa cobertura

Pelo levantamento que a equipe de pesquisadores do Neamp fez sobre a cobertura da Guerra de Kosovo desenvolvida pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, foi possível perceber que o envio de um correspondente à região do conflito enriqueceu o trabalho jornalístico da *Folha* e leitor saiu ganhando. Para Kennedy, isso foi possível porque, com um jornalista no front, a *Folha* pode apresentar minimamente outra leitura dos fatos que não a da Otan ou a do governo sérvio.

Na avaliação dos resultados da mesa-redonda, a professora Vera Chaia, mediadora do evento e uma das coordenadoras do Neamp, considerou extremamente positivas as narrativas feitas pelos três jornalistas, pois

Cobertura de guerra: pouco glamour e muito trabalho duro - Judi Cavalcante

elas forneceram um rico material para quem pretende atuar profissionalmente ou desenvolver pesquisas acadêmicas nas áreas de Jornalismo, Relações Internacionais e Ciências Sociais. ■

1. A mesa-redonda *Direto do Front: a cobertura de guerra feita pelos jornais* foi organizada Judi Cavalcante, com a colaboração da aluna de Relações Internacionais, Cláudia Taddei.
2. O vídeo com a íntegra da mesa-redonda está à disposição na Biblioteca Nadir Kfoury da PUC-SP (código 1855).

Cobertura de guerra: pouco glamour e muito trabalho duro - Judi Cavalcante

A IMPRENSA ESCRITA DE CUBA E A CRIAÇÃO DO IMAGINÁRIO NACIONAL

BEATRIZ WEY

Diante das comemorações do aniversário de quarenta anos da revolução cubana nos indagamos qual o papel da imprensa escrita no interior de um sistema que passou por diferentes períodos e que vive hoje sua maior crise estrutural.

A falta de recursos tipográficos aliada às dificuldades de importar papel não impedem o país de manter um número significativo de jornais. Em sua maioria são, no entanto, semanários que circulam apenas nas províncias em que são editados e por conseqüência não tem poder de influência na formação de uma opinião pública nacional – função esta da chamada grande imprensa –, contribuindo assim para legitimar os próprios grupos que controlam os meios de comunicação; no caso de Cuba o próprio Partido Comunista.

É possível afirmar que a gradual perda da capacidade da imprensa de contribuir para a manutenção do sistema cubano não se restringe apenas às questões de ordem econômicas, que inviabilizam a produção de periódicos. É também fruto de um processo de descentralização dos meios de comunicação. Um bom exemplo desta realidade é o retorno da agencia norte-ameri-

Beatriz Wey é mestre em Ciências Sociais e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

cana de notícias, a Associated Press, suspensa desde 1969, e a liberação da concessão da rede de televisão CNN, que demonstram a impotência do governo e do partido comunista frente ao controle das informações que circulam no país.

Acompanhar os noticiários pela televisão é muito mais cômodo que enfrentar grande filas para a aquisição de um exemplar do único periódico do país, o *Granma*, com tiragens diárias irrisórias frente à demanda existente do país.

Os problemas enfrentados pelo *Granma*, jornal oficial do PCC, são infinitamente superiores aos enfrentados pelos semanários. Afora os problemas mencionados acima, devemos destacar os entraves para o acompanhamento e divulgação dos acontecimentos internacionais, visto que as informações são colhidas pelos jornalistas cubanos e, quase nunca, pelas agências de notícias. Estes e tantos outros agravantes referentes à produção interna não parecem intimidar os diretores do *Granma*, que procuram há trinta e quatro anos construir um imaginário nacional por meio de suas páginas. A possibilidade de avaliarmos com avidez os mecanismos utilizados pela imprensa escrita na construção inalterável de uma ideologia nacional ou oficial é por demais instigante, não apenas por elaborar um processo muito particular de nação, mas por sustentá-lo exaustivamente.

Um dos aspectos que mais chama a atenção, refere-se ao conteúdo teórico discutido em diversos espaços do *Granma* e presente em quase todos os exemplares desde sua fundação, em 1965. Evidentemente que mencionados de uma forma muito própria Marx, Engels, Lênin, Che Guevara e tantos outros são analisados pela imprensa, que ressalta com frequência o papel que cada

A imprensa escrita de Cuba e a criação do imaginário nacional - Beatriz Wey

uma exerceu e ainda exerce na formação de um novo país, uma nova economia e um novo homem. A história está tão presente nas páginas do *Granma* que nos questionamos em alguns momentos se estamos mesmos diante de uma imprensa jornalística ou de um outro gênero literário da área das ciências sociais.

A insistência em apropriar-se do passado, tendo em vista situar a revolução indica que o *Granma* coloca como proposta formar um tipo de leitor impar, que não busca essencialmente o novo, mas o constante refazer do velho.

Leituras do *Granma* mostram que as relações estabelecidas entre diferentes períodos históricos criam uma rede de símbolos que contribuem para justificar as ações governamentais e defender os posicionamentos do líder político Fidel Castro. É possível que este veículo de comunicação seja um dos poucos a preservar fielmente a imagem de Fidel, sem contudo problematizar ou levantar a idéia de que o país só funciona porque ele ainda está vivo. Ao contrário disso, a utilização da sua imagem funciona como uma forma de induzir o leitor a acreditar na inevitabilidade do processo revolucionário, fecundado, segundo o *Granma*, pelos heróis e mártires republicanos.

Se por um lado a associação entre José Martí, Líder Republicano, e Fidel Castro traduz a característica de uma imprensa que procura ressaltar a personalização de seus líderes, por outro esta mesma imprensa sugere que a crise vivenciado pelo país é um problema nacional e como tal deve ser de responsabilidade coletiva. Com toda certeza este mecanismo contribui para defender o processo revolucionário ao mesmo tempo em que o salva dos inevitáveis e indesejáveis questionamentos que brotam no interior da sociedade.

A imprensa escrita de Cuba e a criação do imaginário nacional - Beatriz Wey

Além disso propicia um possível comprometimento do leitor, que normalmente apenas se envolve com os problemas de ordem governamental.

Uma análise do *Granma* permite ressaltar que as mudanças são discutidas com uma boa dose de conservadorismo, principalmente no tocante as alterações em direção a transferência de poderes do Estado para instituições representantes da sociedade civil. A questão do unipartidarismo também está presente nos debates travados entre líderes governamentais, sempre como a melhor solução para os problemas emergenciais. Este aspecto não poderia ser diferente, uma vez que o jornal apresenta o partido como representante único dos interesses nacionais. Cria-se com este procedimento uma legitimidade aos posicionamentos do partido ao mesmo tempo em que se procura demonstrar a existência de uma democracia, pois todos podem ser membros do partido e decidir, conjuntamente, sobre as decisões a serem tomadas.

Além desta série de elementos que contribuiu para sustentar a ideologia oficial, não se pode deixar de referendar a importância que o *Granma* possui desde sua fundação, na elaboração de uma tradição de luta do povo cubano e até mesmo do latino-americano, levantando bandeiras de convocação à resistência e de manutenção dos ideais revolucionários. Este mecanismo que liga leitor-jornal, estabelece vínculos estreitos entre o sacrifício de cada um diante do momento atual com a fidelidade ao sistema e partido.

Apesar de todos estes elementos serem trabalhados constantemente pela imprensa escrita, a crise ideológica do país não desaparece. O *Granma* mantendo-se fiel ao projeto do início da revolução, elaborado em 1959, continua colocando em pauta um jornalismo

A imprensa escrita de Cuba e a criação do imaginário nacional - Beatriz Wey

que cria tensões e paradoxos com as mudanças no cenário internacional, principalmente aquelas que surgiram após o fim da guerra fria.

Os anos 90 representam uma tragédia para a imprensa escrita em Cuba, visto que suas argumentações não são suficientes para dirimir a crise vivida pelo país e nem para sustentar um modelo de nação – soberana, independente e auto suficiente – recriada no imaginário do povo cubano, graças também ao poder simbólico gerado pelo jornalismo cubano. Ela, hoje, encontra dificuldades para provocar no leitor o despertar diário de sua ação messiânica para enfrentar os novos problemas emergentes.

Ainda assim, é importante detectar que hoje, mas do que quando foi fundado, o jornal *Granma* tem um importante significado para a revolução cubana: o de estabelecer uma ponte entre os diversos períodos pela qual a revolução passou, transmitindo uma ideologia oficial que procura sobreviver aos percalços que atingem Cuba neste final de milênio. ■

A imprensa escrita de Cuba e a criação do imaginário nacional - Beatriz Wey

DEBATE SOBRE O GRANMA

MIGUEL CHAIA

Como situar a polêmica a respeito da natureza da imprensa no regime político vigente em Cuba? Afinal, é vasta a bibliografia sobre liberdade de imprensa, direito à informação, etc. Não como porta-voz de quem quer que seja, tentarei colocar algumas pistas para esclarecer (pelo menos parte) as questões levantadas.

A imprensa constitui um sistema de fontes jornalísticas, atuando num mercado de sociedade industrial, de reprodução em massa, sob conflitos nascidos de interesses econômicos e/ou políticos. Pode-se até pensar que enquanto meio de divulgação escrita, o jornal existe mesmo antes da constituição da imprensa, como configurada sob a concepção liberal no capitalismo. Nesta condição histórica, a defesa da liberdade de imprensa torna-se um valor de alta significação, indicando por sua vez que nas sociedades capitalistas os jornais estão sujeitos a interferências políticas do Estado, partidos ou grupos e, também, sob pressão de forças econômicas. Nas sociedades democráticas, portanto, tais

Miguel Chaia é professor do Departamento de Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

tensões uma vez detectadas, não desaparecem mas tendem a ser controladas pela ação crítica de jornalistas ou de grupos atuantes na defesa da liberdade da informação. Recentemente uma nova posição está sendo aberta, priorizando os direitos do leitor, principalmente do telespectador em decorrência do reconhecimento do crescente poder midiático.

O leitor tem o direito de ser informado de modo independente para construir sua opinião gradativamente. Porém, o sistema jornalístico cria um poder (que muitos denominam de quarto poder e que Tocqueville denominava de poder da sociedade) que se relaciona com outros, na rede engendrada pela sociedade. É fundamental lembrar que os principais jornais de um país encontram-se no interior de um jogo de poderes que buscam obter a hegemonia na sociedade. Talvez nem o leitor perceba, mas o seu jornal diário está sempre na junção da prática política e da luta (também) pela sobrevivência no mercado. Numa dupla dimensão tal situação desdobra-se podendo ser verificada tanto na estruturação interna de um jornal (linhas editoriais e estratégias sócio-política de seleção, interpretação e divulgação dos fatos), quanto nas alianças ou interesses que estabelecem enquanto agentes no mercado e no conjunto da sociedade. Neste sentido, não há imprensa escrita que deixe de se alimentar de projetos políticos ou de interesses econômicos, sempre considerando a sobrevivência naquela dupla dimensão.

Nos Estados Unidos, sob um regime democrático, mesmo com a Constituição garantindo o direito à informação pode-se questionar a concepção dos seus

Debate sobre o *Granma* -
Miguel Chaia

principais jornais que, para Noan Chomski faz parte de um imenso movimento mobilizador de apoio do público para interesses ou do governo ou do setor privado (“consenso fabricado”). Mesmo no Brasil, basta comparar as linhas editoriais e as estratégias de divulgação de notícias dos jornais *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, para se descobrir a existência de determinadas tendências políticas, defesa de interesses políticos conjunturais e empatia por determinadas facções ou modelos econômicos – embora tendem a igualarem-se quanto às suas posições frente o mercado. Inúmeros estudos já apontaram tais constatações. Ou infindáveis exemplos de jornalistas ou temas pressionados ou expurgados de jornais, reforçam tais jogos de poder. Internacionalmente, vale lembrar as distinções entre *Le Monde* e *Figaro*, dois jornais ideologicamente distintos.

A imprensa escrita, assim como outros meios de comunicação de massa, encontra-se limitada, no seu exercício pleno livre, por uma equação que envolvem proprietário/grupo administrador, anunciante e leitor/consumidor. Estes definem o âmbito do mercado e, portanto, o espectro de possibilidades colocadas a cada órgão jornalístico.

Contudo, nas sociedades democráticas a liberdade insiste em aflorar. Alguns jornais do sistema ou alguns jornalistas sempre guardam o potencial de alcançar um maior grau de liberdade e de crítica. Na imprensa escrita, como talvez em menores condições em outras mídias, nascem constantemente as possibilidades da criatividade, do confronto, da denúncia – da indepen-

Debate sobre o *Granma* -
Miguel Chaia

dência. Este potencial de autonomia, que se origina da própria instituição, tende a se reduzir ou desaparecer quando as sociedades são geridas politicamente por sistemas autoritários ou totalitários.

Se a liberdade de imprensa é um valor democrático, a geração de informação e divulgação de notícias estende-se como necessidade a todas as sociedades organizadas sob diferentes formas de poder. Quando o poder é centralizado, autoritário ou totalitário, a preocupação não se volta à discussão da liberdade de imprensa, mas à função que o jornalismo tem ao se associar/submeter-se ao Estado e ao partido. Nesta situação tem-se jornais e jornalistas que informam e noticiam tendo em vista funções políticas específicas e clarificadas (pelo projeto de Estado). Isto não quer dizer que o jornalismo nas democracias também não tenham funções políticas, as vezes difusas ou mascaradas.

Ainda, quanto ao significado político da imprensa, mais um dado pode ser levantado. A imprensa escrita ou falada vem ocupando gradativamente um espaço político significativo na representação (ou defesa de interesses) de alguns grupos da sociedade civil e na substituição de organismos políticos regionais, como os partidos políticos ou o Legislativo – num contexto de diluição e fragilização da esfera do político.

Qualquer abordagem do jornalismo ou da imprensa escrita deve considerar, portanto, os graus de diversidade existentes na história e a complexidade que envolve o processo de produzir e disseminar informações – numa época em que a informação é,

Debate sobre o *Granma* -
Miguel Chaia

los para que melhor se fundam-
ticas ou denúncias.

Não basta reconhecer
cial ou ideológico, deve-se co-
novas observações e conheci-

Escritos Neamp

indiscutivelmente, uma forma
considerar, desta forma, que
um jornal determinante na fo-
de circulação abrangente, c
estaria na questão da libe
conforme o recorte dado pelo
grande preocupação estaria
imaginário nacional que v
leitores ao projeto naciona
cionário de situação”.

Sem cair no simplism
do o conhecimento da realida
“o discurso do *Granma* é ofic
sor do Estado soberano e soc
continuamente sua permanên
gere, indiretamente, quando
de, que a adesão ao governo
inevitabilidade do processo re
esta razão, ser aceito como o
nomia de Cuba”. Estas duas
Beatriz (O *Granma* e a imagi
na PUC-SP, mostram que rec
al, político-ideológico do *Gr
rica em paradoxos e tensões
não recuar face aos fatos social*

a de poder. É necessário
no caso cubano tem-se
mação da opinião pública,
jo centro de debate não
dade de imprensa mas,
estudo de Beatriz Wey, a
‘com a formação de um
abilize a condução dos
ista do governo revolu-
o maniqueísta e valorizan-
de, Beatriz Wey sabe que
al e explicitamente defen-
alista chegando a instigar
ia no poder, o mesmo su-
nascarando sua oficialida-
eve ocorrer em função da
olucionário, devendo, por
nico caminho para a auto-
citações do mestrado de
ação nacional), defendido
nhecendo o caráter ofici-
Granma, a realidade é muito
e, cabe ao cientista social
s, mas buscar compreendê-
ente reconhecimentos, crí-
ou taxar um jornal de ofi-
pletar tais opiniões com
mentos. Assim, o *Granma*

Debate sobre o *Granma* - Miguel Chaia

interessa também para situar uma relação específica do
jornal face ao partido e ao governo; verificar como a
história de Cuba e da América Latina (acontecimentos,
heróis, mitos, etc.) é recuperada para definir uma idéia
de nação; delimitar o particular âmbito do sentido de
resistência; entender os vínculos que Cuba estabelece
com os movimentos políticos internacionais; compre-
ender a persistência da memória e a expectativa do lei-
tor dependente exclusivamente de uma fonte de infor-
mação. Muitos outros aspectos poderiam ser listados para
justificar uma pesquisa sobre um jornal, seja ele oficial
ou não – desde que se trate de um órgão jornalístico
portador da história. E esta tem várias fases e sentidos,
caminha na diversidade e em rumos surpreendentes. Um
jornal sintetiza momentos da história.

Debate sobre o *Granma* - Miguel Chaia

A IMPRENSA CUBANA

DIANTE DO FENÔMENO JURÍDICO

BEATRIZ WEY

Como todo jornal, o *Granma* funciona como um filtro diante da infinidade de informações disponíveis. O ato de selecionar, hierarquizar e organizar o que se considera mais relevante não é um privilégio da imprensa cubana, mas uma realidade dentro de todas as sociedades mediadas pelos meios de comunicação.

Neste momento não me aventuro a questionar se o papel do *Granma* tem sido desempenhado corretamente, nem tão pouco a forma como esta imprensa se apresenta a trinta e quatro anos, pois creio que já fiz em outra oportunidade. Espero agora avaliar as escolhas diárias que atuam como mecanismos para a prevenção e composição de conflitos que emanam do meio social.

Um dos aspectos que melhor possam servir para exemplificar esta questão refere-se a forma como o *Granma* tem procurado aproximar o leitor do universo jurídico. Aparentemente, este é apenas um dos temas disponíveis para que o Estado através de seu órgão oficial, possa gerar uma maior credibilidade no congresso e no próprio parlamento. No entanto, se analisarmos alguns aspectos desta postura veremos que ela não pode ser compreendida tão superficialmente. Se por um lado,

Beatriz Wey é mestre em Ciências Sociais e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

ao criar um espaço para a divulgação dos trabalhos realizados pelos órgãos legiferantes ela reproduz um suposto discurso democrático, por outro, ao aproximar o leitor do direito revela seu intuito de provar a eficácia das leis, seja porque são legitimadas pelas autoridades responsáveis, e em consequência estão condicionadas ao sistema de governo do país, seja porque existe infraestrutura suficiente para colocá-las em prática.

O ato de divulgar o que está sendo alterado ou mantido é uma forma de tornar público o que deve ser respeitado e aceito, o que é de direito e o que é de dever. Em suma, fazer da justiça algo acessível e transparente, uma tarefa impossível de ser realizada pelas próprias instituições que compõem a justiça, em vista de suas atribuições e sua linguagem, distante da realidade de boa parte do povo.

Ora, poderíamos nos indagar se esta não é só mais uma forma de fazer valer uma situação já ganha mas difícil de ser sustentada, sinceramente creio que não. Normalmente não existe interesse algum por parte da imprensa em democratizar as informações referentes a justiça, ainda que estando de acordo com o sistema de governo, ou sendo o próprio governo. Há muitos outros caminhos de defender um sistema que não este. Ao fazê-lo o *Granma* se destaca mais uma vez, diferenciando-se das demais imprensas.

O que normalmente lemos na imprensa escrita sobre a justiça é algo que não pode mais ser escondido. Nestes casos os órgãos que compõem estão envolvidos em algum tipo de escândalo e corrupção.

No entanto, no *Granma*, a lei aparece como um dos caminhos plausíveis para os indivíduos compreenderem um universo a que estão subjugados. Este posicionamento não é uma forma simples de traduzir o

A imprensa cubana diante do fenômeno jurídico - Beatriz Wey

direito como controle social externo, mas de aproximá-lo daquele que o usufrui, querendo ou não.

Ainda que tais leis não sejam convenientes para a sociedade cubana, esta tem o direito de conhecê-las e, a partir de então, questioná-las. Por mais que seja improvável alterar a legislação em Cuba, o fato de conhecê-la é meio caminho para buscar uma transformação, duvidar disso é duvidar do poder da opinião pública.

No entanto, não me parece ser esta uma prática comum da imprensa de forma geral, pelo menos não se nos reportarmos à nossa realidade. A exemplo disso podemos citar o poder judiciário, tão em voga em função CPI, mas totalmente esquecido com relação às reformas que deve sofrer, reformas que estão engavetadas a anos e que ninguém ousa comentar profundamente.

Pouco ou quase nada sabemos sobre as reformas do judiciário. No fundo, nada conhecemos sobre a nossa legislação e menos ainda sobre as alterações que a mesma deve sofrer para melhor funcionar.

Mesmo que o cubano não tenha poder algum para transformar o código vigente, coisa que nós brasileiros também não temos, a ele, todavia, cabe o direito de estar informando sobre o mesmo.

Será que não divulgam nossas leis simplesmente para que elas não sejam cumpridas, e em Cuba, pelo interesse do governo de colocá-las em prática, exibisse diariamente relatórios sobre o universo jurídico?

Não acho que a resposta seja tão simples, visto que o direito é mais do que um mero instrumento do Estado para a reprodução de um modo de produção, é também o resultado de uma realidade social condicionante, que em grande número de casos transforma o costume em direito positivo, acolhido e institucionalizado nas leis que os órgãos da sociedade editaram. Além de emanar

A imprensa cubana diante do fenômeno jurídico - Beatriz Wey

A imprensa cubana diante do fenômeno jurídico - Beatriz Wey

das associações e sindicatos, criando obrigações e deveres intragrupais não oriundas dos órgãos do Estado, mas que por vezes possuem força coativa superior às que o são e prevalecem em casos de conflito.

Desde forma, vale salientar que mesmo agindo em prol da manutenção da ordem instituída, o *Granma* tem assumido o compromisso de divulgar cada nova lei e até mesmo analisá-las.

Ao traduzir com certa frequência o direito como o um bem adquirido que direta ou indiretamente lida com situações conflitantes, esta imprensa prioriza, ao menos neste aspecto, o conflito e sua composição, fazendo do direito algo público.

Cabe repensarmos o quanto tem interessado a nossa imprensa se omitir da sua tarefa de tornar público o que é de interesse público, e de mostrar o quanto a justiça pode nos beneficiar e soubermos interpretá-la adequadamente. A exemplo disso, podemos citar o estatuto da terra, que entre outros salienta quanto maior for a pressão social e seu grau de contradição, maior as possibilidades reais para que haja uma verdadeira reforma agrária.

Que fique claro nesta sintética exposição que não estou defendendo o conjunto de normas de conduta que disciplinam as relações sociais em Cuba ou no Brasil, mas sim a possibilidade de conhecermos mais do que escândalos de corrupção que envolvem instrumentos humanos de realização da ordem jurídica e de suas instituições, ou seja, de conhecermos a fundo as nossas próprias leis e suas reais limitações.

Se não cabe a imprensa realizar a tarefa, quem mais poderá fazê-la?

REFLEXÕES

SOBRE O SISTEMA POLÍTICO E AS ELEIÇÕES 98: A MÍDIA COMO INSTÂNCIA DEMOCRÁTICA

FRANCISCO FONSECA

Ao fim de um processo eleitoral, algumas reflexões acerca da democracia brasileira fazem-se necessárias. A começar pelo que, no mundo moderno, entende-se por democracia, notadamente quanto ao seu caráter procedimental, isto é, a questão dos pré-requisitos formais que possibilitam a vida democrática. Nesta perspectiva, devemos incluir necessariamente a mídia, tendo em vista o papel fundamental que exerce como mediadora entre candidatos e eleitores quando das campanhas eleitorais e, mais importante, como mediadora de interesses heterogêneos. Trata-se, portanto, de um papel e, conseqüentemente, de uma responsabilidade, públicos. No entanto, a mídia constitui-se – em sua esmagadora parte – de empresas privadas que, como quaisquer outras, objetivam o lucro. Ora, há aqui então uma relevante questão, pois os órgãos da mídia representam um tipo de instituição em que, nos dizeres de M. H. Capelato, em *Imprensa e História do Brasil*: “(...) se mesclam o público e o privado, [em que] os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal [e da mídia como um todo]. Os limites entre uns e outros são muito tênues.”

Francisco Fonseca é professor do Departamento de Política da PUC-SP.

Sendo assim, cabe a uma sociedade democrática de alguma forma controlar aqueles que, apesar de privados, falam em nome do público, do coletivo, tendo em vista a responsabilidade que possuem. Afinal, por mais que no capitalismo a notícia seja também uma mercadoria – que obedece a um processo de produção e se personifica em imagens, sons, papel etc. –, o é de um tipo especial, pois tanto o seu conteúdo como a forma de expressá-lo podem alterar os embates cotidianos que se travam na sociedade. Portanto, informação como forma de poder é um truísmo continuamente validado.

Por outro lado, controlar a informação (isto é, controlar uma forma de poder) não pode, numa sociedade que se requer democrática, confundir-se com censura. É possível, isto sim, o estabelecimento de limites que impeçam monopólio ou oligopólio, formal ou informal, da mídia – como, aliás, existentes em diversos países democráticos. Afinal, se as mercadorias (de qualquer natureza), seu processo produtivo e a concorrência entre elas são controlados através de instituições públicas estatais como a Secretaria de Direito Econômico (SDE), o Conselho de Administração e Direito Econômico (Cade), Procons, entre tantas outras, e mesmo por instituições privadas de direito público, ou público não-estatal, por que a notícia – como mercadoria, e, mais ainda, de tipo especial – não poderia estar sob patamares também públicos?

Esta discussão se justifica plenamente no Brasil, como sabemos, devido à oligopolização crescente dos meios de comunicação. Em certas circunstâncias esta questão se manifesta integral e ostensivamente, caso dos recentes processos eleitorais pós-redemocratização. Não bastasse o já histórico caso Rede Globo/Collor, a recente campanha eleitoral mostrou uma espetacular adesão

Reflexões sobre o sistema político e as Eleições 98: a mídia como instância democrática - Francisco Fonseca

dos meios de comunicação como um todo à reeleição do presidente, a ponto de a campanha nacional praticamente não ter existido na imprensa! Isto se torna ainda mais grave quando sabemos que vivemos numa era modelada pelo chamado pensamento único – políticas de caráter neoliberal, propugnadoras de reformas orientadas para o mercado, o que inclui privatizações, abertura comercial, desregulamentação, crescente mercadorização da força de trabalho; em síntese, trata-se da precedência quase que absoluta do privado sobre o coletivo, do grande capital sobre todas os outros agentes sociais.

Ora, não caberia à imprensa destoar de qualquer forma de *pensamento único*? Afinal, não é possível conceber, conceitualmente, uma democracia sem pluralismo – aliás, um legado liberal! Mais ainda, uma das críticas mais eloqüentes ao mundo socialista não dizia respeito justamente ao constrangimento da informação e ao massacre ideológico, portanto ao pensamento único?!

Nesse sentido, as próprias pesquisas de intenção de voto, em períodos eleitorais, são informações que atuam diretamente na decisão do eleitor, afetando portanto a circulação das elites políticas no poder. Representam, evidentemente, também uma forma de poder, mais sutil, é claro, pois persuasiva. Por isso, toda a polêmica acerca de alguns candidatos que passaram (ou não) para o segundo turno nas disputas para os governos estaduais, notadamente em São Paulo, demonstra, uma vez mais, a necessidade premente de repensarmos a democracia brasileira, à luz, antes de tudo, da informação e de seus meios.

Na verdade, o próprio sistema político é composto também pelos meios de comunicação – nas suas mais diversas modalidades. O que, a rigor, é atestado

Reflexões sobre o sistema político e as Eleições 98: a mídia como instância democrática -
Francisco Fonseca

pela própria teoria política. Uma vez mais, sabemos que outros países democráticos adotam mecanismos que: a) impedem a publicação de pesquisas eleitorais alguns dias antes das eleições; b) controlam rigidamente sua metodologia; c) responsabilizam os que transgridem as normas procedimentais; e d) punem vigorosamente tais transgressores.

Por outro lado, as disputas no segundo turno, especialmente nos grandes estados, representaram a vitória da *política* sobre o *marketing*, isto é, a vitória de partidos, candidatos e campanhas de alguma forma comprometidos com suas próprias trajetórias e com seus compromissos históricos. O marketing manipulatório teve a ilusão de que faria campanhas “científicas”, como se os candidatos fossem meros produtos, indistinguíveis devido ao, suposto, afinamento das ideologias; certos publicitários imaginaram que eles próprios, no limite, estavam sendo “eleitos”, pois, ao criarem verdadeiros mundos virtuais, procuraram transformar, pasteurizando, candidatos em prestidigitadores. Não é casual, portanto, que figuras como Duda Mendonça saiam com sua credibilidade “marketológica” arranhada – para o bem da política, entendida como ação conflitiva e heterogênea nas esferas públicas.

Tudo o que dissemos até aqui confluí para que reflitamos sobre a democracia brasileira e, mais ainda, sobre a necessidade de reformas políticas, das quais as diversas modalidades dos meios de comunicação, como afirmamos, necessariamente fazem parte. Reformas que, aliás, até agora foram negligenciadas, estando ausentes da agenda pública.

Afinal, tendo em vista que nossas sociedades transformam-se cada vez mais em sociedades midiáticas, a informação passa a ocupar crescentemente um papel

Reflexões sobre o sistema político e as Eleições 98: a mídia como instância democrática -
Francisco Fonseca

ainda mais importante e decisivo do que ocupava há alguns anos. Como exemplo, basta observarmos a proliferação de órgãos informativos *full time*, tanto no Brasil como no exterior. A compressão do espaço/tempo de que nos fala David Harvey como condição das sociedades pós-modernas, é acompanhada por uma extrema concentração, em nível internacional, da produção de notícias.

Agências noticiosas, grandes conglomerados comunicacionais, oligopólios do entretenimento, detentores de satélites, entre tantos outros exemplos do megapoder internacional (e nacional) dos meios de comunicação, *integram* cultural e ideologicamente um mundo cada vez mais marcado pela *exclusão* social. Assim como a derrota das campanhas eleitorais tecnológicas e virtuais fora, ao menos momentaneamente, derrotadas no Brasil, o poder sem freios dos meios de comunicação espera pelo aprofundamento de iniciativas públicas e privadas que o controlem.

Cabe ressaltar que o projeto inicial da democracia liberal, solidificado pelo espírito republicano, enfatizava vigorosamente a necessidade de freios e contrapesos ao poder, notadamente o poder do Estado que, se dividido, poderia mais facilmente ser controlado. Ora, numa democracia midiática cabe retomar o republicanismo, o que implica encontrar alternativas ao poder – que se apresenta fundamentalmente sem freios e contrapesos, exceto deles próprios em suposta competição – dos meios de comunicação, aí incluídos os próprios institutos de pesquisa.

Afinal, uma poliarquia, isto é, uma sociedade que se quer plural, deve necessariamente garantir aquilo que Robert Dahl afirmara em *Um prefácio à teoria democrática*, ser uma pré-condição às sociedades demo-

Reflexões sobre o sistema político e as Eleições 98: a mídia como instância democrática -
Francisco Fonseca

cráticas, isto é: “Todos os indivíduos devem possuir informações idênticas sobre as alternativas [que disputam o poder, nos períodos eleitorais].” Para além destes, contudo, há uma miríade de questões que nos colocam justamente a necessidade de criarmos os *check and balances* ao sistema político como um todo, que tem nos meios de comunicação o seu decantado quarto poder. ■

Reflexões sobre o sistema político e as Eleições 98: a mídia como instância democrática -
Francisco Fonseca

RÁDIO E ELEIÇÕES:

RELAÇÃO QUE TRAZ VOTO

MAURÍCIO FERREIRA DA SILVA

Uma das grandes “vedetes” do primeiro turno das eleições de 1998 foram as pesquisas eleitorais. Já há algum tempo esse tipo de sondagem de opinião vem sendo criticada pelos políticos e seus correligionários. A novidade desta vez ficou por conta do debate que se travou em torno dos resultados divulgados sobre a candidata ao governo do estado de São Paulo, Marta Suplicy (PT), e que pode ser analisado por dois aspectos: o primeiro diz respeito à própria sondagem (resultados, metodologia etc.) e o segundo pela maneira como os números podem ser trabalhados, ou seja, como foi a divulgação.

Percebe-se, portanto, uma capacidade especial da mídia em relação à organização política institucional. A maneira de portar-se em relação aos dados quantitativos pode determinar o comportamento do eleitorado, uma vez que a função de divulgar – ou não – tais resultados é da responsabilidade desses veículos. No entanto, a relação entre os mídia e a política institucional não se reduz ao papel de divulgação dos fatos, pelo contrário.

Maurício Ferreira da Silva é mestre em Ciência Política e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

Os resultados eleitorais mostram uma inserção também no que se refere às casas parlamentares, ou seja, a eleição de pessoas que provêm dos “seus quadros profissionais”, como comunicadores, atores, apresentadores etc.

Esses candidatos midiáticos ganham projeção social, e portanto eleitoral, justamente por serem figuras públicas e muitos, mesmo não sendo eleitos, conseguem boas votações, como foi o caso da candidatura ao Senado do apresentador João Leite Neto, que obteve 2.300.545 votos, o que corresponde a 14,75% dos votos válidos no estado de São Paulo.

As mesmas urnas que não elegeram João Leite foram mais gentis com os candidatos a deputado federal Celso Russomanno e Nelo Rodolfo.

Enquanto o primeiro conseguiu 185.611, o segundo garantiu uma cadeira no Congresso com 116.736 votos. É interessante notar que ambos possuem uma história de sucesso eleitoral, uma vez que Russomanno sagrou-se como o deputado federal mais votado nas eleições de 1994 e Rodolfo, o vereador mais votado na capital paulista em 1996, “credenciando-se”, inclusive, a exercer a presidência da casa.

Já em âmbito estadual podemos constatar mais uma vitória de Afanásio Jazadji, com 68.243 votos, um pouco acima dos 58.326 alcançados em 1994. Afanásio entra em seu quarto mandato tendo em seu currículo o fato de ter sido o deputado estadual mais votado até hoje, marca que atingiu quando concorreu em 1986 (558.138 votos), justamente no momento em que se destacava no rádio com seus programas sobre a criminalidade.

Ora, conhecendo números tão expressivos, a pergunta que se faz é justamente sobre os motivos que propiciam tal fenômeno, ou seja, quais os fatores que

Rádio e eleições: relação que traz voto - *Maurício Ferreira da Silva*

contribuem para que um “funcionário” dos veículos de comunicação ganhe condições de representatividade política.

Foi pautado neste questionamento que concluí dissertação de Mestrado na PUC-SP, intitulada *Quem me elegeu foi o rádio – Os comunicadores sociais na Assembléia Legislativa de São Paulo*. Preocupei-me em analisar os mecanismos que contribuem para a inserção de comunicadores sociais nas instituições políticas e como estes se comportam. Para tanto, como objeto de pesquisa, foram selecionados os comunicadores sociais que detinham uma programação própria no rádio e que se elegeram à Assembléia Legislativa de São Paulo nas eleições de 1986 e 1990 (Afanásio Jazadji, Erci Ayala, Oswaldo Bettio e Fernando Silveira). Além das entrevistas, foi realizada busca no TRE de São Paulo para determinar a votação que cada parlamentar obteve em cada pleito.

A análise do material empírico mostrou que alguns comunicadores credenciam-se a ocupar uma vaga na Assembléia Legislativa pelo simples fato de ser comunicadores. Isso significa que o trabalho que desenvolvem no rádio, principalmente em função das programações e de seus posicionamentos, os tornam aptos a enfrentar um processo eleitoral (com grandes probabilidades de êxito).

A relação entre o programa encabeçado pelo comunicador e a condição à representatividade política é o que chamamos de capital eleitoral, ou seja, uma perspectiva eleitoral favorável que resulta da transferência do prestígio alcançado no programa.

Os quatro parlamentares entrevistados tinham em comum um trabalho de assistência muito forte e de soluções dos mais variados problemas. Alguns dedica-

Rádio e eleições: relação que traz voto - Maurício Ferreira da Silva

vam-se a auxiliar os ouvintes na resolução de questões cotidianas e familiares, outros discutiam problemas relacionados à violência e outros, inclusive, promoviam encontros de casais. Na medida em que tais posicionamentos constituem alternativas de resolução dos problemas dos ouvintes, estas atuações os credenciam a assumir a condição de representantes políticos. Sendo assim, o capital eleitoral torna-se o grande trunfo nas mãos dos comunicadores que pretendem se candidatar a cargos públicos.

Uma vez possuidor do capital eleitoral o comunicador se torna alvo certo para alguns partidos políticos. Assim sendo ele será premiado com algumas vantagens que um candidato sem o capital eleitoral não possuiria.

A primeira delas é a facilidade de conseguir legenda partidária. Uma segunda vantagem do candidato midiático refere-se ao custeio de sua campanha política, muitas vezes outros candidatos pegam “carona” com estes comunicadores, fazendo “dobradinhas”, com o objetivo de aumentar sua votação, pois existe a probabilidade de ocorrer a transferência do “prestígio eleitoral” destas candidaturas a outros aspirantes a cargos políticos.

Podemos citar como exemplo os casos de Oswaldo Bettio e Afanásio Jazadji (estaduais), que entraram na “dobradinha” com Arnold Fioravante (federal) em 1986 ou de Erci Ayala com José Serra no mesmo ano.

A transferência do capital eleitoral não é, no entanto, característica apenas das “dobradas”, que ocorrem com muita frequência. Mesmo não sendo candidato o comunicador pode adquirir certo êxito ao “apoiar” um candidato e solicitar de seu público os votos necessários para elegê-lo, como ocorreu na eleição de 1984, em que Oswaldo Bettio encabeçou um “apoio midiático” a Jânio Quadros – que contava com a

Rádio e eleições: relação que traz voto - Maurício Ferreira da Silva

participação de seu irmão Zé Bettio e de Afanásio Jazadji. Os três possuíam nove programas diários, o que contribuiu para uma constante presença de Jânio nos veículos de comunicação.

Mesmo neste último pleito pudemos constatar o caso do deputado eleito Adriano Eli Correa (PFL - 59.925) e do derrotado Paulo Barbosa Filho (PL - 18.876). Ambos utilizam os nomes de seus pais, e a aparição pública fez referência a eles, como no caso de Adriano, que utilizou o slogan “Oi, gente”, marca característica do pai, o apresentador Eli Correa.

Como o capital eleitoral foi construído à margem dos partidos políticos, estes “candidatos midiáticos” acabam escolhendo siglas partidárias mais por uma necessidade institucional – a obrigatoriedade da legislação – do que em função de suas concepções ideológicas. Neste momento o “personalismo da representação” torna-se uma eminência, ou seja, toda a função de mediação entre o cidadão e o Estado personifica-se na figura do “parlamentar midiático”, ignorando, assim, o partido político.

Esse capital eleitoral não é permanente, ou seja, existe a necessidade constante de “alimentação”. No caso dos comunicadores sociais, o acesso aos veículos de comunicação é fator fundamental à criação, continuidade ou ampliação do “potencial representativo”. Uma análise dos dados quantitativos apontados na pesquisa mostrou que quanto maior o tempo de afastamento do rádio, maior será o decréscimo em relação à votação obtida na primeira eleição de que participou o comunicador. Com o rádio, a campanha eleitoral do comunicador estará praticamente pronta, uma vez que se pautará justamente nas idéias e atuações que o caracterizam com o programa.

Rádio e eleições: relação que traz voto - Mauricio Ferreira da Silva

Sendo assim, quanto maior o tempo que separa o já parlamentar do rádio, maior será a probabilidade de que os votos à reeleição sejam coletados em função de outras atividades. O capital eleitoral funciona por um tempo determinado, e quanto maior sua força inicial, maior será o tempo em que ele ainda renderá frutos. Por esse aspecto, podemos entender as derrotas eleitorais de Fernando Silveira, Oswaldo Bettio e Erci Ayala durante os processos de reeleição e o porquê do êxito de Afanásio Jazadji em todos os pleitos de que participou. Mesmo sofrendo quedas acentuadas nas últimas eleições, vale lembrar que Afanásio foi eleito em 1986 com uma imensa votação, o que comprova que ele tinha algumas “gordurinhas a queimar”.

Ele mesmo compreende os motivos da queda em suas votações, a ausência nos veículos de comunicação: “Mas em relação ao que foi nem eu esperava que mantivesse, pois em 86 eu tinha três programas praticamente. Em 86 não havia essa proibição de jornalistas ou radialistas terem que se afastar do microfone”.

Um dado fundamental que contribuiu para o êxito de Jazadji nestas eleições foi o espaço concedido no horário eleitoral gratuito pela coligação que apóia Maluf. Em muitos programas, Jazadji aparecia como uma espécie de apresentador, ganhando relativo tempo de exposição ao eleitorado.

Há de se ressaltar que o capital eleitoral não é característica inerente ao comunicador social. Praticamente todos os pesquisados foram líderes em audiência, o que comprova uma certa tendência à transferência do “prestígio” alcançado no programa para o Legislativo. O exemplo destes comunicadores sociais aponta para alternativas de representação política através do rádio.

Rádio e eleições: relação que traz voto - Mauricio Ferreira da Silva

ENTRE A POLÍTICA E O JORNALISMO: A COBERTURA DAS ELEIÇÕES NOS TELEJORNALIS

JUDI CAVALCANTE
MARCO ANTONIO TEIXEIRA

Na análise da cobertura dos meios de comunicação desta primeira etapa do processo eleitoral, encerrada ontem com o primeiro turno, duas questões ficam claras: o papel central, cada vez maior, que a televisão vem assumindo na vida política brasileira e a despolitização das campanhas, tanto no noticiário dos telejornais, como nos programas partidários do horário eleitoral gratuito.

Num país onde 80% dos domicílios possui aparelhos de televisão e a imensa maioria dos cidadãos se informa única e exclusivamente pelo noticiário televisivo, a cobertura dada pelos telejornais ao processo eleitoral assume papel fundamental no resultado das urnas e na percepção que as pessoas têm da política.

No caso específico dos processos eleitorais, a televisão retirou dos partidos políticos o papel de agente mediador entre os eleitores e os candidatos. Torna-se imperativo numa campanha produzir fatos que rendam imagens para a televisão.

Judi Cavalcante é jornalista, mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

Marco Antonio Teixeira é mestre em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

Isso pode ser comprovado na análise comparativa dos telejornais *Jornal da Band*, *Jornal da Record* e *Jornal Nacional*, nos períodos de 24 a 30 de agosto e de 19 a 25 de setembro.

O resultado da análise mostra o papel central e determinante que a televisão exerceu sobre o debate e a agenda política, seja no tratamento dado ao conteúdo das reportagens apresentadas, seja pelo que a TV omitiu do noticiário de seus telejornais.

Pela repercussão junto ao telespectador (eleitor), essas duas semanas foram marcadas por dois acontecimentos decisivos na disputa eleitoral: o ápice da crise econômica e o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso anunciando as medidas para enfrentamento da crise.

Na primeira semana, de 24 a 30 de agosto, as eleições praticamente sumiram do noticiário dos telejornais. A crise ganhou destaque como fato exclusivamente econômico e mundial. Com exceção feita ao *Jornal da Record*, que até o momento vem fazendo a cobertura mais extensa do processo eleitoral. No primeiro período observado, na única vez em que o *Jornal Nacional*, dedicou espaço para as eleições foram pouco mais de dois minutos para divulgar a pesquisa eleitoral feita pelo Ibope. Nada sobre os candidatos e suas propostas de governo. O telejornal com maior audiência do Brasil, a pouco mais de 30 dias do mais importante pleito do país, dedicava a maior parte do seu tempo a falar de fauna e flora, e de como as bolsas de valores do mundo reagiram a mais um escândalo sexual envolvendo o presidente dos Estados Unidos.

Como afirma Pierre Bourdieu em seu livro *Sobre a Televisão*, “o tempo é algo extremamente raro em televisão. E se minutos tão preciosos são empregados

Entre a política e o jornalismo:
a cobertura das eleições nos
telejornais - Judi Cavalcante e
Marco Antonio Teixeira

para dizer coisas fúteis, é que essas coisas fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas preciosas". Ainda segundo Bourdieu, uma parte da ação simbólica da televisão consiste em atrair a atenção para fatos que são de natureza a interessar todo mundo, que não envolvem disputa, que não chocam, que formam consenso, de modo tal que não toquem em nada de importante.

A cobertura do *Jornal da Record*, que tem sido a mais extensa, reforça o argumento utilizado por Venício Lima de que os "mídia não são veículos neutros. É através deles que a política é construída simbolicamente, adquire significado". Assim como os outros telejornais e veículos impressos, o *Jornal da Record* mistura nas mesmas reportagens a cobertura dos atos do governo FHC com os atos do candidato FHC, não permitindo ao telespectador (eleitor) fazer a distinção entre o presidente e o candidato.

Para mostrar que esta é uma postura comum a todas as emissoras, e não só a Record, basta ver a resposta da Rede Globo às críticas do candidato Lula ao tratamento que as TV's vêm dando à cobertura das eleições. Disse William Bonner em editorial do *Jornal Nacional*: "o tempo destinado em nossos telejornais a notícias sobre esta fase da campanha é o adequado. E tem sido dividido com equilíbrio entre os candidatos principais. Além disso, a Globo divulga atos do governo (FHC) segundo interesse que tenham para o povo".

Assim fica claro que, para os editores do *Jornal Nacional*, é do interesse do povo, neste momento, saber mais sobre golfinhos e focas do que sobre as consequências da seca que ainda persiste no Nordeste. Como também os editores definiram que era do interesse do povo saber que FHC, enquanto presidente, recebeu a

**Entre a política e o jornalismo:
a cobertura das eleições nos
telejornais - Judi Cavalcante e
Marco Antonio Teixeira**

visita do dirigente máximo da Fiat para anunciar possíveis investimentos da empresa no Brasil no momento mais agudo da crise econômica internacional.

Na divisão do tempo dedicado aos candidatos, o *Jornal da Record* foi equânime. Foi o que deu maior cobertura à campanha do candidato Ciro Gomes. Na edição do dia 27/8, chegou mesmo a cometer um exagero "pró-Lula": dedicou 1,40 minuto ao candidato petista, contra 0,26 segundos para FHC. No entanto, na mesma edição, o presidente FHC obteve 1,12 minutos de reportagens que, somados ao tempo do candidato, perfazem 1,38 minutos, equivalentes ao tempo destinado a Lula. A indistinção da cobertura da agenda do candidato com a do presidente e o tratamento negativo, em textos e enquadramentos de câmera, dados ao candidato petista, fizeram a tônica da cobertura do *Jornal da Record* durante todo o período analisado.

A edição dos telejornais do dia 23/9 são emblemáticas de toda a cobertura que as redes de televisão fizeram do processo eleitoral. Nesse dia, por ocasião de um ato no Itamaraty, o presidente Fernando Henrique proferiu discurso anunciando as medidas que seu governo iria tomar para enfrentar a crise. Fenômeno que, até aquele momento, através de um esforço hercúleo do governo e dos telejornais, continuava sendo apenas de naturezas econômica e internacional.

Porém, a gravidade da crise obrigou o presidente a se manifestar "em tom quase de pronunciamento à nação", como narrou a repórter do *Jornal da Record*. O que destacaram os telejornais. Na Globo, "corte de gastos e aperto nas contas públicas. Essa é a parte do governo federal", disse o *Jornal Nacional*. O problema, na verdade, como pronunciou o presidente e o editorial que fechou a reportagem do *JN*, são os descontroles e

**Entre a política e o jornalismo:
a cobertura das eleições nos
telejornais - Judi Cavalcante e
Marco Antonio Teixeira**

desperdícios dos governos e legislativos estaduais e municipais e do poder judiciário. Finalmente o governo e os telejornais encontraram uma saída para um problema “que é mais do que eleitoral”, como afirmou o *Jornal da Band*.

Aliás, a edição do *Jornal Nacional* foi primorosa para corroborar o destaque feito por Bourdieu, quando ele diz que “os perigos políticos inerentes ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam de o *feito de real*. A TV pode fazer ver e fazer crer no que faz ver”.

Após a edição com a fala do presidente FHC, a correspondente em Washington relatou que “a repercussão (do discurso) não demorou”. Mostrando imagens do secretário do tesouro norte-americano, do presidente do Banco Mundial e do presidente do Federal Reserve, o texto da repórter faz o telespectador crer nas repercussões mundiais que o pronunciamento de FHC provocou. O fechamento da matéria é uma pérola jornalística: “até a bolsa de Nova York subiu”.

Nesse contexto, firmando-se como o principal veículo de comunicação dos brasileiros, a televisão vem interferindo de maneira significativa na decisão do voto. Essa eleição presidencial consolidou definitivamente a TV como o elemento de mediação entre os candidatos e o eleitor (telespectador), função antes desempenhada pelos partidos políticos. A cobertura feita pelos telejornais exaltou a figura individual dos candidatos. No caso de Fernando Henrique, o telespectador ficou sem saber qual a fronteira existente entre o presidente e o candidato.

Os noticiários, quase todos pautados por uma uniformidade temática, sofreram variações apenas de

**Entre a política e o jornalismo:
a cobertura das eleições nos
telejornais - Judi Cavalcante e
Marco Antonio Teixeira**

ênfase, e mostraram, quase sempre, um FHC *globalizado*, em sintonia com seus *amigos pessoais* Bill Clinton, Mário Soares, Helmut Kohl e Tony Blair. Além disso, mostrou-se um presidente do Brasil com poderes de influência semelhantes aos de seus *amigos pessoais*. Em casa, o telespectador pôde concluir que o pronunciamento de FHC determinou a redução das taxas de juros norte-americanas, anunciadas pelo presidente do Federal Reserve Bank, e a subida da bolsa de Nova York.

Por outro lado, o candidato Lula, quando não foi colocado como suspeito de se envolver com transações ilícitas com o advogado Roberto Teixeira, era mostrado como uma pessoa fora do contexto da “nova ordem internacional”. Assim, o eleitor podia concluir que o petista era uma pessoa despreparada para enfrentar a *crise mundial* que assolava o país.

Além da interferência que opera na esfera política, a televisão assume, cada vez mais, o lugar das instituições encarregadas de fazer a mediação entre a sociedade e o Estado. Isso se manifesta através da proliferação de programas que se encarregam de manipular demandas populares, esvaziando o legítimo papel das instituições jurídicas e do Executivo.

Se é verdade que o debate de idéias vem se esvaziando cada vez mais, é inegável o papel despolitizante exercido pela cobertura dos telejornais. A cobertura política realizada pela televisão prescinde do saudável hábito de colocar projetos diferenciados em debate. O que tem prevalecido são os interesses políticos e econômicos dos proprietários das redes de televisão, somados aos compromissos que estabelecem com determinadas lideranças políticas. ■

**Entre a política e o jornalismo:
a cobertura das eleições nos
telejornais - Judi Cavalcante e
Marco Antonio Teixeira**

CRISE NA TV CULTURA:

A TV PÚBLICA E O PAPEL DO ESTADO

PAULA PAPIS

A televisão no Brasil encontra-se, constantemente, no meio de um jogo de forças originado no Estado e pelo mercado. Se a dimensão política que afeta a televisão deve-se ao fato de que um canal de televisão é concessão governamental, a pressão econômica decorre da concorrência, procura de publicidade e do aumento do índice de audiência.

As televisões educativas, ou públicas ligadas à esfera federal (TVE/Rio) ou estadual (TV Cultura/SP), devido aos escassos recursos do Estado e a política deliberada de contenção de despesas, vêm a algum tempo buscando formas de apoios culturais e veiculações de propagandas (institucionais ou não) tendo em vista viabilizar sua específica programação e conseguir manter sua sobrevivência enquanto instituição cultural e educativa.

Conceituada por sua programação de qualidade, a TV Cultura - segundo a reportagem "Contra a lei, Cultura exhibe propaganda" (20/5/99), publicada pela *Folha de S. Paulo* - desde outubro do ano passado, intensificou a venda de apoios institucionais - apresenta-

Paula Papis é jornalista e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

ção das marcas das empresas em troca de apoio na produção dos programas - e "seguindo experiência inaugurada pela TVE, a TV Cultura em março deste ano se abriu para a publicidade explícita, mas com restrições - não aceita propaganda de bebidas e cigarros e nem aquelas que anunciam promoções ou exibem preços de produtos, como as de lojas de móveis". Tal medida irá engordar em R\$ 7 milhões o orçamento da emissora que, neste ano, deve receber do Governo do Estado R\$ 56 milhões. Pela reportagem, a emissora estaria infringindo a lei - e também o estatuto de sua mantenedora a Fundação Padre Anchieta - pois na televisão de caráter educativo é vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente.

Diante do que está acontecendo na TV Cultura, vale discutir o papel do Estado frente aos meios de comunicação. Quando pensamos na relação do Estado com a sociedade, no que diz respeito a cultura e comunicação, as lembranças, geralmente, são as piores possíveis. Logo, associa-se a censura, a burocracia, enfim, aos entraves. Todavia, o Estado tem um importante papel na sociedade, conforme assinala a Constituição Federal. Lá, está escrito que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Então, por que não enquadrar a TV como um bem cultural e também de prestação de serviços destinado aos cidadãos (claro que não somente atender a Constituição mas estimular uma mudança de consciência)? Por que não imaginar uma TV como um bem da comunidade mantido pelo Estado? Seria interessante dedicarmos mais atenção a esta questão da (ou da garantia de) existência da TV pública - seja ela

Crise na TV Cultura: a TV pública e o papel do Estado -
Paula Papis

subsidiada pelo governo, ou até mesmo pela população, no moldes das emissoras públicas européias como a BBC, de Londres – que esteja buscando a excelência na qualidade da informação e do entretenimento saudável para a população.

No surgimento da BBC aponta Laurindo Lalo Leal Filho, em seu livro *A melhor TV do mundo*, seus fundadores estavam preocupados em criar uma televisão para gerar e disseminar a riqueza lingüística, espiritual, estética e ética dos povos e nações. Tanto que a televisão teria a importância das demais instituições culturais como museus e bibliotecas, sendo que, aqui no Brasil e no mundo, estas entidades pertencem ao Estado ou sua grande maioria sobrevive com recursos federais, estaduais, municipais através das leis de fomento à cultura.

Se a TV pública, no caso a Cultura, não tem alcançado grandes índices de audiência – justificando-se aí, perversamente, o desinteresse da população – isto não deve servir de argumento para sua falta de importância. É notória a qualidade da programação da emissora, inclusive premiada internacionalmente. Todavia, há ajustes a serem feitos que dependem muito mais de recursos técnicos e humanos – o que custa dinheiro, muito dinheiro – que, acredito, a emissora não dispõe. Mesmo diante destas dificuldades, a emissora mostrou em sua proposta de programação boas opções, como os infantis e os debates. Lembremos também do extinto *Matéria Prima*, apresentado por Serginho Groissman (agora no SBT), cuja fórmula bate-papo para adolescentes e muita música foi copiada por outras emissoras, e hoje, encontra-se tristemente aproveitada em programas como o *H* da TV Bandeirantes.

Vale ressaltar que uma TV pública de qualidade deve oferecer também um jornalismo ágil, com os

Crise na TV Cultura: a TV pública e o papel do Estado -
Paula Papis

assuntos da atualidade. Um noticiário inteligente, sem deixar de lado as questões do dia-a-dia, seja da violência nas grandes cidades, da cobertura do esporte etc...O espaço para a comunidade – a boa prestação de serviço – está diretamente ligada a qualidade da informação que recebe. Ter uma posição de vanguarda, principalmente, no que se refere às artes, estimulando e favorecendo o que há de bom e de novo na música, no cinema, no teatro etc., sem precisar ficar subordinado às “sugestões” das grandes produtoras, gravadoras e editoras.

São questões que devem ser pensadas e, principalmente, discutidas com a sociedade para que ela reconheça esse direito que tem à cultura, incluindo-se a televisão de qualidade como fonte de informação/formação e entretenimento.

Sobre a TV Cultura, resta-nos observar que a abertura para a publicidade ajudará a controlar o “caixa” mas, com certeza, em virtude das pressões do mercado, pode começar a influir em sua “cara”, ou pior, sua programação. E, se continuar esperando apenas os recursos do governo, a emissora, ao que parece, permanecerá em crise. ■

Crise na TV Cultura: a TV pública e o papel do Estado -
Paula Papis

O DESEMPREGO É FANTÁSTICO?

ROSEMARY SEGURADO

O *Fantástico*, da Globo, apresentou no último dia 6 de junho uma reportagem sobre o desemprego que merece algumas reflexões sobre como os meios de comunicação vêm tratando essa questão complexa e crucial atravessada pela sociedade contemporânea.

Em primeiro lugar, é notória a investida que a Globo vem dando às temáticas de caráter social, apresentando-se como defensora dos direitos humanos, combatente da violência, baluarte da cidadania, representante das questões “politicamente corretas” e, mais recentemente, colocando-se no papel de assistência social.

Nos últimos anos essa emissora tem-se apresentado como a verdadeira mediadora de conflitos sociais entre poder público ou iniciativa privada e a população. Várias são as reportagens com o mesmo tom: um buraco na rua que a prefeitura não conserta, um bairro que não é contemplado pelo transporte coletivo, uma escola que não possui carteira para seus alunos. A impressão que a emissora tenta passar é que está se colocando como porta-voz dos cidadãos, ajudando a negociar soluções rápidas e definitivas para os seus problemas sociais.

Rosemary Segurado é socióloga, doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

É FANTÁSTICO, PLIM PLIM!!!

O desemprego é fantástico? -
Rosemary Segurado

A reportagem sobre o desemprego – seguindo a linha editorial de discussões de interesse social – tentou passar a indignação da emissora em relação ao assunto. A partir de um apelo excessivamente emocional, em tom choroso por parte dos apresentadores, mostrou-se o cotidiano de duas pessoas que buscavam emprego. O objetivo era dar uma carga emotiva, apresentando ao espectador a situação de desalento vivida por aquelas pessoas e, conseqüentemente, procurando despertar um sentimento de ‘pena’, desvinculando a problemática vivida por eles da situação sócioeconômica e política vivida no país.

Entre os desempregados apresentou-se uma mulher, moradora da periferia de São Paulo, com mais de 40 anos, pouca escolaridade, que todos os dias aguardava ansiosamente pela apresentação da oferta de vagas que vai ao ar diariamente durante o telejornalismo local da Globo (*SP-TV*). Seus apresentadores informam o número de vagas existentes para diversas áreas profissionais, as exigências a serem cumpridas (escolaridade mínima, faixa de idade), além do salário oferecido. Ainda é dada a orientação para que os interessados compareçam ao Centro de Solidariedade ao Trabalhador, órgão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ligado à Força Sindical.

É nesse contexto que a reportagem mostra a mulher em frente à TV, com um terço na mão, rezando e dizendo ter fé em Deus que alguma vaga iria aparecer para ela. Surge uma possibilidade e a câmara focaliza os seus olhos ressaltando o “brilho” da esperança, a Globo trazendo de volta a possibilidade de dias melhores.

A reportagem continua, pois num segundo momento apresenta outro desempregado, um homem, tam-

bém acima dos 40 anos junto com sua família demonstrando toda situação de dificuldade vivida por ele, desempregado há aproximadamente dois anos.

A equipe da Globo acompanha o trajeto dos dois desempregados até o Centro de Solidariedade ao Trabalhador em busca da vaga anunciada no *SP-TV*. O que vemos ser reforçado aqui é um tipo de associação entre a emissora e a Força Sindical, central que mantém um discurso conciliatório em relação à política econômica governamental. Por outro lado, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) desapareceu por completo do telejornalismo global, provavelmente pelo questionamento que faz da política econômica do governo atual.

Quando a reportagem do *Fantástico* chega ao Centro de Solidariedade constata-se que a Globo busca intensificar a expectativa do espectador em relação ao desfecho da história, como se ambos fossem participar de algum tipo de loteria, uma espécie de raspadinha do desemprego. “Raspe e ganhe seu emprego agora!”. Como se conseguir um emprego atualmente fosse uma questão de sorte.

Analisando a reportagem, pode-se afirmar que se trata de uma matéria que busca a autopromoção da emissora, que utiliza um de seus programas de maior audiência, o *Fantástico*, para demonstrar que está colaborando para a diminuição dos índices de desemprego. Evidentemente, nada contra que os meios de comunicação contribuam com uma problemática tão complexa quanto essa, mas será esse o verdadeiro interesse da emissora?

Se nos remetermos ao passado, não muito distante, a Rede Globo era considerada por muitos setores da sociedade como o “Diário Oficial” do poder, pois seus noticiários muitas vezes omitiam informações contrá-

O desemprego é fantástico? -
Rosemary Segurado

as ao regime militar. Nos últimos anos existe uma tentativa de mudar essa cara sempre tão associada à oficialidade.

Essa maneira de tratar o problema do desemprego não é casual. Trata-se de uma forma de ocultar a realidade do mercado de trabalho que vem sofrendo transformações significativas, sobretudo nas duas últimas décadas.

Outro interesse que fica nas entrelinhas da reportagem é a mensagem para os que estão empregados, ou seja, devem ter sempre em mente que são privilegiados por ainda estarem inseridos no processo produtivo e, portanto, não devem questionar suas atividades profissionais e muitos menos entrar em qualquer tipo de conflito com o patrão. Nesse sentido, vemos o quanto esse tipo de enfoque dado pelo *Fantástico* enfatiza a situação de penúria vivida por uma pessoa desempregada. Tudo faz crer que esse tipo de discurso tem o objetivo de provocar o terror e a paralisia dos trabalhadores, tonando-os incapazes de pensar em qualquer alternativa possível e criativa para sair dessa encruzilhada.

Setores do movimento sindical associam uma certa desmobilização dos trabalhadores a partir da alegação de medo da perda do emprego, o que demonstra a eficácia desse tipo de abordagem feita pelos meios de comunicação: disseminar medo e fazer com que os trabalhadores se mantenham subjugados, sem qualquer tipo de confrontação.

Há um grande esforço por parte das câmaras em arrancar uma expressão de desespero e ao mesmo tempo de esperança dos trabalhadores retratados, buscando extrair o máximo de emoção. O fio condutor da reportagem busca individualizar o problema do desemprego. Em nenhum momento a questão é tratada como um dos

O desemprego é fantástico? -
Rosemary Segurado

problemas que mais afetam a economia não somente do país, mas de várias partes do mundo.

Como conclusão o Fantástico mostra que a mulher desempregada não consegue trabalho por estar fora da faixa de idade estabelecida pela empresa contratante. É reforçada a decepção por parte dela e ao mesmo tempo a mensagem de otimismo: “Não vou desistir”.

Por outro lado, o homem retratado preenche os requisitos solicitados por uma empresa. Mais uma vez a reportagem vai imprimindo a narrativa de suspense ao seguir o trabalhador até a empresa, quando ele recebe a notícia que finalmente está empregado. Close novamente na emoção, nas lágrimas nos olhos e a mensagem final: “Eu digo a todos que não desistam, porque eu consegui”.

O que será que ficou na cabeça de milhares de desempregados que assistiam à reportagem?

Pode ser desde a esperança de também vir a conseguir um emprego até uma certa culpabilidade, partindo do pressuposto de que o fato de não se inserir no mercado de trabalho é pela incapacidade individual, que algo de errado há com ele. Essa é a grande armadilha que a emissora acaba promovendo. E faz tudo isso a partir do diálogo direto com seus telespectadores, utilizando-se frequentemente de recursos que atuam no sentido de provocar, alterar as pessoas, tornando-as presa fácil a serem submetidas ao jogo seletivo do mercado, no qual “somente vencem os capazes, os que procuram com perseverança”.

A Rede Globo poderia parar de pasteurizar a realidade como se pudesse resolver questões tão complexas transformando tudo em espetáculo, achando que tudo “é fantástico!”.

O desemprego é fantástico? -
Rosemary Segurado

A POESIA INTRÍNSECA

RAFAEL ARAÚJO

Com o advento das novas tecnologias informacionais, a sociedade moderna parece estar pacificada quanto aos conflitos básicos causados pela industrialização e aos contrastes diversos que lhe são característicos. Isso não é um fenômeno isolado, mas algo somente inteligível quando verificada a desintegração do corpo social traduzida no “surgimento de simulacros que substituem o mundo real por outro artificial” (Menezes, 1994: 183). A linguagem torna-se a representação de uma realidade vazia que, no processo de comunicação, ganha autonomia; ou seja, com o esvaziamento da realidade, o signo, de certa forma, desloca-se de sua função referencial. Nas relações econômicas, a mercadoria perde o seu valor de uso para adquirir os sentidos que ganha com a comunicação publicitária. A publicidade acaba por ser um jogo que gira em torno de si mesmo, sem que haja para isso uma realidade de referência, e, assim, ao invés de exercer sua característica sedutora de convencimento, passa a comportar uma natureza dominadora. Essa natureza está explicitada na relação entre o poder e um quadro social inerte e recep-

Rafael Araújo é pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC-SP.

tivo que se submete ao fascínio mítico da comunicação e parece perder a capacidade de dialogar. Com isso a realidade aparente é composta de signos gerados pelas novas tecnologias e pelo processo comunicativo, e a sociedade passa a viver de acordo com estas representações. Ocorre então “uma primitivização da sociedade tecnológica, onde a cisão entre signo e referente instaura não só a mitificação na comunicação, mas também um achatamento e uma desdiferenciação que não permitem discernir entre categorias da vida social, entre elas a política, o divertimento, a religião e a arte” (Menezes, 1994: 184).

Nesse sentido, mídia e política são elementos complementares de um sistema no qual a arte não é intrusiva, pelo contrário, muitas vezes acaba sendo cúmplice de sua ação por disponibilizar seus mecanismos de fruição. A poesia, portanto, não deve aqui ser interpretada de acordo com seu significado primitivo, mais restrito e específico, mas sim como definiu Hans R. Jauss em citação de Philadelpho Menezes – “a experiência estética fundamental pela qual o homem pode satisfazer a sua necessidade geral de sentir-se no mundo como em sua pátria, e de ali habitar” (Menezes, 1994: 174).

A forma como as informações circulam, de acordo com os diversos suportes midiáticos, representam parte fundamental do sistema de controle social. Enxergar as possibilidades políticas da midialogia significa aceitar como parte da lógica capitalista a deformação da consciência; para tal, é necessário perceber a arte como um caminho paralelo, mas que muitas vezes aparece confundido com a mídia. De qualquer forma, arte e mídia, apesar de poderem trocar informações, são distintas.

A mídia hoje representa o espaço do acontecimento, da virtualidade que se opõe ao tempo democráti-

A poesia intrínseca - Rafael
Araújo

co, já que exerce o papel regulador da consciência do desenvolvimento econômico da sociedade. Para que houvesse eficácia, diversos suportes surgidos com a própria tecnologia adaptaram-se aos princípios comunicativos criando maiores possibilidades. A saber: somam-se à mídia primária que, de acordo com artigo de Norval Baitello Júnior (in *São Paulo em Perspectiva*), é aquela que utiliza o próprio corpo humano como meio de comunicação, a mídia secundária e a terceária. A secundária é a que requer o uso de um instrumental de amplificação do emissor, como a escrita, por exemplo. A mídia terceária surge com a eletricidade e requer o uso de um aparato emissor e codificador e um outro receptor e decodificador. Com estas últimas, a noção de tempo e espaço ganhou nova dimensão e novo sentido.

O tempo proposto pela tela é o oposto do tempo democrático – a velocidade passa a promover o esquecimento – e cada vez mais tem-se a impressão de que a História está fadada a desaparecer, de acordo com o esvaziamento da consciência política. Os elementos estéticos compõem a lógica de funcionamento da mídia e da vida social capitalista que “mutila nossa existência enquanto sujeitos individuais e paralisa nosso pensamento com relação ao tempo e à mudança, da mesma forma que, certamente, nos aliena da própria fala” (Jameson, 1992: 18). De qualquer maneira, a arte aparece como um elemento diferenciador pois, com ela, o homem pode buscar uma consciência individual libertária.

Existe uma vida poética que caminha paralelamente à vida midiática. A arte representa uma possibilidade de resistência à sociedade de controle – ela não é comunicação, mas sim expressão. Algumas vezes a mídia apresenta formas estéticas, poéticas, que podem ser confundidas com arte. É preciso, no entanto, lem-

A poesia intrínseca - Rafael
Araújo

brar que a arte busca a crítica e a liberdade, enquanto a mídia quer fundamentalmente formar opinião e seduzir. Quando existir esse encontro entre poesia e mídia, ele não deixará de ser paradoxal. O mecanismo de alienação e estetização aparece na mídia como um elemento sutil de influência que se apropria, de certa forma, das possibilidades da arte para atuar na sensibilidade humana. É nesse sentido que se torna relevante prestar atenção às formas poéticas apresentadas pela mídia.

Herbert Read em seu livro *Arte e Alienação* sugere a inexistência de uma arte que corresponda à sociedade atual, que “surja espontaneamente das realidades básicas, sociais e econômicas, do nosso modo de vida.” (Read, 1968: 26) Dessa forma está suposto que as sociedades modernas se tornam insensíveis à arte. A explicação que Read apresenta está no aumento do tamanho da sociedade, e, conseqüentemente, de sua industrialização. Para justificar, basta a lembrança das maiores épocas da arte – as cidades-Estado da Itália nos séculos XIV e XV, a Europa ocidental nos séculos XII e XIII, Atenas nos séculos VII e VI a.C. – sociedades que, comparadas com o modelo de Estado Moderno, eram minúsculas.

O artista – indivíduo – depende de sua comunidade, tanto em um sentido econômico, como em um sentido psicológico mais amplo. A relação entre o artista e a sociedade é tal que “somente na medida em que uma sociedade é tornada sensível pelas artes é que as idéias se lhe tornam acessíveis” (Read, 1968: 23). Por isso, a arte, em todos os seus suportes, carrega uma função social de peso e, ao focar a discussão no papel que a mídia exerce, acabamos por entender o atributo despejado na poesia como meio mecânico para se alcançar o devido fim. Refletir a respeito desse fim implica buscar a relação entre arte e mídia e, para isso, novamente Herbert

A poesia intrínseca - Rafael
Araújo

Read ajuda a elevar a discussão. As sociedades contemporâneas, para ele, são um meio hostil à arte, como citado acima, pois, ainda que existam exemplos fragmentados de expressionismo individualista, como é o caso de obras de muitos artistas contemporâneos, o mundo está repleto de artistas frustrados, cujos talentos são desperdiçados em uma “arte comercial” (Read, 1968: 26). Aqui se enquadra perfeitamente a discussão sobre a alienação. Tanto no que diz respeito a se tratar de um problema social e psicológico como, principalmente, no seu reflexo mais terrível que é o definhamento da sensibilidade. O indivíduo alienado é a unidade desta sociedade que prefere a violência; não só a violência como espetáculo funesto quando diversão, mas, principalmente, a violência persuasiva de suas opiniões. A mídia, neste sentido, recebe o estigma de ser oposta à arte. A importância do artista para a sociedade “não é o fato de que ele exprime opiniões recebidas ou dá expressão clara aos sentimentos confusos das massas: esta é a função do político, do jornalista, do demagogo” (Read, 1968: 30).

Entendendo a função da arte como algo distante do produto capitalista, a poesia, intrínseca ao mecanismo midiático, deve ser encarada de forma fria e adequada ao seu novo motivo. Trata-se aqui da apropriação da estética e da arte pela mídia, para que se cumpra um paradoxo de difícil compreensão, mas que é reflexo do aproveitamento das fragilidades humanas. Se o homem torna-se alienado por não conviver com os benefícios da arte, a poesia, servindo os propósitos mais cruéis da mídia, usará da esquecida – quase atrofiada – sensibilidade humana para coagir, influenciar, dominar.

Com as mídias terceárias, algumas máquinas da comunicação passaram a exercer, além da transmissão da informação, determinado fascínio no imaginário do

A poesia intrínseca - Rafael
Araújo

homem. Baitello, em seu artigo, dedica alguma atenção à técnica e à dinâmica da magia dessas mídias. “O surgimento de uma nova tecnologia, até que ela se torne uma parte do repertório corriqueiro das comunidades, tende a provocar o encantamento, como se fosse mágica” (Baitello, 1998: 14). Da mesma maneira, a poesia aparece na mídia, de diversas formas, como um elemento a mais de seu funcionamento e causará encanto seguindo a mesma lógica. Entretanto, “este sentimento distancia os participantes de um processo comunicativo daquilo que deve ser sua meta primeira: informar. A magia não tem e nunca teve como meta informar, mas sim encantar, iludir, desviar a atenção, literalmente enganar” (Baitello, 1998: 14). Nesse sentido, considerando-se que a poesia é aquilo de elevado ou comovente nas pessoas ou nas coisas, sua função na mídia corresponde à dinâmica da magia proposta por Baitello. Em outras palavras, a beleza poética que encontramos na mídia (principalmente na mídia terceária) atinge a subjetividade humana e, através da sensibilidade, torna-se um elemento de persuasão que muitas vezes escapa a nossa atenção.

Esta prática só é possível porque a mídia conta com um receptor dotado de imaginação, de ilusões, de incertezas. O homem, por ser impreciso e patológico, torna-se alvo fácil para esse processo de formação de idéias. Os conflitos, responsáveis pelo alargamento do universo lúdico do homem, também corroboram para a ampliação de seu horizonte perceptivo e estético, de modo a contribuírem para “o desenvolvimento de uma inteligência aberta para o imprevisto e para o incerto, para fenômenos caóticos e para as lógicas difusas” (Baitello, 1998: 15). Essa realidade psicológica, do mesmo modo que pode trazer ao homem liberdade e conhecimento, pode ser prejudicial à dignidade porque, em

A poesia intrínseca - Rafael
Araújo

última instância, propicia a violência e faz do receptor um escravo da mídia e do mercado.

Não se trata de atribuir à mídia a responsabilidade pelos desastres da humanidade. Seria bem possível alegar que, através da persuasão, a mídia conduz o homem a um processo suicida de desprezo da razão, de valorização do bizarro, de ignorância da arte e do conhecimento, sobretudo de aniquilação do interesse e do livre-arbítrio; mas isto seria uma condenação parcial. Resta ainda a própria natureza humana e a forma como está inserida no organismo capitalista.

A natureza humana está sempre transitando em paradoxos e neste caso não é diferente. O homem que cria o belo e intercepta o intelecto e suas ações lógicas com sua própria intuição, cria uma capacidade cognitiva ampla e irrestrita, porque recombina razão e sentimento, porque faz e se alimenta de arte. Este mesmo homem contraria sua necessidade de liberdade, colocando esse mecanismo de fruição em favor de uma indústria de massa e reduz, paradoxalmente, seu papel de sujeito à objeto. A poesia intrínseca pode ser considerada apenas uma forma de alívio da violência informacional e pode funcionar como um escape do ambiente hostil do mundo contemporâneo. Mas aceitar isso seria ignorar a subserviência do belo ao processo de manipulação e de formação de idéias. ■

A poesia intrínseca - Rafael
Araújo

BAITELLO Jr, N. “Comunicação, Mídia e Cultura” *São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, São Paulo, v.12, n.4, out/dez, 1998.

JAMESON, F. *O Inconsciente Político*, Editora Ática, São Paulo, 1992.

MENEZES, P. *A Crise do Passado - modernidade, vanguarda, metamodernidade*, Editora Experimento, São Paulo, 1994.

READ, H. *Arte e Alienação: o papel do artista na sociedade*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968.

A GUERRILHA

FORA DA MÍDIA

GUGA DOREA

Esse texto está relacionado a um tema que praticamente se evaporou dos meios de comunicação de massa no Brasil¹. Considerado a “anti-notícia”, não merece sequer poucas linhas no rodapé dos jornais ou alguns segundos na concorrida telinha da mídia televisiva. Trata-se do Exército Zapatista de Libertação Nacional que, em plena data de assinatura no tratado de livre comércio com os EUA (primeiras horas de 1994), deflagrou uma guerra relâmpago no Sul do México contra o dinossáurico partido Revolucionário Institucional. Convém não esquecer que PRI se perpetua no poder há mais de 70 anos. Portanto, é uma das ditaduras, com roupagem democrática, mais longas da história da humanidade.

A questão a ser discutida é: porque a prática política do EZLN não é “quente” o suficiente para fazer parte da pautas da TV e dos periódicos nacionais? O ano de 1999, por exemplo, ficou marcado pela grande cobertura em relação à guerrilha Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC), que conquistou pelo menos a metade do território colombiano e sonha com a tomada do poder de Estado em seu país. Sobretudo após as FARC

terem se declarado publicamente como marxistas-leninistas, ficou fácil para a imprensa tradicional criticá-los. Afinal, o desejo messiânico de que uma simples mudança de peças no tabuleiro xadrez equacionaria todas as questões sociais, econômicos e políticas do planeta já caiu por terra pelo menos desde a derrocada da URSS e da queda do Muro de Berlim.

O desejo que se constrói no México é outro e está totalmente antenado com as profundas transformações que o mundo presenciou sobretudo nesse final de século XX. É muito difícil discutir o projeto político que se delineia naquele país em poucas linhas mas, em termos gerais, os zapatistas estão lutando pela autonomia política no Estado de Chiapas, o que se prefiguraria politicamente no ponto de partida para a criação de uma autêntico federalismo descentralizado no México.

Nesse sentido, existe um projeto político não megalomaniaco sendo discutido e a imprensa simplesmente não se pronuncia a respeito. Enquanto isso, no México respira-se a política a todo instante. Em um rápido noticiário, os zapatistas são alvos, desde o início de 1994, da conhecida “guerra de baixa intensidade”. Vilarejos e municípios constantemente atacados e suas populações – pelo menos as que defendem o projeto zapatista – são reprimidas e mortas pelos capangas dos grandes fazendeiros com apoio bélico do exército federal. É esse o resumo da região de Chiapas que, mesmo sendo rica em petróleo e em energia elétrica, é um dos Estados mexicanos mais pobres do país. Citando apenas um dos vários exemplos possíveis, os habitantes do município de El Bosque foram violentamente atacados com tanques, aviões e helicópteros de guerra no dia 10 de junho de 1998. Motivo: destruir os auto-proclamados municípios autônomos zapatistas.

A guerrilha fora da mídia -
Guga Dorea

Guga Dorea é jornalista, doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Sociabilidade Libertária da PUC-SP.

Nesse mesmo ano (19 de julho), os zapatistas lançaram a V Declaração da Selva Lacandona, reivindicando os direitos civis dos indígenas mexicanos e o respeito à diferença, além do fim de uma lenta guerra de extermínio que não é considerada notícia pela imprensa brasileira. Ainda na V Declaração, o EZLN conclamou o povo mexicano a se manifestar nas ruas colocando sua posição em relação à situação política, econômica e social do país.

Realiza-se, então, em fevereiro de 1999, a chamada “consulta nacional”, quando algo em torno de 5000 representantes zapatistas saíram às ruas e entrevistaram aproximadamente três milhões de mexicanos, até mesmo os residentes no exterior. Eis um trecho retirado da Internet no qual a guerrilha convoca todos a participarem da consulta: “Com a finalidade de maquiara a guerra de extermínio, o governo de Ernesto Zedillo tem montado uma campanha de propaganda no exterior para melhorar a sua imagem internacional e enganar os povos, governos e organizações defensoras dos direitos humanos, fazendo crer que não há guerra no sureste mexicano, que o governo está disposto ao diálogo e que é o EZLN que se nega a resolver pacificamente o conflito”.

Paralelamente à consulta, o EZLN voltaram a afirmar que a luz no final do túnel não está na simples tomada de poder do Estado, tarefa a ser supostamente colocada em prática por um partido político fantasiado de uma pretenciosa vanguarda política. Os zapatistas, ao contrário, incomodam não só os poderes locais e o governo federal mexicano. Eles subvertem, ou melhor, corrompem por dentro o sistema vigente como tal, mas sem promessas delirantes e ilusionistas de que no final do processo chegarão inevitavelmente à felicidade humana. A criação é a linha condutora do projeto zapatista.

A guerrilha fora da mídia -
Guga Dorea

“No zapatismo há um princípio contagioso, sedutor, válido para todos: transformar a realidade (...). O que caracteriza o zapatismo é sua abertura a outras ideologias; é algo refrescante porque nele não há uma ideologia oficial (...). O zapatismo não se considera uma ideologia fechada nem deseja que assim seja (...). Oferece suas paredes porosas para serem impregnadas por outros pensamentos. Nasce de uma cultura, de uma forma de vida e não de uma cultura preestabelecida; politicamente, o zapatismo é um estilo de ação. As ideologias tendem a aprisionarem-se e a converter-se em camisas de força, enquanto o zapatismo rompe com as ideologias do passado. Sua proposta de não lutar pelo poder rompe radicalmente com o passado”².

O objetivo do EZLN, diante disso, é abrir brechas para um sério e verdadeiro debate sobre os principais dilemas político, econômico e social que afetam não só o próprio México mas grande parte do planeta. Com algumas exceções – elas sempre existem – toda esse processo extremamente dinâmico e criativo não foi de interesse da mídia brasileira, que praticamente ignorou a discussão referente ao projeto político relacionado ao federalismo descentralizado. Talvez seja o caso de dizer que a lenta guerra de extermínio não matou gente suficiente para vender notícia. Partindo dessa referência puramente mercadológica, ela não existe.

Apesar do silêncio, a tentativa do governo mexicano no sentido de isolar o EZLN em uma espécie de gueto étnico fracassa – sem querer aqui ser um purista de carteirinha em relação ao avanço da tecnologia – a partir do instante em que os zapatistas embarcam no Ciberespaço. Logo em seguida à deflagração da guerra de 1994, a rede mundial de computadores (Internet) passa a ser uma das armas mais potentes e fulminantes da guer-

A guerrilha fora da mídia -
Guga Dorea

rilha. No lugar das armas, o EZLN escolheu a palavra como sendo o seu instrumento certo de guerra.

Também a mídia internacional passou a navegar pela Internet gerando o que Harry Cleaver³ chamou de *ciberguerra* ou *netguerra*. Segundo ele, a rede Globo de televisão, em comum acordo com o Washington Post e o Newsweek, buscou descaracterizar a seriedade da guerrilha zapatista intitulando-a como *high-tech*. O próprio governo mexicano criou uma Web anunciando as maravilhas turísticas de seu país e o quanto ele está buscando a paz em Chiapas.

Por outro lado, o grito de “Ya Basta” e o projeto de auto-organização dos zapatistas explodiram por todos os cantos do planeta criando uma espécie de rede internacional de resistência. “Todos vão saber porque exterminaram os zapatistas”, revelou o Major Moisés, um dos principais líderes da guerrilha, quando perguntei sobre a importância da tecnologia cair nas mãos dos que ainda resistem de fato ao cerco capitalista. ■

A guerrilha fora da mídia -
Guga Dorea

1. O autor desse texto esteve em Chiapas entre dezembro de 1994 e janeiro de 1995. De lá para cá, continuou a pesquisar o tema através da imprensa mexicana, da Rede Mundial de Computadores (Internet) e da leitura de uma ampla bibliografia. Publicou “Impressões de Viagem”, in Normas e Diferenças, revista Margem, Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC-S), nº 4, Educ, 1995 e “A guerrilha Zapatista: entre o Federalismo Descentralizado e a resistência inter-continental”, revista de cultura Libertárias, nº 5, ed. Imaginários, São Paulo.
2. Ver “Crônicas intergalácticas: Primer encuentro intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo”, planeta Tierra, México, Chiapas, EZLN, pgs 52 & 53, 1998 (3ª ed.).
3. Ver “Zapatistas e a teia eletrônica da luta”, pgs 139-163, revista Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia, nº 4, janeiro-abril de 1998, Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação (NEPCOM), Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Impressão de miolo e acabamento:
Gráfica da PUC-SP
Rua Ministro Godói, 965 – Perdizes – SP
Tel.: 3670-8366